



BOLETIM DE OCORRÊNCIA

BO NÚMERO

M5018-2018-00200072

Fl. 1/6

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO REGISTRO

1 GP/4 PEL PM MAMB/15 CIA PM IND MAT

MUNICÍPIO

JEQUITINHONHA

UNIDADE DE ÁREA RESPONSÁVEL

UNIDADE MILITAR: 1 PEL/233 CIA PM/44 BPM/15 RPM

UNIDADE POLICIAL: DELEGACIA DE POLICIA CIVIL/JEQUITINHONHA

DATA DO REGISTRO

19/01/2018 10:01

DESTINATÁRIO

DELEGACIA DE POLICIA CIVIL/JEQUITINHONHA

- ORIGEM DA COMUNICAÇÃO

COMO FOI SOLICITADO O ATENDIMENTO DA OCORRÊNCIA

DECORRENTE DE OPERAÇÃO

DATA DA COMUNICAÇÃO

10/01/2018

HORA DA COMUNICAÇÃO

13:55

ÓRGÃO SOLICITANTE

POLICIA MILITAR

ODO, OPERAÇÃO ORIGEM

FISCALIZAÇÃO DE POLUIÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS

DADOS DA OCORRÊNCIA / ATIVIDADE

PROVÁVEL DESCRIÇÃO DA OCORRÊNCIA PRINCIPAL

L27130 - CAUSAR POLUIÇÃO AMBIENTAL PREJUDIQUE SEG/BEM ESTAR POP

ALVO DO EVENTO

ATERRO

TENTADO / CONSUMADO

CONSUMADO

NATUREZA SECUNDÁRIA 1

L27121 - DESCUMPRIR DETERMINAÇÃO OU DELIBERAÇÃO DO COPAM.

TENTADO / CONSUMADO

CONSUMADO

DATA/HORA DO FATO

10/01/2018 13:50

DATA/HORA DO INÍCIO DO ATENDIMENTO NO LOCAL

10/01/2018 14:00

DATA/HORA FINAL DO ATENDIMENTO

19/01/2018 15:00

DATA/HORA FINAL DO PREENCHIMENTO

19/01/2019 15:23

DESCRIÇÃO DO LUGAR

FAZENDA

COMPL DE LOCAL MEDIATO

FAZENDA

LOCAL (AV., RUA, ETC)

FAZENDA ANTA PODRE (ETE COPANOR)

NÚMERO

KM

COMPLEMENTO

S/N

XXXX

XXXX

BARRIO/VILA

ZONA RURAL

CEP

39893-000

MUNICÍPIO

MONTE FORMOSO

UF

MG

PAÍS

BRASIL

PONTO DE REFERÊNCIA

ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO

LATITUDE

-16° 51' 59,2"

LONGITUDE

-41° 14' 55,89"

TIPO VIA

XXXX

QUALIFICAÇÃO DOS ENVOLVIDOS

ENVOLVIDO 1

GÊRO

XXXXX

TIPO ENVOLVIMENTO

AUTOR

TIPO DE PESSOA

JURIDICA

COD. NATUREZA

L27130

TENTADO / CONSUMADO

CONSUMADO

DESCRIÇÃO NATUREZA

CAUSAR POLUIÇÃO AMBIENTAL PREJUDIQUE SEG/BEM ESTAR POP

NOME COMPLETO

COPASA SERVIÇOS DE SAN. INTEGRADO DO NORTE E NORDESTE DE MG

APELLIDOS

COPANOR

NACIONALIDADE

XXXX

DATA NASCIMENTO

XXXX

NATURALIDADE / UF

XX

IDADE APARENTE

XXXX

ESTADO CIVIL

XXXX

ORIENTAÇÃO SEXUAL

IDENTIDADE DE GÊNERO

NÃO SE APLICA

OUTIS

XXXX

OCUPAÇÃO ATUAL

XXXX

MÃE

XXXX

PAI

XXXX

TIPO DO DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

XXXX

NÚMERO DOCUMENTO IDENTIDADE

XXXX

ÓRGÃO EXPEDIDOR

XXXX

UF

XX

CPF / CNP

09104426000160

ESCOLARIDADE

XXXX

ENDEREÇO (AV., RUA, ETC)

RUA JOAQUIM ANANIAS TOLEDO

NÚMERO

125

KM

XXXXX

COMPLEMENTO

XXXX

BARRIO

DOCTOR LAERTE LAENDER

MUNICÍPIO

TEOFILO OTONI

UF

MG

PAÍS

BRASIL

CEP

XXXX

TELEFONE RESIDENCIAL/ CELULAR

XXXX

TELEFONE COMERCIAL/ CELULAR

XXXX

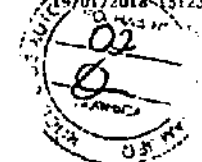
DIGITADOR: PM1132915

REGISTRO PENDENTE DE RECIBO ELETRÔNICO

Registro sujeito a alteração até o dia 20/01/2018 15:23

GERADO POR: PM1132915

19/01/2018 15:23





BOLETIM DE Ocorrência

BO NÚMERO

M5018-2018-00200072

Fl. 2/6

ENVOLVIDO 1

ENVOLVIDO 2

SEXO MASCULINO	TIPO ENVOLVIMENTO TESTEMUNHA QUE TOMOU CONHECIMENTO	TIPO DE PESSOA FÍSICA	COD. NATUREZA L27130	TENTADO / CONSUMADO CONSUMADO
DESCRIÇÃO NATUREZA CAUSAR POLUIÇÃO AMBIENTAL PREJUDIQUE SEG/BEM ESTAR POP				
NOME COMPLETO HELIO SOARES OTONI				
NACIONALIDADE BRASILEIRA	DATA NASCIMENTO 04/07/1964	NATURALIDADE / UF ALMENARA / MG		
IDADE APARENTE 53	ESTADO CIVIL CASADO			
ORIENTAÇÃO SEXUAL IGNORADO	IDENTIDADE DE GÊNERO NÃO SE APLICA			
CUTIS BRANCA	OCUPAÇÃO ATUAL AUXILIAR DE ENCARREGADO			
MÃE MARIA SOARES OTONI				
PAI ITAMAR CANGUSSU OTONI				
TIPO DO DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO CARTEIRA DE IDENTIDADE CIVIL				
NÚMERO DOCUMENTO IDENTIDADE 1706198	ÓRGÃO EXPEDIDOR SESP - SECRETARIA ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA	UF MG	CPF / CNPJ 55248900697	
ESCOLARIDADE OUTROS - ESCOLARIDADE				
ENDEREÇO (AV., RUA, ETC) RUA JOAQUIM ANANIAS TOLEDO	NÚMERO 125	KM XXXXX	COMPLEMENTO XXXX	
BARRIO DOUTOR LAERTE LAENDER	MUNICÍPIO TEOFILO OTONI			UF MG
PAÍS BRASIL	CEP XXXX	TELEFONE RESIDENCIAL/CELULAR XXXX	TELEFONE COMERCIAL/CELULAR XXXX	

ENVOLVIDO 3

SEXO MASCULINO	TIPO ENVOLVIMENTO TESTEMUNHA QUE PRESENCIOU OS FATOS	TIPO DE PESSOA FÍSICA	COD. NATUREZA L27130	TENTADO / CONSUMADO CONSUMADO
DESCRIÇÃO NATUREZA CAUSAR POLUIÇÃO AMBIENTAL PREJUDIQUE SEG/BEM ESTAR POP				
NOME COMPLETO FRANKLIN MARTINS SANTOS				
NACIONALIDADE BRASILEIRA	DATA NASCIMENTO 25/08/1968	NATURALIDADE / UF JEQUITINHONHA / MG		
IDADE APARENTE 49	ESTADO CIVIL CASADO			
ORIENTAÇÃO SEXUAL IGNORADO	IDENTIDADE DE GÊNERO NÃO SE APLICA			
CUTIS PARDA	OCUPAÇÃO ATUAL POLICIAL MILITAR			
MÃE MARIA DE LOURDES MARTINS DOS SANTOS				
PAI XXXX				
TIPO DO DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO CARTEIRA DE IDENTIDADE CIVIL				
NÚMERO DOCUMENTO IDENTIDADE 5254319	ÓRGÃO EXPEDIDOR SESP - SECRETARIA ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA	UF MG	CPF / CNPJ XXXX	
ESCOLARIDADE ENSINO MÉDIO COMPLETO (2º GRAU)				
ENDEREÇO (AV., RUA, ETC) RUA RAMIRO JOSE BOTELHO	NÚMERO 60	KM XXXXX	COMPLEMENTO XXXX	
BARRIO ALVORADA	MUNICÍPIO JEQUITINHONHA			UF MG
PAÍS BRASIL	CEP XXXX	TELEFONE RESIDENCIAL/CELULAR XXXX	TELEFONE COMERCIAL/CELULAR XXXX	
MILITAR / POLICIAL MILITAR	MATRÍCULA 1029529	EM SERVIÇO ? SIM	CARGO 3 SARGENTO	UF MG
ÓRGÃO DE LOTIZAÇÃO POLICIA MILITAR				
UNIDADE (M5018) 1 GP/4 PEL PM MAMB/15 CIA PM IND MAT				





BOLETIM DE Ocorrência

BO NÚMERO

M5018-2018-00200072

FI. 3/6

ENVOLVIDO 3

HISTÓRICO DA Ocorrência / ATIVIDADE

NA DATA DE 10/01/2018 NO DECORRER DA OPERAÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS NO MUNICÍPIO DE MONTE FORMOSO, EFETUAMOS FISCALIZAÇÃO NA ETE - ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO DA COPANOR, ONDE VERIFICAMOS QUE A ESTAÇÃO AINDA ESTÁ EM FASE DE CONCLUSÃO PARA POSTERIORMENTE ENTRAR EM OPERAÇÃO. NO LOCAL, COORDENADAS GEOGRÁFICAS LATITUDE 16°51'59,2 E LONGITUDE 41°14'55,9 PRÓXIMO A PONTE DE ACESSO A ETE CONSTAMOS QUE O ESGOTO SANITÁRIO COLETADO PELA COPANOR ESTÁ SENDO LANÇADO SEM NENHUMA FORMA DE TRATAMENTO (IN NATURA) DIRETO NO CURSO DA ÁGUA DO CÓRREGO ANITA PODRE, SENDO VISUALIZADAS FEZES HUMANA BOIANDO SOBRE A ÁGUA E FORTE ODOR SULFUROSO. NA SEDE DA EMPRESA COPANOR, INFORMAMOS OS FUNCIONÁRIOS DA EMPRESA SOBRE A NOSSA FISCALIZAÇÃO E SOLICITAMOS A AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL DE FUNCIONAMENTO DA REFERIDA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO, NOS SENDO APRESENTADO A AAF AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL DE FUNCIONAMENTO DE NR 06773/2013 QUE AUTORIZA A COPANOR O FUNCIONAMENTO DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO ETE MONTE FORMOSO PARA A ATIVIDADE DE TRATAMENTO DE ESGOTO SANITÁRIO (VAZÃO MÉDIA PREVISTA DE 3,0 L/S) ENQUADRADA NA DN 74/2004 SOB O CÓDIGO E-03-06-9, SENDO CONSTATADO QUE A AUTORIZAÇÃO VENCEU NA DATA DE 25/11/2017. DIANTE DOS FATOS FOI REGISTRADO UMA INTIMAÇÃO DE COMPARECIMENTO PARA QUE UMA PESSOA RESPONSÁVEL DE EMPREENDIMENTO COMPAREÇA NA SEDE DO GP MAMB DE JEQUITINHONHA NA DATA DE 11/01/2018 A FIM DE APRESENTAR AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL / TAC TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA CASO EXISTA. NA DATA DE 11/01/2018 O SENHOR HELIO SOARES OTONI ENTROU EM CONTATO CONOSCO VIA TELEFONE E PEDIU PARA PRORROGAR O PRAZO PARA APRESENTAR OS DOCUMENTOS PARA O DIA 18/01/2018. NA DATA SOLICITADA COMPARECEU O SENHOR HELIO QUE NOS INFORMOU QUE DEVIDO A PROBLEMAS DE LICITAÇÃO A ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO ESTAVA COM O CRONOGRAMA DA OBRAS ATRASADAS E A RENOVAÇÃO DA AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO JÁ ESTÁ EM FASE DE ANDAMENTO. DIANTE DOS FATOS, O SENHOR HELIO FOI INFORMADO SOBRE AS PENALIDADES PREVISTA NA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL E DA NECESSIDADE DA LAVRATURA DO DEVIDO AUTO DE INFRAÇÃO, TENDO ELE NOS SOLICITADO QUE O AUTO FOSSE LAVRADO E ENVIADO VIA CORREIOS PARA A REGIONAL COPANOR EM ALMENARA. APÓS CONSULTA TÉCNICA JUNTO A SUPRAM, NESTA DATA FOI LAVRADO O AUTO DE INFRAÇÃO DO SISEMA DE NR 83223/2018 NA AGENDA MARROM NO VALOR DE R\$ 35.887,04 (TRINTA E CINCO MIL OITOCENTOS E OITENTA E SETE REAIS E DOIS QUATRO CENTAVOS) COM BASE COM BASE NA LEI 7.772/80 E DECRETO 44.844/08 ARTIGO 56 E 83, ANEXO 1, CÓDIGO 222, POR CAUSAR POLUIÇÃO OU DEGRADAÇÃO AMBIENTAL DE QUALQUER NATUREZA QUE RESULTE OU POSSA RESULTAR EM DANO AOS RECURSOS HÍDRICOS, ÀS ESPÉCIES VEGETAIS E ANIMAIS, AOS ECOSISTEMAS E HABITATS, OU QUE PREJUDIQUE A SAÚDE, A SEGURANÇA, E O BEM ESTAR DA POPULAÇÃO, MEDIANTE LANÇAMENTO DE EFLUENTES LÍQUIDOS PROVENIENTE DE ESGOTO SANITÁRIO DE FORMA IN NATURA SEM NENHUMA FORMA DE TRATAMENTO, E CÓDIGO 116 POR DESCUMPRIR A DELIBERAÇÃO DO COPAM DE NR 128/08 COM A FINALIZAÇÃO DO PRAZO EM 31/03/2017. NÃO HOUE A SUSPENSÃO DA ATIVIDADE POR FALTA DE VIABILIDADE TÉCNICA, NO ENTANTO O EMPREENDIMENTO DEVERA REGULARIZAR A ATIVIDADE SOB PENA DE NOVAS AUTUAÇÕES. O BOLETIM DE Ocorrência ESTÁ SENDO DESTINADO A ESTA DEPOL COM BASE NO ARTIGO 54 DA LEI 9.605/98. A VIA DO AUTO DE INFRAÇÃO DO AUTUADO SERÁ ENVIADA VIA CORREIOS.

Perícia Técnica

PERÍCIA TÉCNICA COMPARECEU?	PREFEITO DA VIATURA	PLACA DA VIATURA	PERITO (MATRÍCULA - NOME)
NÃO	XXXX	XXXX	XXXX - XXXX
MOTIVO DO NÃO COMPARECIMENTO			
XXXX			

VIATURAS

VIATURA 1

TIPO DA VIATURA		ÓRGÃO		
PRINCIPAL		POLICIA MILITAR		
DESCRIÇÃO / OBSERVAÇÃO				
CAMIONETA -				
PLACA	PREFEITO / ÓRGÃO	REGISTRO GERAL	PREFEITO PADRÃO	PROBLEMAS DURANTE O ATENDIMENTO
HMH2406	PM	14093	14093	XXXX

MILITARES/POLICIAIS INTEGRANTES

MILITAR/POLICIAL INTEGRANTE

NÚM VIATURA	MATRÍCULA	CARGO
1	1029529	3 SARGENTO
NOME COMPLETO		
FRANKLIN MARTINS SANTOS		
CORPORACÃO		
POLICIA MILITAR		
UNIDADE		
1 GP/4 PEL PM MAMB/15 CIA PM IND MAT		
Protocolado?		
NÃO		

MILITAR/POLICIAL INTEGRANTE

NÚM VIATURA	MATRÍCULA	CARGO
1	1132919	3 SARGENTO
NOME COMPLETO		
ROSEMARIA FIGUEIREDO SERTANEJO		
CORPORACÃO		
POLICIA MILITAR		
UNIDADE		
1 GP/4 PEL PM MAMB/15 CIA PM IND MAT		
Protocolado?		
NÃO		

DIGITADOR: PM1132919

REGISTRO PENDENTE DE RECIBO ELETRÔNICO

Registro sujeito a alterações até o dia 20/01/2018 15:23





BOLETIM DE Ocorrência

BO NÚMERO

M5018-2018-00200072

Fl. 4/6

DADOS PARA CONTROLE INTERNO/RELATOR DA OCORRÊNCIA

UNIDADE	1 GP/4 PEL PM MAMB/15 CIA PM IND MAT		
MATRÍCULA	1132919		
NOME COMPLETO	ROSEMARIO FIGUEIREDO SERTANEJO		
CARGO	3 SARGENTO		
CORPORACAO	POLICIA MILITAR		
ASSINATURA			

RECIBO DA AUTORIDADE A QUE SE DESTINA OU SEU AGENTE / AUXILIAR POLICIAL
OU RECIBO DO RESPONSÁVEL CIVIL

DESTINATÁRIO / RECIBO 1

Recebi o "Boletim de Ocorrência" de Número BO M5018-2018-00200072 e Número de REDS 2018-002676717-001 para conhecimento e providências, bem como as pessoas, materiais, objetos, animais, substâncias e/ ou documentos que, existindo, estejam descritos ou assinalados neste documento.

DATA	HORA	MATRÍCULA	NOME
XXXX	XXXX	XXXX	XXXX
CARGO	XXXX		
ORIGEM	POLICIA CIVIL / MG		
CIDADE	DELEGACIA DE POLICIA CIVIL/JEQUITINHONHA		
PROVIDENCIA A SER TOMADA PELA AUTORIDADE	XXXX		
TENS ENTREGUES A ESTE DESTINATARIO	XXXX		
ASSINATURA			
RECIBO GERADO POR:	PM1132919 - ROSEMARIO FIGUEIREDO SERTANEJO		DATA DE CRIAÇÃO DO RECIBO:
			19/01/2018 10:30

ANEXO MEIO AMBIENTE

NOME DO LOCAL	BACIA HIDROGRAFICA
FAZENDA ANTA PODRE - ETE COPANOR	RIO JEQUITINHONHA
DESCRIÇÃO DA AÇÃO	REPRESSIVA
XXXX	

AUTUAÇÕES E PROCEDIMENTOS

AUTUAÇÃO/PROCEDIMENTO 1

ENVOLVIDO NR.	NATUREZA DA AUTUAÇÃO	Nº DO AUTO DE INFRAÇÃO - AI	VALOR DO AUTO DE INFRAÇÃO (R\$)
1	CAUSAR POLUICAO AMBIENTAL PREJUDIQUE SEG/BEM ESTAR POP	83233/2018	35.887,04
Nº DO TERMO DE EMBARGO E INTERDIÇÃO - TEI	Nº DO TERMO DE APREENSÃO E DEPOSITO - TAD	Nº DA GUIA DE RECOLHIMENTO - GR	VALOR DO ERF (R\$)
XXXX	XXXX	XXXX	XXXX
NÚMEROS DOS TERMOS DE DOAÇÃO E SOLTURA - TDS			
XXXX			
Nº DA NOTIFICAÇÃO - NOT	NOTIFICAÇÃO PARA DATA	NOTIFICAÇÃO PARA HORA	LOCAL PARA COMPARECIMENTO DO NOTIFICADO
XXXX	XXXX	XXXX	XXXX
FORMULÁRIOS UTILIZADOS			
SEMAD - FEAM			
DESCRIÇÃO OUTROS			
XXXX			





FOTOS DE MEIO AMBIENTE

FOTO MEIO AMBIENTE 1



FOTO MEIO AMBIENTE 1





FOTO MEIO AMBIENTE 1



***** FIM DOS ANEXOS: O RESTANTE DA PÁGINA DEVE SER INUTILIZADO. *****

***** FIM DO REGISTRO: O RESTANTE DA PÁGINA DEVE SER INUTILIZADO. *****


Mestre Danilo Du
Intendente da Polícia
Militar do Rio de Janeiro

24.01.18

DA 1550000

Nº 1166.666666.



		INTIMAÇÃO DE COMPARECIMENTO Órgão responsável <input type="checkbox"/> FEAM <input type="checkbox"/> IEF <input type="checkbox"/> IGAM <input type="checkbox"/> SUFIS <input type="checkbox"/> SUPRI <input type="checkbox"/> SUPRAM <input checked="" type="checkbox"/> MPMMG	
Auto de Fiscalização nº: Boletim de Ocorrência nº:		Local: <u>MUNTE FORMOSO - MG</u> Data: <u>10/10/2018</u>	
Nome do Intimado/Empreendimento: <u>EMPRESA COPANOR</u>			
<input type="checkbox"/> CPF <input checked="" type="checkbox"/> CNPJ <u>03.104.4126/0001-10</u>		Outros Dados <input type="checkbox"/> RG <input type="checkbox"/> Nome da Mãe <input type="checkbox"/> Data de Nascimento <input type="checkbox"/> Outros	
Endereço do Intimado/Empreendimento (correspondência): <u>RUA JOSÉ PINHEIRO, 10</u>			
Complemento:		Bairro: <u>CENTRO</u>	Cidade/UF: <u>MUNTE FORMOSO</u>
Cep: <u>32.523000</u>	Cx. Postal:	Telefone: <u>37458015</u>	E-mail:
Fica V.Sa. (acima identificada) intimada a comparecer à <u>SEDE DO GPMMG</u> no seguinte endereço: <u>RUA RAMIRO JOSÉ ROTEIRO, 60, ALVODORA EM JANELA, LUPATINA, PRAIA DE APRESSENTAR AAF DA ETE E LHE OUTRGA DE POC. ARTESIANO CASO POSSIR O THE DE ETE. HORÁRIO DO COMPARECIMENTO: 14H00H00 DIA 11/10/2018.</u> <u>Telefone P/contato: 37111468</u>			
Local: <u>MUNTE FORMOSO - MG</u>		Data: <u>10/10/2018</u>	
Agente fiscalizador (nome legível): <u>FRANKLIN - SGT PM</u>		Masp/Registro: <u>1092520</u>	Assinatura do Agente: <u>[Assinatura]</u>
Nome completo do Recebedor (legível): <u>Luiz Carlos Rodrigues M...</u>		Função/vínculo:	Assinatura do Recebedor: <u>[Assinatura]</u>





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SISTEMA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE
E RECURSOS HÍDRICOS - SISEMA
Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM
Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERH



1. AUTO DE INFRAÇÃO: N° 83223

Lavrado em Substituição ao AI n°:

Vinculado ao: ☐ Auto de Fiscalização n° de de
☐ Boletim de Ocorrência n° de de

2. Auto de Infração possui folha de continuação? ☐ SIM ☐ NÃO

3. Órgão Responsável pela lavratura:

☐ FEAM ☐ IGAM ☐ IEF ☐ SGRAI ☐ SUCFIS ☒ PMMG

Local: 1.º 2.º 3.º 4.º 5.º 6.º 7.º 8.º 9.º 10.º

Dia: 1.º 2.º 3.º 4.º 5.º 6.º 7.º 8.º 9.º 10.º Hora: 1.º 2.º 3.º 4.º 5.º 6.º 7.º 8.º 9.º 10.º

Nome do Autuado/ Empreendimento:

Data Nascimento:

Nome da Mãe:

☐ CPF: ☐ CNPJ:

☐ Outros:

Endereço do Autuado / Empreendimento: (Correspondência)

Nº / km:

Complemento:

Bairro/Logradouro:

Município:

UF:

CEP:

Cx Postal:

Fone:

E-mail:

5. Outros Envolvidos/ Responsáveis

Nome do 1º envolvido:

☐ CPF: ☐ CNPJ:

Vínculo com o AI N°:

Nome do 2º envolvido:

☐ CPF: ☐ CNPJ:

Vínculo com o AI N°:

6. Descrição Infração

7. Coordenadas da Infração

Geográficas:

DATUM:

☐ WGS ☐ SIRGAS 2000

FUSO 22 23 24

Latitude:

Grado

Min

Seg

Longitude:

Grado

Min

Seg

Planas: UTM

N=

(6 dígitos)

Y=

(7 dígitos)

8. Embasamento legal

Artigo

Anexo

Código

Inciso

Alínea

Decreto/ano

Lei / ano

Resolução

DN

Port. N°

Órgão

9. Atenuantes /Agravantes

Atenuantes

Agravantes

N°

Artigo/Parágr.

Inciso

Alínea

Redução

N°

Artigo/Parágr.

Inciso

Alínea

Aumento

10. Reincidência

☐ Genérica

☐ Específica

☐ Não foi possível verificar

☐ Não se aplica

11. Penalidades Aplicadas (Advertência e Multa) e ERP

Infração

Porte

Penalidade

Valor

☐ Acréscimo ☐ Redução

Valor Total

☐ Advertência

☐ Multa Simples

☐ Multa Diária

ERP:

Kg de pescado:

Valor ERP por Kg: R\$

Total: R\$

Valor total dos Emolumentos de Reposição da Pesca: R\$:

Valor total das multas:

No caso de advertência, o autuado possui o prazo de..... dias para atender as recomendações constantes no campo 12, sob pena de conversão em multa simples no valor de R\$

12. Demais penalidades/ Recomendações/ Observações

13. Depositário

Nome Completo:

☐ CPF:

☐ CNPJ:

☐ RG:

Endereço: Rua, Avenida, etc.

Nº / km:

Bairro / Logradouro :

Município :

UF:

CEP:

Fone:

Assinatura:

O AUTUADO TEM O PRAZO DE ATÉ 20 (VINTE) DIAS DO RECEBIMENTO DO AUTO DE INFRAÇÃO PARA PAGAMENTO DA MULTA OU APRESENTAÇÃO DA DEFESA PARA..... NO SEQUINTE ENDEREÇO:

14. Assinaturas

01. Servidor: (Nome Legível)

MAIP:

Assinatura do servidor:

02. Autuado/Representante Autuado: (Nome Legível)

Função/Vínculo com Autuado:

Assinatura do Autuado/Representante Legal

Local: <u>SEBASTIÃO HONHA-MG</u>		Dia: <u>19</u>		Mês: <u>JANEIRO</u>		Ano: <u>2018</u>		Hora: <u>08:30</u>		
1. Descrição da infração		<u>DESCUMPRIMENTO DE LIBERAÇÃO DA COPAM (LIBERAÇÃO INDIVIDUAL DA COPAM Nº 128/2004)</u>								
2. Coordenadas da infração		Geográficas:		DATUM: <input type="checkbox"/> WGS 84 <input type="checkbox"/> SIRGAS 2000		Latitude: Grau <u>16</u> Min. <u>51</u> Seg. <u>53</u>		Longitude: Grau <u>41</u> Min. <u>14</u> Seg. <u>56</u>		
		Planar: UTM		FUSO 22 23 24		X=		Y=		
3. Embasamento legal		Artigo	Anexo	Código	Inciso	Alínea	Decreto/ano	Lei/ano	Resolução	
		<u>83</u>	<u>T</u>	<u>116</u>	-	-	<u>44.946/05</u>	<u>7739/10</u>		
4. Atenuantes / Agravantes		Atenuantes					Agravantes			
		Nº	Artigo/Parágr.	Inciso	Alínea	Redução	Nº	Artigo/Parágr.	Inciso	Aumento
5. Reincidência		<input type="checkbox"/> Genérica <input type="checkbox"/> Específica <input checked="" type="checkbox"/> Não foi possível verificar <input type="checkbox"/> Não se aplica								
6. Penalidades Aplicadas (Advertência e Multa) e ERP		Infração	Porte	Penalidade			Valor	<input type="checkbox"/> Acréscimo <input type="checkbox"/> Redução		Valor Total
		<u>07</u>		<input type="checkbox"/> Advertência <input checked="" type="checkbox"/> Multa Simples <input type="checkbox"/> Multa Diária			<u>17943,52</u>			<u>17943,52</u>
		ERP:	Kg de pescado:	Valor ERP por Kg: R\$			Total: R\$			
		Valor total dos Emolumentos de Reposição da Pesca: R\$:								
		Valor total das multas: R\$ <u>35.887,04</u> (Trinta e cinco mil, oitocentos e oitenta e sete reais)								
		No caso de advertência, o autuado possui o prazo de dias para atender as recomendações constantes no campo 7, sob pena de conversão em multa simples no valor de R\$:								
7. Demais penalidades/Recomendações/Observações										
8. Depositário		Nome Completo:						<input type="checkbox"/> CPF: <input type="checkbox"/> CNPJ: <input type="checkbox"/> RG:		
		Endereço: Rua, Avenida, etc.						Nº / km:	Bairro / Logradouro:	Município:
		UF:	CEP:	Fone:		Assinatura:				
9. Descrição da infração										
10. Coordenadas da infração		Geográficas:		DATUM: <input type="checkbox"/> WGS 84 <input type="checkbox"/> SIRGAS 2000		Latitude: Grau Min. Seg.		Longitude: Grau Min. Seg.		
		Planar: UTM		FUSO 22 23 24		X=		Y=		
11. Embasamento legal		Artigo	Anexo	Código	Inciso	Alínea	Decreto/ano	Lei/ano	Resolução	
12. Atenuantes / Agravantes		Atenuantes					Agravantes			
		Nº	Artigo/Parágr.	Inciso	Alínea	Redução	Nº	Artigo/Parágr.	Inciso	Aumento
13. Reincidência		<input type="checkbox"/> Genérica <input type="checkbox"/> Específica <input type="checkbox"/> Não foi possível verificar <input type="checkbox"/> Não se aplica								
14. Penalidades Aplicadas (Advertência e Multa) e ERP		Infração	Porte	Penalidade			Valor	<input type="checkbox"/> Acréscimo <input type="checkbox"/> Redução		Valor Total
				<input type="checkbox"/> Advertência <input type="checkbox"/> Multa Simples <input type="checkbox"/> Multa Diária						
		ERP:	Kg de pescado:	Valor ERP por Kg: R\$			Total: R\$			
		Valor total dos Emolumentos de Reposição da Pesca: R\$:								
		Valor total das multas: R\$:								
		No caso de advertência, o autuado possui o prazo de dias para atender as recomendações constantes no campo 15, sob pena de conversão em multa simples no valor de R\$:								
15. Demais penalidades/Recomendações/Observações										
16. Depositário		Nome Completo:						<input type="checkbox"/> CPF: <input type="checkbox"/> CNPJ: <input type="checkbox"/> RG:		
		Endereço: Rua, Avenida, etc.						Nº / km:	Bairro / Logradouro:	Município:
		UF:	CEP:	Fone:		Assinatura:				
17. Assinaturas		01. Servidor: (Nome Legível)				MAEP:		Assinatura do servidor:		
		<u>DESAZOLIO DE CARLOS CUSTO</u>				<u>112.241-2</u>		<u>DESAZOLIO DE CARLOS CUSTO</u>		
		02. Autuado/Representante Autuado: (Nome Legível)				Função/Vínculo com Autuado:		Assinatura do Autuado/Representante Legal:		
		<u>COPAM</u>						<u>DESAZOLIO DE CARLOS CUSTO</u>		



Governo do Estado de Minas Gerais
Sistema Estadual de Meio Ambiente
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Diretoria Regional de Controle Processual
Núcleo de Autos de Infração

OFÍCIO nº 544 /2018/DRCP/NAI/SUPRAM JEQ.

Diamantina, 17 de Maio de 2018

Assunto: Encaminhamento de Auto de Infração.

Prezado,

Comunicamos que na fiscalização realizada em 19/01/2018 em Monte Formoso/MG, verificou-se a inobservância da Legislação Ambiental vigente, gerando:

- AI 083223/2018: multa simples no valor de R\$ 17.943,52 (em acordo com os valores UFEMG do ano vigente à lavratura do Auto de Infração) e demais penalidades previstas pela infringência ao código 122, anexo I, do Decreto 44.844/2008;

Por esta razão, estamos encaminhando o Auto de Infração Nº 083223/2018.

Na oportunidade, lembramos que, nos termos da Legislação Ambiental vigente, V.Sa. dispõe do prazo de 20 (vinte) dias, contados do recebimento desse ofício, para apresentar defesa, conforme art. 33 e 34 do Decreto Estadual nº 44.844/2008, que esclarecem, inclusive, os requisitos e documentação necessária à instrução da defesa, ou ainda, requerer o pagamento da multa aplicada, seja através de parcelamento ou através do pagamento do seu valor integral.

Esclarecemos que a defesa poderá ser apresentada pessoalmente no Setor de Protocolo do Sistema Jequitinhonha ou via Correios endereçada ao Núcleo de Autos de Infração, localizado na Avenida da Saúde nº 335, Centro, Diamantina, CEP: 39.100-000.

Caso decida pelo pagamento e/ou parcelamento da multa, a solicitação poderá ser feita a qualquer momento por meio de requerimento, endereçada a este Núcleo.

Aproveitamos o ensejo para ressaltar a importância de destinar a defesa e documentação pertinentes ao setor competente, conforme instruído acima, para evitar possíveis transtornos relacionados ao extravio de documentos.

Atenciosamente,

P/ Raquel Andrade Maranhão

Luana P. Alcântara - Núcleo de Autos de Infração Jequitinhonha

Copasa Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nord.
Rua Rui Barbosa, N 973 - Centro
Almenara/ MG-CEP 39.900-000



TT 29610845 2 BR

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE

ENC. OF. 544 COM A VIA BRANCA DO ' AI ✓
083223/2018Rua Rui Barbosa, nº 73 ✓
Bairro Centro
Almenara/MG
CEP: 39.900-000

PAÍS PAYS

NATUREZA DO ENVIO / NATURE OF LEVANT

☐ PRIORITÁRIO / PRIORITAIRE☐ EMS☐ SEGURO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

DATA DE RECEBIMENTO
DATE DE LIVRATIONCARIMBO DE ENTREGA
UNIDADE DE DESTINO
BUREAU OF DESTINATION

NOME LEGAL DO RECEBEDOR / NOM LISIBL DU RÉCEPTEUR

PAULO SERGIO ALVES

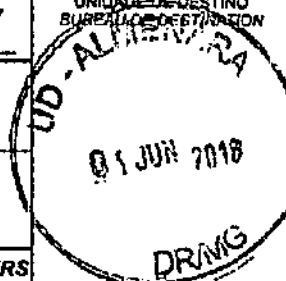
01/06/18

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO
RECEBEDOR / ORGAO EXPEDIDORRUBRICA E MAT. DO EMPREGADO /
SIGNATURE DE L'AGENTE DE CORREIOS

Matrícula: 2.413.623-5

UF: ALMEIRARA

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / DRESSE DE RETOUR DANS LE VERS





DIAMANTINA
RECEBIMENTO
AVIS CNQ7

AR

JT 29610845 2 BR

DATA DE POSTAGEM /

21 MAI 2010

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAI

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

MG

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME DO RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM DU RAISON SOCIAL DE L'ÉMETTEUR

NAI--SUPRAM-JEQ.
Avenida da Saudade, 335, centro,
Diamantina/MG
CEP.: 39.100-000
Telefone: (38) 35326665

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE

CIDADE / LOCALITE

UF

ENDEREÇO PARA
DEVOLUÇÃO
RETOUR





COPASA SERVIÇOS DE SANEAMENTO INTEGRADO DO
NORTE E NORDESTE DE MINAS GERAIS S/A.

AO NÚCLEO DOS AUTOS DE INFRAÇÃO – NAI JEQUITINHONHA

Auto de Infração nº 083223/2018

OFÍCIO Nº 544/2018/DRCP/NAI/SUPRAM JEQ

Localidade: Monte Formoso/MG

Nailete

NÚCLEO REGIONAL DE REGISTRAÇÃO JEQUITINHONHA-DIAMANTINA/MG	
Tipo de Doc.	<input checked="" type="checkbox"/> Entrada <input type="checkbox"/> Saída
Nº do Doc.	<i>1.144.118</i>
Data	<i>21/06/18</i>
Nome Legível do Responsável	<i>Fernanda Gusa</i>

COPASA SERVIÇOS DE SANEAMENTO INTEGRADO DO NORTE E NORDESTE DE MINAS GERAIS S/A - COPANOR, Sociedade Anônima, CNPJ 09.104.426/0001-60, com sede Rua Joaquim Ananias Toledo, 125, bairro Laerte Laender, CEP:39.803-171, Teófilo Otoni/MG, vem por intermédio de seus procuradores que esta subscrevem (procuração anexa), apresentar DEFESA ao Auto de Infração nº 083223/2018, por meio dos fatos e razões a seguir aduzidas.

I - TEMPESTIVIDADE

A COPANOR recebeu o Auto de Infração nº 083223/2018 no dia 01/06/2018, por meio do OFÍCIO Nº 544/2018/DRCP/NAI/SUPRAM JEQ.

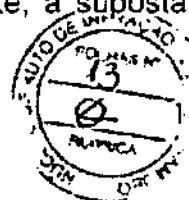
Assim, nos termos do artigo 33 do Decreto nº 44.844/2008, o prazo de vinte dias para apresentação de defesa irá vencer no dia 21/06/2018.

Logo, depreende-se que a defesa, protocolizada nesta data, é tempestiva.

II - DOS FATOS

Foi lavrado o Auto de Infração nº 083223/2018, sendo imputada à COPANOR as seguintes condutas descritas no Decreto nº 44844/2008:

- art. 83, anexo I, cód. 122: "Causar poluição ou degradação ambiental de qualquer natureza que resulte ou possa resultar em dano aos recursos hídricos, às espécies vegetais e animais, aos ecossistemas e habitats ou ao patrimônio natural ou cultural, ou que prejudique a saúde, a segurança, e o bem estar da população". Segundo o agente autuante, a suposta



infração se deu por lançamento de esgoto "in natura" no córrego Anta Podre, em Monte Foromoso/MG;

- art. 83, anexo I, cód. 116: "Descumprir determinação ou deliberação do COPAM". O agente autuante alega que a COPANOR descumpriu a Deliberação Normativa COPAM nº 128/2008.

Entretanto, como será demonstrado no curso desta peça defensiva, o referido Auto de Infração deverá ser declarado nulo e arquivado.

III - DA NULIDADE DO AUTO DE INFRAÇÃO ANTE AO VÍCIO FORMAL

O Decreto nº 44.844/08 estabelece em seu art. 27, caput e §1º, incisos I e II, que o auto de infração deverá ser lavrado com fundamento na ocorrência de transgressão às normas contidas nas seguintes Leis: Lei nº 7.772, de 1980; Lei nº 14.309, de 2002; Lei nº 14.181, de 2002; Lei nº 13.199, de 1999, conforme se comprova a seguir:

"Art. 27. A fiscalização e a aplicação de sanções por infração às normas contidas na Lei nº 7.772, de 1980, Lei nº 14.309, de 2002, Lei nº 14.181, de 2002, e Lei nº 13.199, de 1999, serão exercidas, no âmbito de suas respectivas competências, pela SEMAD, por intermédio das SUPRAMs, pela FEAM, pelo IEF, pelo IGAM e por delegação pela Polícia Militar de Minas Gerais - PMMG.

§ 1º O titular do respectivo órgão ou entidade, em ato próprio, credenciará servidores para realizar a fiscalização e lavrar auto de infração, com fundamento em vistoria realizada pelas SUPRAMs, IEF, IGAM e FEAM, competindo-lhes:

I - verificar a ocorrência de infração às normas a que se refere o caput;

II - verificar a ocorrência de infração à legislação ambiental;" (grifo aposto)

Ocorre que, ante a determinação da norma supracitada, constatou-se flagrante vício formal na constituição do Auto de Infração nº 083223/2018, uma vez que, tal documento NÃO especifica qual dispositivo da Lei nº 7.772/80 que supostamente foi infringido pela Autuada.

Além disso, verifica-se que há o preenchimento do auto de infração com a indicação de artigo de Decreto referente à penalidade de multa, quando, na verdade, deveria constar o artigo de Lei supostamente descumprido.

Desta forma, a autuada está a desconhecer os dispositivos legais hipoteticamente infringidos, uma vez que não foram discriminados no auto de infração.



Saneamento é cidadania

COPASA SERVIÇOS DE SANEAMENTO INTEGRADO DO
NORTE E NORDESTE DE MINAS GERAIS S/A.

As multas foram aplicadas sem ser concedido à autuada o direito de conhecer os dispositivos legais ensejadores das penalidades, o que caracteriza grave vício formal a tornar nulo o auto de infração e, conseqüentemente, as multas aplicadas.

Tal fato fere gravemente a Constituição da República de 1988, mais especificamente seu art. 5º, II, segundo o qual *"ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de Lei"*.

Esse regramento Constitucional traduz o princípio da legalidade, segundo o qual exige-se Lei em sentido formal, emanada do Poder Legislativo a fim de obrigar qualquer cidadão a fazer ou deixar de fazer alguma coisa. Nesse sentido, o nosso Ilustre Constitucionalista José Afonso da Silva, vem corroborar tal entendimento:

"Do que se disse acima, já se deduz que a palavra Lei, para realização plena do princípio da legalidade, se aplica, em rigor técnico, à lei formal, isto é, ao ato do legislativo emanado dos órgãos de representação popular e elaborado de conformidade com o processo legislativo previsto na constituição (arts. 59 a 69)."

O que se extrai do dispositivo é um comando geral e abstrato, do qual conclui-se que somente a lei poderá criar direitos, deveres e vedações, ficando os indivíduos vinculados aos comandos legais, disciplinadores de suas atividades.

Destarte, o Decreto Estadual nº 44.844/08, em consonância com a Constituição Federal, também ratifica o disposto no Princípio da Legalidade ao dispor em seu artigo 27, incisos I e II, que a infração se dará em ofensa às normas das LEIS dispostas no caput, quais sejam, Lei nº 7.772/80, Lei nº 14.309/02, Lei nº 14.181/02 e Lei nº 13.199/99, bem como legislação ambiental, em sentido formal, as quais legitimam a lavratura do auto de infração.

Portanto, É TOTALMENTE ILEGAL A RESPONSABILIZAÇÃO DA COPANOR em função da ofensa ao artigo do DECRETO nº 44.844/2008 (art. 83, anexo I, códigos 116 e 122), conforme pretende o Órgão Ambiental.

Aqui, por oportuno, vale argumentar que o Código Penal Brasileiro, em consonância com as normas constitucionais, preceitua em seu art. 1º que "não há crime sem lei anterior que o defina. Não há pena sem prévia cominação legal". Assim, **inexistindo indicação legal a definir o fato típico, não há que se falar em aplicação de qualquer penalidade, até mesmo a de multa.**

A aplicação de qualquer sanção só se justifica quando pautada em lei, esta considerada no sentido estrito, sob o aspecto formal. O sistema constitucional brasileiro não admite tipificação de condutas por outros atos normativos que não a lei.



Lado outro, há que se destacar que, nos termos do art. 31, do Decreto 44.844/08, o agente fiscalizador deverá observar os requisitos essenciais que necessariamente instruirão o Auto de Infração. Confira-se, *in verbis*:

"Art. 31. Verificada a ocorrência de infração à legislação ambiental ou de recursos hídricos, será lavrado auto de infração, em três vias, destinando-se a primeira ao autuado e as demais à formação de processo administrativo, devendo o instrumento conter:

I - nome ou razão social do autuado, com o respectivo endereço;

II - fato constitutivo da infração;

III - disposição legal ou regulamentar em que fundamenta a autuação; -

IV - circunstâncias agravantes e atenuantes;

V - reincidência;

VI - aplicação das penas;

VII - o prazo para pagamento ou defesa;

VIII - local, data e hora da autuação;

IX - identificação e assinatura do servidor credenciado responsável pela autuação; e

X - assinatura do infrator ou de seu preposto, sempre que possível, valendo esta como notificação." (grifo aposto)

A presença desse dispositivo na norma, como condição de validade do Auto de Infração, é justamente para coibir arbitrariedades por parte dos Agentes Ambientais e assegurar à Autuada plenas condições de apresentar defesa dos fatos a ela imputados.

A disposição legal ou regulamentar que fundamentar a autuação deve ser precisa, clara, indubitável, sob pena de prejudicar ou mesmo inviabilizar a elaboração da defesa, afrontando o Princípio Constitucional do Contraditório e da Ampla Defesa, consagrado no art. 5º, LV, da Constituição da República, segundo o qual:

"LV - aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes;"

Nesse sentido, salienta-se que o § 2º, do artigo 27, do Decreto Estadual nº 44.844/08, exige que o servidor ao lavrar o auto de infração deverá fundamentar a aplicação da penalidade, dentre outros, de acordo com os critérios previstos no inciso III, desse mesmo artigo, cujas alíneas "a" e "b" dispõem que:

"Art. 27 (...)

(...)

III - lavrar auto de fiscalização ou boletim de ocorrência e auto de infração, aplicando as penalidades cabíveis, observando os seguintes critérios na forma definida neste Decreto:

a) a gravidade do fato, tendo em vista os motivos da infração e suas consequências para a saúde pública e para o meio ambiente e recursos hídricos;

b) os antecedentes do infrator ou do empreendimento ou instalação relacionados à infração, quanto ao cumprimento da legislação ambiental estadual;

c) a situação econômica do infrator, no caso de multa;

d) a efetividade das medidas adotadas pelo infrator para a correção dos danos causados ao meio ambiente e recursos hídricos; e

e) a colaboração do infrator com os órgãos ambientais na solução dos problemas advindos de sua conduta; e

(...)

§ 2º O servidor credenciado, ao lavrar os autos de fiscalização ou boletim de ocorrência e de infração, deverá fundamentar a aplicação da penalidade, tendo em vista os critérios previstos no inciso III." (grifo nosso)

No presente auto de infração fica claro a ausência de informações acerca das circunstâncias atenuantes e agravantes (requisito disposto no inciso IV do art. 31 do Decreto Estadual nº 44.844/08). Tais fatos impedem qualquer juízo acerca dos antecedentes da autuada e assim, conforme exposto acima, tornam plenamente NULO o auto de infração.

De todo o elencado, ante a ausência de elementos essenciais à validade do auto, quais sejam, dispositivo legal infringido, circunstâncias atenuantes e agravantes, vê-se afastado o Princípio da Legalidade, da Ampla Defesa e do Contraditório, cujo direito está assegurado constitucionalmente.

Da mesma forma, a ausência de elementos essenciais, conforme preceitua o Decreto nº 44.844/08, configura grave descumprimento das exigências formais de constituição do Auto de Infração, devendo o Auto de Infração nº 083223/2018 ser declarado totalmente NULO pelas irregularidades apontadas.

Por fim, cumpre salientar que, as nulidade apontadas tratam de NULIDADES ABSOLUTAS, ou seja, aquelas que NÃO comportam convalidação, devendo, pois, ser o presente Auto de Infração declarado nulo e, conseqüentemente, determinado o seu arquivamento.

IV – DESCABIMENTO DE APLICAÇÃO DE PENALIDADE À COPANOR

O município Monte Formoso/MG é atendido pelo sistema de coleta, transporte e tratamento do esgoto sanitário.

Há tratamento preliminar com gradeamento, cesto de retenção de sólidos, três reatores anaeróbios de fluxo ascendente, quatro filtros biológicos percoladores, lagoa de maturação e tanques de escoamento superficial.

Para melhor compreensão do serviço de esgotamento sanitário, convém esclarecer que a Lei Federal nº 11.445/2007 estabelece em seu art. 3º, inciso I, alínea “b”:

“Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se:

I - saneamento básico: conjunto de serviços, infra-estruturas e instalações operacionais de:

(...)

b) esgotamento sanitário: constituído pelas atividades, infra-estruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequados dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até o seu lançamento final no meio ambiente;” (grifo aposto)

Assim, a referida Lei Federal, no artigo transcrito acima, estabelece que a coleta, transporte, tratamento e a disposição final do esgoto sanitário são atividades que constituem etapas componentes do serviço de esgotamento sanitário como um todo.

Saliente-se que para a prestação de serviços públicos de saneamento básico, o prestador deve cumprir o que determina o Artigo 19 da Lei Federal nº 11.445/2007, transcrito abaixo, que esclarece os meios de se atingir os objetivos e metas necessárias para adequação do saneamento básico:

“Art. 19. A prestação de serviços públicos de saneamento básico observará plano, que poderá ser específico para cada serviço, o qual abrangerá, no mínimo:

I - diagnóstico da situação e de seus impactos nas condições de vida, utilizando sistema de indicadores sanitários, epidemiológicos, ambientais e socioeconômicos e apontando as causas das deficiências detectadas;

II - objetivos e metas de curto, médio e longo prazos para a universalização, admitidas soluções graduais e progressivas, observando a compatibilidade com os demais planos setoriais;

III - programas, projetos e ações necessárias para atingir os objetivos e as metas, de modo compatível com os respectivos planos plurianuais e com outros planos governamentais correlatos, identificando possíveis fontes de financiamento;

IV - ações para emergências e contingências;

V - mecanismos e procedimentos para a avaliação sistemática da eficiência e eficácia das ações programadas." (grifo nosso)

Assim sendo, é notório que o serviço de esgotamento sanitário é de natureza complexa e envolve várias etapas.

Ademais, ressalte-se que a COPANOR, para a execução de suas obras, como de praxe, deve observar as regras estabelecidas na Lei 8.666/93.

Para tanto, é preciso ter em mãos os projetos do empreendimento a ser implantado e, principalmente, possuir fonte de recurso definida, de modo a garantir o adimplemento das obrigações financeiras que serão constituídas com a realização das obras contratadas, em obediência ao art. 7º, §2º, III, da Lei 8.666/93 que dispõe:

"Art. 7º (...)

§ 2º As obras e os serviços somente poderão ser licitados quando:

(...)

III - houver previsão de recursos orçamentários que assegurem o pagamento das obrigações decorrentes de obras ou serviços a serem executadas no exercício financeiro em curso, de acordo com o respectivo cronograma;" (Grifo apostro).

Os mencionados projetos constituem o conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar a obra ou serviço, ou complexo de obras e serviços objeto da licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegurem a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento, bem como possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução para posterior processo licitatório.

Nesse sentido, observado todo o trâmite processual em atendimento à lei Nº 8.666/1993, a COPANOR concluiu as obras de esgotamento sanitário, incluindo a Estação de Tratamento de Esgotos – ETE, conforme fotos anexas.

Saliente-se que o trecho apresentado no relatório fotográfico se refere ao último poço de visita da rede interceptora, que leva o esgoto à estação elevatória de esgoto bruto para recalque aos módulos de tratamento. O vazamento no ponto em questão já foi sanado, não havendo mais lançamento de esgoto "in natura".

Diante da complexidade dos serviços prestados, bem como dos esforços envidados pela COPANOR para concluir as obras de esgotamento sanitário, aplicar a penalidade



Saneamento é cidadania

COPASA SERVIÇOS DE SANEAMENTO INTEGRADO DO
NORTE E NORDESTE DE MINAS GERAIS S/A.

descrita no auto de infração nº 083223/2018 é um ato totalmente indevido, desarrazoado e desproporcional.

Nesse sentido, o art. 2º, Parágrafo Único, inc. VI da Lei 9.784/99, estabelece:

"Art. 2º. a Administração Pública obedecerá, dentre outros, aos princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência.

Parágrafo único. Nos processos administrativos serão observados, entre outros, os critérios de:

(...)

VI - adequação entre meios e fins, vedada a imposição de obrigações, restrições e sanções em medida superior àquelas estritamente necessárias ao atendimento do interesse público." (grifo nosso)

Édis Milaré (7ª Ed., 2011, pg. 1169) citando Álvaro Lazzarini ensina: importando, regra geral, o poder de polícia, restrições a direitos individuais, a sua utilização não deve ser excessiva ou desnecessária, para que não configure o abuso de poder.

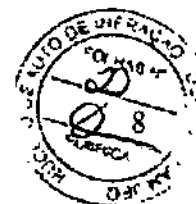
A razoabilidade impõe que, ao atuar dentro da discricção administrativa, o agente público deve obedecer a critérios aceitáveis do ponto de vista racional.

Os atos desarrazoados não estão dentro da margem de liberdade do agente autuante.

Os atos que violem a razoabilidade não são inconvenientes, mas são, na verdade, ilegais e ilegítimos, por isso passíveis de anulação. Nesse sentido, vejamos as palavras do Prof. Celso Antônio Bandeira de Mello:

"Não se imagina que a correção judicial baseada na violação do princípio da razoabilidade invade o "mérito" do ato administrativo, isto é, o campo de "liberdade" conferido pela lei à Administração para decidir-se segundo uma estimativa da situação e critérios de conveniência e oportunidade. Tal não ocorre porque a sobredita "liberdade" é liberdade dentro da lei, vale dizer, segundo as possibilidades nela comportadas. Uma providência desarrazoada, consoante dito, não pode ser havida como comportada pela lei. Logo, é ilegal: é desbordante dos limites nela admitidos."

Portanto, diante do exposto, mostra-se descabida a manutenção da penalidade à COPANOR, devendo o presente Auto de Infração ser declarado nulo e arquivado.





Saneamento é cidadania

COPASA SERVIÇOS DE SANEAMENTO INTEGRADO DO
NORTE E NORDESTE DE MINAS GERAIS S/A.

V – NULIDADE DO AUTO DE INFRAÇÃO – INADEQUAÇÃO TÍPICA

Foi imputada à COPANOR a conduta descrita no Decreto nº 44844/2008, art. 83, anexo I, cód. 116: "Descumprir determinação ou deliberação do COPAM".

O agente autuante alega que a COPANOR descumpriu a Deliberação Normativa COPAM nº 128/2008 ("Altera prazos estabelecidos pela Deliberação Normativa COPAM 96/2006 que convoca municípios para o licenciamento ambiental de sistema de tratamento de esgotos e dá outras providências").

Contudo, a COPANOR obteve a Autorização Ambiental de Funcionamento nº 06773/2013, em cumprimento à mencionada Deliberação.

Ocorre que, devido às modificações na Legislação Estadual, ainda não foi possível obter a renovação da Autorização Ambiental de Funcionamento.

Conforme comprova o Formulário de Orientação Básica anexo, a COPANOR tem envidado esforços para a mencionada renovação.

Desta forma, tendo em vista que a COPANOR obteve a AAF, restando apenas a sua renovação, é claro o erro de tipificação, de modo que o fundamento jurídico adotado não corresponde à situação fática, havendo nulidade absoluta do Auto de Infração, resultando no seu arquivamento.

Nesse sentido, está a decisão do "TRF – 1ª Região", transcrita abaixo:

"ADMINISTRATIVO. MULTA. SUNAB. AUTO DE INFRAÇÃO. DESCRIÇÃO DOS FATOS QUE NÃO CORRESPONDE À TIPIIFICAÇÃO DA CONDUTA ILÍCITA. POSTERIOR RETIFICAÇÃO ADMINISTRATIVA DO AUTO.

I. É nulo o auto de infração em que o fundamento jurídico adotado não corresponde à situação fática descrita na autuação, sendo insuficiente a posterior retificação administrativa da tipificação da infração.

II. Apelação e remessa oficial improvidas." Grifo aposto. (AC 18826 GO 95.01.18826-4, (Relator: Juiz Moacir Ferreira Ramos, Julgamento: 08/08/2002, Órgão Julgador: 3ª Turma Suplementar, Publicação: 22/08/2002 DJ p.182).

Portanto, demonstrada a inadequação típica, o presente Auto de Infração deve ser declarado nulo e arquivado.

VI – DOS PEDIDOS

Ante ao exposto, requer:





Saneamento é cidadania

COPASA SERVIÇOS DE SANEAMENTO INTEGRADO DO
NORTE E NORDESTE DE MINAS GERAIS S/A.


- a) seja o Auto de Infração nº 083223/2018 declarado nulo, considerando-o inapto à produção de qualquer efeito no âmbito jurídico, ante aos vícios formais existentes;
- b) com base na argumentação exposta, seja cancelado o Auto de Infração nº 083223/2018, desfazendo toda e qualquer relação jurídica que tenha se originado com a lavratura de tal documento;
- c) a juntada de documentos, até que o processo seja remetido à conclusão da autoridade julgadora, com fulcro no disposto no artigo 34, §4º do Decreto nº 44844/2008.

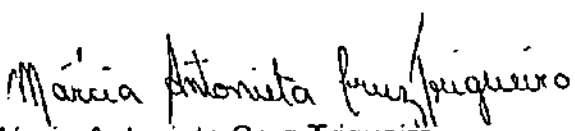
Em anexo, a COPANOR encaminha os seguintes documentos:

- a) Procuração;
- b) Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral;
- c) Estatuto Social da COPANOR;
- d) Auto de Infração nº 083223/2018;
- e) OFÍCIO Nº 544/2018/DRCP/NAI/SUPRAM JEQ;
- f) Fotos;
- g) Formulário de Orientação Básica e AAF nº 06773/2013.

Pede deferimento.

Belo Horizonte, 19 de Junho de 2018


Felícia Horta Silva Pereira
Assistente Jurídico
OAB/MG 114.887


Advª Márcia Antonieta Cruz Trigueiro
OAB/MG 72.859





Cartório Jaguarão

2º Tabelionato de Notas

República Federativa do Brasil

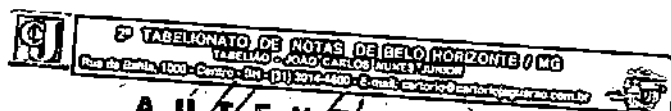
Belo Horizonte - Estado de Minas Gerais



LIVRO - 2106P

PRIMEIRO TRASLADO

FOLHA - 214



AUTENTICAÇÃO

Confere com o original apresentado, dou fé.

Belo Horizonte,

07/03/2018

Emo. R\$ 1,00 T.F. R\$ 1,00 Total: R\$ 2,00

Procuração que faz Copasa Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais S/A - Copanor.

Saibam

quantos este público instrumento virem que, do ano de nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo, de dois mil e dezoito (2018), aos 01 (um) dias do mês de fevereiro nesta cidade de Belo Horizonte, Capital do Estado de Minas Gerais, República Federativa do Brasil, no 2º Tabelionato de Notas, situado na Rua da Bahia nº 1000, perante mim, Diógenes Régis Ferreira Fernandes, Escrevente Autorizado, compareceu como Outorgante: Copasa Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais S/A - Copanor, inscrita no CNPJ sob o nº. 09.104.426/0001-60 com sede na Rua Joaquim Ananias de Toledo nº 125, bairro Doutor Laerte Laender em Teófilo Otoni, Minas Gerais, que declara que seu endereço eletrônico é: presidencia.copanor@copanor.com.br, neste ato representada, por seu Diretor Financeiro Luiz Gustavo Braz Lage, brasileiro, casado, administrador de empresas, CPF nº 466.132.426-91, Carteira de Identidade nº M-2549413 SSP/MG, filiação: Roberto da Costa Lage e Wilma Aparecida Braz Lage, e-mail: luiz.lage@copasa.com.br, com domicílio profissional na Rua Mar de Espanha, 525, Bairro Santo Antonio, Belo Horizonte, Minas Gerais, CEP-30330-270; a presente reconhecida e identificada como a própria e de cuja capacidade jurídica dou fé, e por ela, através de seu representante me foi dito que nomeia e constitui seus bastantes procuradores: Pedro Eustáquio Scapolatempore, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB-MG sob o nº. 35.323, CPF nº 251.586.516-04, filiação: Pedro Scapolatempore e Ismar Figueiredo

Rua da Bahia, 1000 - Centro - CEP 30160-011

PABX: (31) 3014-4600 - WhatsApp: (31) 98312-1694 - www.cartoriojaguarao.com.br



Scapolatempore, e-mail: pedro.scapolatempore@copasa.com.br. Adlei Duarte de Carvalho, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB-MG sob o nº 72.958, CPF nº 764.776.146-34, filiação: Ademar Teixeira de Carvalho e Leila Lucia Duarte de Carvalho, e-mail: adlei.carvalho@copasa.com.br. Alessandra Guimarães Rocha, brasileira, casada, advogada, inscrito na OAB-MG sob o nº 90.498, CPF nº 038.521.516-94, filiação: Eustáquio Orlando da Silva Rocha e Sandra Ribeiro Guimarães, e-mail: alessandra.rocha@copasa.com.br. Márcia Antonieta Cruz Trigueiro, brasileira, divorciada, advogada, inscrita na OAB-MG sob o nº 72.859, CPF nº 866.824.666-68, filiação: Maurílio José Trigueiro e Maria Auxiliadora Cruz Trigueiro, e-mail: marcia.trigueiro@copasa.com.br. Roberto Celso Dias de Carvalho, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB-MG sob o nº 71.123, CPF nº 355.731.476-68, filiação: Vicente de Paula Carvalho e Nivia de Carvalho, e-mail: roberto.carvalho@copasa.com.br. todos com endereço profissional na Rua Mar de Espanha, nº 525, Bairro Santo Antonio, Belo Horizonte, Minas Gerais. CEP-30330-270, conferindo-lhes os poderes da cláusula "ad judicia" e "et extra" para o foro em geral e os especiais, para, em conjunto ou separadamente, representar a Outorgante perante todos os Juízos e Tribunais, nos processos em que a Outorgante compareça como autora, ré, assistente, opoente, denunciada à lide, nomeada à autoria ou chamada ao processo, podendo, os Outorgados, receber citações, notificações e intimações judiciais, renunciar, desistir, receber e dar quitação, firmar acordos e compromissos, recorrer, formular exceções, assinar carta de preposição, fazer levantamento de alvará judicial e/ou depósitos judiciais, propor, contestar, transigir, recorrer em ação rescisória, bem como agir na defesa de seus interesses perante repartições públicas e fazendárias federais, estaduais e municipais, inclusive da administração indireta, entidades paraestatais, agências executivas, Ministérios Públicos Federal e Estadual, Procons Estadual e Municipal, Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, Junta Comercial do Estado de Minas Gerais – JUCEMG, Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCEMG, podendo, também, interpor impugnação, manifestação de inconformidade e recurso perante a Receita Federal do Brasil (Secretaria da Receita Federal e Secretaria da Receita Previdenciária), consultar dados da Outorgante, inclusive os protegidos por sigilo fiscal referidos no artigo 3º da Portaria da Receita Federal do Brasil nº 1.860, de 11/10/2010, tirar cópias xerográficas de documentos, ter vistas e retirar processos com carga da Secretaria da Receita Federal, solicitar certidões, documentos e obter informações relativas à regularidade fiscal, dados e valores de débitos, créditos, dividas e pendências





Cartório Jaguarão

2º Tabelionato de Notas

República Federativa do Brasil

Belo Horizonte - Estado de Minas Gerais

LIVRO - 2106P

FOLHA - 215

diversas, relatório de restrições de tributos previdenciários, protocolizar documentos e requerer certidão negativa de débito, podendo, enfim, praticar todos os demais atos necessários ao desempenho deste mandato e, ainda, substabelecer em parte ou no todo, mas com reserva, os poderes que lhes foram conferidos. Protocolo nº. 2193/2018. Valores referentes a esta Procuração: Emolumentos: R\$ 88,04 - RECOMPE R\$ 5,28; Taxa de Fisc. Judiciária: R\$ 29,33; Total: R\$ 122,65. Valores referentes ao Arquivamento de: 0 folhas: Emolumentos: R\$; Taxa de Fisc. Judiciária: R\$; Total: R\$ 0,00. Assim disse e me pediu este instrumento, que lido e achado conforme, aceita e assina dispensada a presença de testemunhas, nos termos da Lei Federal nº. 6.952 de 06 de novembro de 1981, do que dou fé. Eu Diógenes Régis Ferreira Fernandes, Escrevente Autorizado, a escrevi. Dou fé. Eu, Mirian Bomfá Santos Alves, Tabeliã Substituta, a subscrevi. Luiz Gustavo Braz Lage- TRASLADADA EM SEGUIDA.

Eu, Diógenes Régis Ferreira Fernandes, tabelião, a subscrevo e assino em público e lido. Em testº. Luiz Gustavo Braz Lage da verdade.



O TABELIÃO



2º TABELIONATO DE NOTAS DE BELO HORIZONTE - TJMG
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA
Tabelião de Notas de Belo Horizonte - Diógenes Régis Ferreira Fernandes
Esc. Autorizado
Selo Eletrônico Nº: BVH53830
Cód. Seg.: 4638.4214.1888.9313
Quantidade de Atos Praticados: 1
Empl.: R\$ 93,32 - TF: R\$ 29,33 - Valor Final: R\$ 122,65
Consulte a validade deste Selo no site <HTTPS://selos.tjmg.jus.br>



AUTENTICAÇÃO

Confere com o original apresentado, dou fé.

Belo Horizonte,
07/03/2018

Empl. R\$ 4,50 - T.F. J: 54,47 - Total: R\$ 58,97



Selo de Autenticação
AUTENTICAÇÃO
CVN 40283

Rua da Bahia, 1000 - Centro - CEP 30160-011
PABX: (31) 3014-4600 - WhatsApp: (31) 98312-1694 - www.cartoriojaguarao.com.br
Tabelião Titular - João Carlos Nunes Júnior



Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 09.104.426/0001-60 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 10/09/2007
NOME EMPRESARIAL COPASA SERVICOS DE SANEAMENTO INTEGRADO DO NORTE E NORDESTE DE MINAS GERAIS S/A - COPANOR			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) COPANOR			PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 36.00-6-01 - Captação, tratamento e distribuição de água			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 205-4 - Sociedade Anônima Fechada			
LOGRADOURO R JOAQUIM ANANIAS DE TOLEDO	NÚMERO 125	COMPLEMENTO	
CEP 39.803-171	BAIRRO/DISTRITO DOUTOR LAERTE LAENDER	MUNICÍPIO TEÓFILO OTONI	UF MG
ENDEREÇO ELETRÔNICO REGIA.DUTRA@COPASA.COM.BR		TELEFONE (31) 3250-1661 / (31) 3250-1763	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 10/09/2007	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia 19/06/2018 às 10:46:46 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1





Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa
Departamento de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)

NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)

31300025616

Código da Natureza Jurídica

2054

Nº da Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Nome: **COPASA SERVICOS DE SANEAMENTO INTEGRADO DO NORTE E NORDESTE DE MINAS GERAIS S/A COPANOR**
(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº FCN/REMP



J173273598893

Nº DE VIAS DO ATO DO ATTO CODIGO DO EVENTO OTDE DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO

1 007 ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINARIA

019 1 ESTATUTO SOCIAL

IEOEFLO OTONI

Local

12 Junho 2017

Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:

Nome: _____

Assinatura: _____

Telefone de Contato: _____

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR

☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM

☐ SIM

Processo em Ordem
A decisão

_____/_____/_____
Data

☐ NÃO

_____/_____/_____
Data

Responsável

☐ NÃO

_____/_____/_____
Data

Responsável

Responsável

DECISÃO SINGULAR

☐ Processo em vigência. (Vide despacho em folha anexa)

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

☐ Processo deferido. Publique-se e arquivar-se.

☐

☐

☐

☐

☐ Processo indeferido. Publique-se.

_____/_____/_____
Data

Responsável

DECISÃO COLEGIADA

☐ Processo em vigência. (Vide despacho em folha anexa)

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

☐ Processo deferido. Publique-se e arquivar-se.

☐

☐

☐

☐

☐ Processo indeferido. Publique-se.

_____/_____/_____
Data

Vogal

Vogal

Vogal

Presidente da _____ Turma

OBSERVAÇÕES



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 6295171 em 14/06/2017 da Empresa COPASA SERVICOS DE SANEAMENTO INTEGRADO DO NORTE E NORDESTE DE MINAS GERAIS S/A COPANOR, Nire 31300025616 e protocolo 172866260 - 05/06/2017. Autenticação: 3826AF2E2CDF03ADD272E96426899151D432B3. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 17/286.626-0 e o código de segurança qpTa Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 14/06/2017 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.





JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
17/286.626-0	J173273598893	05/06/2017

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
764.776.146-34	ADLEI DUARTE DE CARVALHO

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais



COPASA Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais S/A

NIRE 313.000.256-16

CNPJ/MF nº 09.104.426/0001-60

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

REALIZADA EM 20 DE JANEIRO DE 2017

1. Data, Hora e Local: realizada no dia 20 de janeiro de 2017, às 10:00 horas, na sede da Controladora, Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA MG, localizada na rua Mar de Espanha 525, bairro Santo Antônio, CEP 30.330-270, Belo Horizonte/MG. **2. Presença:** presentes os representantes legais de ambas as Companhias, controladora e controlada/subsidiária integral, Edson Machado Monteiro, Diretor Financeiro da Companhia e Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da COPASA MG e Sinara Inácio Meireles Chenna, Presidente do Conselho de Administração da Companhia e Diretora-Presidente da COPASA MG. Presente, ainda, Kátia Roque da Silva, Gerente da Secretaria Geral. **3. Convocação:** convocação dispensada nos termos do § 4º do artigo 124 da Lei 6.404/76, face à presença dos representantes legais da única acionista COPASA MG, representando, portanto, a totalidade do capital social da Companhia. **4. Mesa:** assumiu a presidência dos trabalhos, na forma do parágrafo 2º do artigo 6º do Estatuto Social da Companhia, a Presidente do Conselho de Administração da Companhia, Sinara Inácio Meireles Chenna, que convidou Kátia Roque da Silva para secretariá-la. **5. Ordem do Dia:** (I) proposta de aumento do capital social da Companhia; (II) alteração do Estatuto Social da Companhia; **6. Deliberações:** instalada a Assembleia, após a discussão das matérias da Ordem do Dia, os acionistas deliberaram o que segue: (I) aprovar, conforme artigo 7º do Estatuto Social da Companhia, a homologação do aumento de capital de R\$57.365.026,67 (cinquenta e sete milhões, trezentos e sessenta e cinco mil, vinte e seis reais e sessenta e sete centavos) para R\$72.730.064,00 (setenta e dois milhões, setecentos e trinta mil e sessenta e quatro reais), mediante subscrição de novas ações no valor total de R\$15.365.037,33 (quinze milhões, trezentos e sessenta e cinco mil, trinta e sete reais e três centavos). Dessa forma, o capital social passará a ser representado por 72.730.064 (setenta e duas milhões, setecentas e trinta mil e sessenta e quatro) ações ordinárias, nominativas e com valor nominal de R\$1,00 (um real), nos termos da Reunião do Conselho de Administração de 19/01/2017; (II) alterar o artigo 5º e a alínea "r" do artigo 12 do Estatuto Social da Companhia que passarão a ter a seguinte redação: "Artigo 5º O capital social da Companhia é de R\$72.730.064,00 (setenta e dois milhões, setecentos e trinta mil e sessenta e quatro reais), totalmente subscrito e integralizado, representado por 72.730.064 (setenta e duas milhões, setecentas e trinta mil e sessenta e quatro) ações ordinárias, todas nominativas e com valor nominal de R\$1,00 (um real). Parágrafo Primeiro O capital social será representado exclusivamente por ações ordinárias, sendo que cada ação dará direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais da Companhia. Parágrafo Segundo A Companhia está autorizada a aumentar o capital social até o limite de R\$80.000.000,00 (oitenta milhões de reais), independentemente de reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração, a quem competirá, também, estabelecer as condições da emissão, inclusive o preço, prazo e forma de sua integralização. Ocorrendo subscrição com integralização de bens, a competência para o aumento de capital social será da Assembleia Geral, ouvido o Conselho Fiscal". "Artigo 12 Compete ao Conselho de Administração, principalmente: (...) r) submeter à Assembleia Geral propostas de aumento de capital social acima do limite do capital autorizado, a sua integralização em bens e a reforma do Estatuto Social." **7. Encerramento:** nada mais havendo a tratar, foi a presente ata lavrada, lida, conferida e assinada pela presidente, Sinara Inácio Meireles Chenna, pela secretária, Kátia Roque da Silva, e pelos representantes da acionista controladora COPASA MG, Sinara Inácio Meireles Chenna, Diretora-Presidente, e Edson Machado Monteiro, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores. Belo Horizonte, 20 de janeiro de 2017. Confere com a original lavrada em livro próprio. Assinada digitalmente por Kátia Roque da Silva.



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 6295171 em 14/06/2017 da Empresa COPASA SERVICOS DE SANEAMENTO INTEGRADO DO NORTE E NORDESTE DE MINAS GERAIS S/A COPANOR, Nire 31300025616 e protocolo 172866260 - 05/06/2017. Autenticação: 3826AF2E2CDFD03ADD272E96426899151D432B3, Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 17/286.626-0 e o código de segurança qpTa Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 14/06/2017 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

Assinada digitalmente por Kátia Roque da Silva

pág. 3/18



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
17/286.626-0	J173273598893	05/06/2017

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
688.678.326-20	KATIA ROQUE DA SILVA

Página 1 de 1



**ESTATUTO SOCIAL
COPASA SERVIÇOS DE SANEAMENTO INTEGRADO
DO NORTE E NORDESTE DE MINAS GERAIS S/A
COPANOR**

Belo Horizonte - Minas Gerais - Brasil

Aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 20/01/2017



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 6295171 em 14/06/2017 da Empresa COPASA SERVICOS DE SANEAMENTO INTEGRADO DO NORTE E NORDESTE DE MINAS GERAIS S/A COPANOR, Nire 31300025618 e protocolo 172866260 - 05/06/2017. Autenticação: 3626AF2E2CDFD03ADD272E96426899151D432B3. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 17/286.626-0 e o código de segurança qPTa Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 14/06/2017 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.



SECRETARIA-GERAL
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

pág. 5/18



**COPASA SERVIÇOS DE SANEAMENTO INTEGRADO
DO NORTE E NORDESTE DE MINAS GERAIS S/A - COPANOR**

NIRE 313.000.256-16

CNPJ nº 09.104.426/0001-60

CAPÍTULO I

Denominação, Sede, Prazo e Objeto

Artigo 1º A Copasa Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais S/A - COPANOR, doravante denominada simplesmente Companhia, cuja constituição foi autorizada pela Lei Estadual nº 16.698/2007, é uma Sociedade Anônima, subsidiária integral da Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA MG, doravante denominada simplesmente COPASA MG.

Parágrafo Único A Companhia será regida pelo presente Estatuto e pelas disposições legais aplicáveis às sociedades por ações, em particular a Lei Federal nº 6.404/76.

Artigo 2º A Companhia tem sede e foro na cidade de Teófilo Otoni, Estado de Minas Gerais.

Artigo 3º A Companhia terá prazo de duração indeterminado.

Artigo 4º A Companhia tem por objeto planejar, projetar, executar, ampliar, remodelar, explorar e prestar serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, incluindo todas as atividades correlatas, para o que poderá utilizar recursos e pessoal próprio ou de terceirizados; a coleta, a reciclagem, o tratamento e a disposição final do lixo urbano, doméstico e industrial; a drenagem e o manejo das águas pluviais urbanas em localidades da região de planejamento do Norte de Minas e das Bacias Hidrográficas dos rios Jequitinhonha, Mucuri, São Mateus, Buranhém, Itanhém e Jucuruçu.

Parágrafo Primeiro A Companhia, em sua atuação, respeitará a seguinte ordem de prioridade:

- I) municípios onde a COPASA MG não atue; e
- II) municípios onde a COPASA MG não tenha implantado serviço de esgotamento sanitário.

Parágrafo Segundo A Companhia somente poderá receber a subconcessão de serviços da COPASA MG se houver lei autorizativa do Município concedente, precedida da realização de audiência pública com as comunidades interessadas.

Parágrafo Terceiro A Companhia obedecerá às diretrizes do Plano de Saneamento Básico vigente para a região de sua atuação, estabelecidos nos termos da Lei Federal nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007.

Parágrafo Quarto A Companhia deverá praticar tarifas diferenciadas e inferiores às praticadas pela COPASA MG.





Parágrafo Quinto A Companhia, sempre que vantajoso em termos econômicos, contratará a COPASA-MG para elaboração de projetos e a prestação de serviços que viabilizem a execução das obras e a operação dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário sob sua responsabilidade.

Parágrafo Sexto A Companhia, sempre que vantajoso em termos econômicos, poderá contratar, diretamente ou por intermédio da COPASA MG, mediante regular processo de licitação, a execução das obras de implantação dos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário sob sua responsabilidade, e os demais serviços correlatos, bem como adquirir produtos, equipamentos e materiais que se façam necessários ao desempenho de suas atividades.

Parágrafo Sétimo A Companhia deve gerar recursos financeiros para fazer face à manutenção de seu capital de giro, bem como dos seus custos não operacionais.

CAPÍTULO II

Capital Social e Ações

Artigo 5º O capital social da Companhia é de R\$72.730.064,00 (setenta e dois milhões, setecentos e trinta mil e sessenta e quatro reais), totalmente subscrito e integralizado, representado por 72.730.064 (setenta e duas milhões, setecentas e trinta mil e sessenta e quatro) ações ordinárias, todas nominativas e com valor nominal de R\$1,00 (um real).

Parágrafo Primeiro O capital social será representado exclusivamente por ações ordinárias, sendo que cada ação dará direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais da Companhia.

Parágrafo Segundo A Companhia está autorizada a aumentar o capital social até o limite de R\$80.000.000,00 (oitenta milhões de reais), independentemente de reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração, a quem competirá, também, estabelecer as condições da emissão, inclusive o preço, prazo e forma de sua integralização. Ocorrendo subscrição com integralização de bens, a competência para o aumento de capital social será da Assembleia Geral, ouvido o Conselho Fiscal.

CAPÍTULO III

Assembleia Geral

Artigo 6º A Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA MG, na qualidade de acionista único da Companhia, detém plenos poderes para decidir sobre todos os negócios relativos ao seu objeto social e adotar as resoluções que julgar necessárias à defesa dos seus interesses e ao seu desenvolvimento.

Parágrafo Primeiro A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 4 (quatro) meses seguintes ao término de cada exercício social, em local, data e hora previamente fixados





pelo Conselho de Administração, e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem, observadas em sua convocação, instalação e deliberações às disposições do presente Estatuto Social e às prescrições legais pertinentes.

Parágrafo Segundo As reuniões da Assembleia Geral serão presididas pelo Diretor-Presidente da Controladora ou, na sua ausência, por substituto eleito pelos demais presentes e secretariadas por pessoa escolhida pelo Presidente da Assembleia dentre os presentes à reunião.

Artigo 7º A Assembleia Geral Extraordinária, além dos casos previstos em lei, reunir-se-á mediante convocação do Conselho de Administração, para deliberar sobre assuntos de interesse da Companhia, especialmente:

- I) reforma do Estatuto;
- II) nomeação e destituição, a qualquer tempo, de membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal;
- III) aumento e/ou subscrição de novas ações ou redução do capital social;
- IV) incorporação da Companhia a outra sociedade, sua dissolução, transformação, cisão ou fusão;
- V) participação da Companhia em grupo de sociedade.

CAPÍTULO IV **Da Administração**

Artigo 8º A Companhia será administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria Executiva, com os poderes conferidos pela lei aplicável e de acordo com o presente Estatuto Social.

Parágrafo Único É vedado o pagamento de remuneração aos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva da Companhia, à exceção do Diretor-Presidente, quando esse não exercer cumulativamente outro cargo na Controladora.

Conselho de Administração

Artigo 9º O Conselho de Administração será composto por no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros, dos quais um será o seu Presidente.

Parágrafo Único O mandato dos membros do Conselho de Administração será unificado em 1 (um) ano, salvo renúncia ou destituição, podendo ser reeleitos. Os membros do Conselho de Administração permanecerão no exercício de seus cargos até a eleição e posse de seus sucessores.

Artigo 10 Os membros do Conselho de Administração tomarão posse mediante assinatura do respectivo termo nos livros das Atas do Conselho de Administração, permanecendo sujeitos aos





requisitos, impedimentos, deveres, obrigações e responsabilidades previstos nos Artigos 145 a 158 da Lei Federal nº 6.404/76.

Parágrafo Único Em caso de vacância do cargo de qualquer membro do Conselho de Administração, o substituto será eleito, por Assembleia Geral Extraordinária, para completar o respectivo mandato.

Artigo 11 O Conselho de Administração reunir-se-á sempre que necessário, pelo menos uma vez em cada trimestre, preferencialmente, na sede da Companhia.

Parágrafo Primeiro As reuniões do Conselho de Administração poderão ser convocadas por seu Presidente e somente se instalarão com a presença da maioria de seus membros, sendo suas deliberações tomadas mediante o voto favorável da maioria dos presentes, cabendo ao Presidente do Conselho de Administração o voto de qualidade.

Parágrafo Segundo As reuniões do Conselho de Administração serão presididas pelo Presidente do Conselho de Administração e secretariadas por quem este indicar. No caso de ausência temporária do Presidente do Conselho de Administração, as reuniões serão presididas por um Conselheiro escolhido por maioria dos votos dos demais membros do Conselho de Administração, cabendo ao presidente da reunião indicar o secretário.

Parágrafo Terceiro Ao término da reunião deverá ser lavrada ata, a qual deverá ser assinada por todos os Conselheiros presentes e, posteriormente as atas deverão ser arquivadas no registro público de empresas mercantis.

Artigo 12 Compete ao Conselho de Administração, principalmente:

- a) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;
- b) definir a estrutura organizacional da Companhia no nível de diretoria, fixando suas atribuições e definindo os assuntos e competências que ficarão sob sua responsabilidade;
- c) eleger e destituir os Diretores da Companhia;
- d) aprovar os planos de negócios e orçamentos operacionais e de investimentos da Companhia;
- e) fiscalizar a gestão da Diretoria, e praticar quaisquer atos necessários ao exercício de suas funções;
- f) manifestar-se sobre o relatório e as contas da Diretoria, bem como sobre as demonstrações financeiras do exercício, que deverão ser submetidas à Assembleia Geral Ordinária;
- g) aprovar o plano de organização da Companhia, bem como a emissão e modificação de quaisquer normas e regulamentos de organização interna da Companhia;
- h) aprovar qualquer investimento ou despesa não prevista no Orçamento Anual aprovado, de valor igual ou superior a R\$2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais);
- i) deliberar, por proposta da Diretoria Executiva, sobre exclusão de bens imóveis do ativo permanente da Companhia, por motivo de alienação e inutilidade aos serviços;
- j) deliberar, por proposta da Diretoria Executiva, sobre a utilização de bens móveis para a prestação de garantias a terceiros, no valor superior a R\$500.000,00 (quinhentos mil reais).



- k) deliberar, por proposta da Diretoria Executiva, sobre a aquisição e constituição de ônus reais sobre bens imóveis de qualquer valor;
- l) autorizar a instauração de processo administrativo de licitação, de dispensa e de inexigibilidade de licitação, bem como os termos aditivos das respectivas contratações e homologações de processo administrativo licitatório de valor igual ou superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais);
- m) deliberar sobre convênios e contratos não previstos na alínea "l", que impliquem em empréstimos, financiamentos e demais negócios jurídicos a serem celebrados pela Companhia, bem como os termos aditivos das respectivas contratações de valor igual ou superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais);
- n) autorizar a propositura de ações judiciais, processos administrativos e a celebração de acordos judiciais e extrajudiciais de valor igual ou superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais);
- o) escolher e destituir auditores independentes;
- p) deliberar sobre os assuntos que lhe forem submetidos pela Diretoria;
- q) autorizar o pagamento de Gratificação por Desempenho; e
- r) submeter à Assembleia Geral propostas de aumento de capital social acima do limite do capital autorizado, a sua integralização em bens e a reforma do Estatuto Social.

Diretoria Executiva

Artigo 13 A Diretoria Executiva será composta por no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros, eleitos pelo Conselho de Administração e por ele destituíveis a qualquer tempo, um dos quais será o Diretor-Presidente.

Parágrafo Primeiro Os membros da Diretoria Executiva deverão ser, obrigatoriamente, escolhidos dentre os membros da Diretoria Executiva da COPASA MG, à exceção do Diretor-Presidente, o qual, preferencialmente, será escolhido dentre os membros da Diretoria Executiva da COPASA MG.

Parágrafo Segundo O mandato dos membros da Diretoria Executiva será unificado em 3 (três) anos, podendo ser reconduzidos e terminará na data de realização da terceira Assembleia Geral Ordinária subsequente à Reunião do Conselho de Administração que os tiver elegido. Os Diretores permanecerão no exercício de seus cargos até a eleição e posse de seus sucessores.

Parágrafo Terceiro A remuneração do Diretor-Presidente, que não acumule cargo de Diretor na COPASA MG, será fixada anualmente pelo Conselho de Administração da Companhia.

Parágrafo Quarto Caso o membro da Diretoria deixe de ser, também, membro da Diretoria Executiva da COPASA MG, o mesmo será automaticamente destituído do seu cargo, devendo na próxima reunião do Conselho de Administração ser registrado este fato.

Artigo 14 A Diretoria Executiva reunir-se-á sempre que necessário, pelo menos uma vez por mês, preferencialmente, na sede da Companhia.



Parágrafo Primeiro As reuniões da Diretoria Executiva serão convocadas por seu Diretor-Presidente ou pela maioria de seus Diretores, e somente se instalarão com a presença da maioria de seus membros, sendo suas deliberações tomadas mediante o voto favorável da maioria dos presentes, cabendo ao Diretor-Presidente o voto de qualidade.

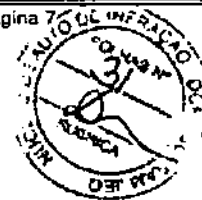
Parágrafo Segundo Ao término da reunião deverá ser lavrada ata, a qual deverá ser assinada por todos os Diretores presentes à reunião.

Parágrafo Terceiro Ocorrendo vaga na Diretoria Executiva, compete à Diretoria Executiva indicar, dentre os seus membros ou do seu Conselho de Administração, um Diretor para exercer interinamente suas funções, até a eleição de novo Diretor pelo Conselho de Administração.

Artigo 15 No exercício de suas funções, os Diretores deverão realizar todas as operações e praticar todos os atos, de ordinária administração, necessárias à consecução dos objetivos de seu cargo, observadas as disposições do presente Estatuto Social, quanto à forma de representação e à alçada para a prática de determinados atos, e a orientação geral dos negócios, estabelecida pelo Conselho de Administração, incluindo resolver sobre a aplicação de recursos, transigir, renunciar, ceder direitos, confessar dívidas, fazer acordos, firmar compromissos, contrair obrigações, celebrar contratos, adquirir, alienar e onerar bens móveis e imóveis, prestar caução, avais e fianças, emitir, endossar, caucionar, descontar, sacar e avalizar títulos em geral, assim como abrir, movimentar e encerrar contas em estabelecimentos de crédito.

Artigo 16 Compete à Diretoria Executiva:

- a) cumprir e fazer cumprir o Estatuto Social e as deliberações da Assembleia Geral e do Conselho de Administração;
- b) aprovar os planos de negócios e orçamentos anuais, e os planos plurianuais, operacionais e de investimento da Companhia, a serem submetidos ao Conselho de Administração, bem como suas atualizações e revisões, inclusive cronogramas, valor e alocação de investimentos nele previstos;
- c) aprovação de qualquer investimento ou despesa não prevista no Orçamento Anual aprovado, de valores iguais ou superiores a R\$500.000,00 (quinhentos mil reais) e inferiores a R\$2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais). A aprovação destes investimentos ou despesas, com valor inferior a R\$500.000,00 (quinhentos mil reais), caberá ao Diretor Financeiro em conjunto com outro Diretor;
- d) autorizar a exclusão de bens móveis do ativo permanente, no valor de até R\$500.000,00 (quinhentos mil reais), por motivo de alienação, bem como por destruição, perda e extravio;
- e) autorizar a instauração de processo administrativo de licitação e de dispensa e inexigibilidade de licitação bem como os termos aditivos das respectivas contratações e as homologações de processo administrativo licitatório de valores iguais ou superiores a R\$150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) e inferiores a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais). A autorização para instauração desses processos administrativos, com valores inferiores a R\$150.000,00 (cento e



cinquenta mil reais), caberá ao Diretor Financeiro em conjunto com outro Diretor ou com o Superintendente Executivo;

- f) aprovação de convênios e dos contratos não previstos na alínea "e" envolvendo empréstimos, financiamentos e demais negócios jurídicos a serem celebrados pela Companhia, bem como os termos aditivos das respectivas contratações e as homologações de processo administrativo licitatório que individualmente ou em conjunto apresentem valores iguais ou superiores a R\$150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) e inferiores a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais). A autorização para aprovação desses convênios e contratos, com valores inferiores a R\$150.000,00 (cento cinquenta mil reais), caberá ao Diretor Financeiro em conjunto com outro Diretor ou com o Superintendente Executivo;
- g) autorizar a propositura de ações judiciais, processos administrativos e a celebração de acordos judiciais e extrajudiciais, de valor inferior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais);
- h) autorizar as provisões contábeis da Companhia, independentemente de seu valor, mediante proposta do Diretor Financeiro; e
- i) convocar reuniões do Conselho de Administração na ausência do seu Presidente.

Artigo 17 Compete ao Diretor-Presidente:

- a) convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva;
- b) exercer a direção da sociedade, diligenciando para que sejam fielmente observadas as deliberações e as diretrizes do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- c) coordenar o planejamento global da Companhia, inclusive a elaboração dos planos de negócios e orçamentos anuais e os planos plurianuais, operacionais e de investimento da Companhia a serem submetidos ao Conselho de Administração, e dirigir os trabalhos da Companhia;
- d) definir as diretrizes básicas de provimento e administração de pessoal da Companhia;
- e) elaborar o plano de organização da Companhia e emitir as normas correspondentes;
- f) propor ao Conselho de Administração a criação, fixação de vencimentos e a extinção de novo cargo ou função;
- g) prover pessoal adequado às necessidades da Companhia dentro das disponibilidades orçamentárias existentes;
- h) conferir outras atribuições aos Diretores no interesse da Companhia, observado o disposto neste Estatuto e nas deliberações do Conselho de Administração a este respeito; e
- i) todos os demais atos necessários ou convenientes, ressalvados aqueles para os quais seja pelo presente Estatuto atribuída a competência à Diretoria Executiva.

Parágrafo Único Nos casos de ausência do Diretor-Presidente, devidamente formalizada à Diretoria Executiva, o mesmo será substituído por um Diretor por ele indicado.

Artigo 18 A Companhia considerar-se-á obrigada quando representada:





- I) pelo Diretor-Presidente em conjunto com outro Diretor ou com um procurador com poderes especiais devidamente constituído;
- II) pelo Diretor Financeiro em conjunto com outro Diretor, quando houver obrigação financeira para a Companhia;
- III) pelo Diretor Financeiro em conjunto com outro Diretor, para efetuar pagamentos, transações bancárias, endossos e aceites cambiais. O Diretor Financeiro poderá designar três procuradores com poderes especiais, devidamente constituídos, para que em conjunto de dois possam efetuar pagamentos, transações financeiras, endossos e aceites cambiais da Companhia;
- IV) por dois procuradores em conjunto, com poderes especiais, devidamente constituídos;
- V) por um só Diretor ou um procurador devidamente constituído ou o Superintendente Executivo, para a prática dos seguintes atos:
 - a) representação da Companhia perante quaisquer órgãos públicos federais, estaduais e municipais, e entidades de classes;
 - b) representação da Companhia perante sindicatos ou perante a Justiça do Trabalho, para matérias de admissão, suspensão ou demissão de empregados.
- VI) pelo Diretor de Gestão Corporativa em conjunto com outro Diretor ou com o Superintendente Executivo ou com um procurador devidamente constituído, para acordos trabalhistas.

Parágrafo Único As procurações serão outorgadas em nome da Companhia mediante a assinatura do Diretor Financeiro após aprovação da Diretoria Executiva, devendo especificar os poderes conferidos e, com exceção daquelas para fins judiciais, terão validade máxima de um ano.

CAPÍTULO V

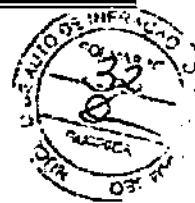
Do Conselho Fiscal

Artigo 19 A Companhia terá um Conselho Fiscal que funcionará em caráter permanente, composto por 3 (três) membros eletivos e igual número de membros suplentes, eleitos pela Assembleia Geral Ordinária.

Parágrafo Primeiro O mandato dos membros do Conselho Fiscal será de 1 (um) ano, podendo ser reeleitos. Os membros do Conselho Fiscal permanecerão no exercício de suas funções até a eleição e posse de seus sucessores.

Parágrafo Segundo É vedado o pagamento de remuneração aos membros do Conselho Fiscal da Companhia.

Parágrafo Terceiro No caso de ausência temporária de qualquer membro do Conselho Fiscal, este será substituído pelo respectivo suplente.





Parágrafo Quarto Ocorrendo vaga no Conselho Fiscal, este Órgão deverá convocar Assembleia Geral Extraordinária, com o objetivo de eleger um substituto e respectivo suplente para exercer o cargo até o término do mandato do Conselho Fiscal.

Parágrafo Quinto O Conselho Fiscal se reunirá ordinariamente, uma vez por ano, e extraordinariamente, mediante convocação de representante do acionista controlador, conforme artigo 161 da Lei nº 6.404/76.

Parágrafo Sexto As reuniões serão presididas por Conselheiro escolhido por maioria dos votos dos demais membros presentes e secretariadas por quem este indicar.

Parágrafo Sétimo Ao término da reunião deverá ser lavrada ata, a qual deverá ser assinada por todos os Conselheiros presentes e, posteriormente, as atas deverão ser arquivadas no registro público de empresas mercantis.

CAPÍTULO VI

Do Exercício Social

Artigo 20 O exercício social terá início em 1º de janeiro e encerrar-se-á em 31 de dezembro de cada ano, quando serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas na legislação aplicável.

Artigo 21 A Companhia não poderá conceder doações de qualquer natureza.

Artigo 22 A Companhia poderá conceder subvenções a entidades filantrópicas, sem fins lucrativos, desde que enquadradas nas exigências estabelecidas nas normas internas da Companhia, observados os princípios contidos no artigo 37 da Constituição Federal e desde que o valor total das subvenções não ultrapasse a 0,6% do total do último faturamento da Companhia.

CAPÍTULO VII

Da Responsabilidade dos Administradores

Artigo 23 Os administradores respondem perante a Companhia e terceiros pelos atos que praticarem no exercício de suas funções, nos termos da lei e do presente Estatuto Social.

Artigo 24 A Companhia, quando não figurar no pólo ativo das ações, assegurará aos membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Diretoria, a defesa em processos judiciais e administrativos propostos por terceiros contra seus administradores, durante ou após os respectivos mandatos, até o final do prazo prescricional de responsabilidade destes administradores, por atos relacionados com o exercício de suas funções.

Parágrafo Primeiro A garantia prevista no *caput* deste artigo estende-se aos empregados da Companhia e a seus mandatários legalmente constituídos, que atuarem em nome da Companhia.





Parágrafo Segundo Se o membro do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, da Diretoria ou o empregado condenado, com decisão judicial transitada em julgado, baseada em violação de lei, do Estatuto Social ou em decorrência de sua culpa ou dolo, este deverá ressarcir a Companhia de todos os custos, despesas e prejuízos a ela causados.

Parágrafo Terceiro Quando a Companhia não indicar, tempestivamente, um advogado para a defesa de membro do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, da Diretoria ou do empregado, se este for absolvido, fará jus ao ressarcimento das custas e honorários advocatícios despendidos na ação.

Parágrafo Quarto A Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração, contratar em favor dos membros do seu Conselho de Administração e de seus Diretores, seguro para a cobertura de responsabilidade decorrente do exercício de seus cargos.

CAPÍTULO VIII

Da Liquidação

Artigo 25 A Companhia será liquidada nos casos previstos em lei, sendo a Assembleia Geral o órgão competente para determinar a forma de liquidação, bem como nomear o liquidante e o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação.

CAPÍTULO IX

Das Disposições Gerais

Artigo 26 Os Conselheiros, Diretores e os empregados do quadro permanente da COPASA MG, que exercerem funções em proveito da Companhia, continuarão sendo remunerados pela COPASA MG.

Parágrafo Único A contraprestação pecuniária pelo exercício de funções em proveito da Companhia por Conselheiros, Diretores e empregados do quadro permanente da COPASA MG será realizada nos termos de convênio firmado entre as partes ou por meio de outro instrumento que vier a substituí-lo.

Anexo à Ata da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 20 de janeiro de 2017.

Assinado digitalmente por Kátia Roque da Silva.





JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Anexo,

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
17/286.626-0	J173273598893	05/06/2017

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
688.678.326-20	KATIA ROQUE DA SILVA

Página 1 de 1



Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa
Departamento de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais
Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa COPASA SERVICOS DE SANEAMENTO INTEGRADO DO NORTE E NORDESTE DE MINAS GERAIS S/A COPANOR, de nire 3130002561-6 e protocolado sob o número 17/286.626-0 em 05/06/2017, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 6295171, em 14/06/2017. O ato foi deferido digitalmente pela 6ª TURMA DE VOGAIS.

Assina o registro, mediante certificado digital, a Secretária-Geral, Marinely de Paula Bomfim. Para sua validação, deverá ser acessado o sítio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<https://portalservicos.jucemg.mg.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf>) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)	
CPF	Nome
764.776.146-34	ADLEI DUARTE DE CARVALHO

Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
688.678.326-20	KATIA ROQUE DA SILVA

Anexo

Assinante(s)	
CPF	Nome
688.678.326-20	KATIA ROQUE DA SILVA

Belo Horizonte, Quarta-feira, 14 de Junho de 2017

Marinely de Paula Bomfim: 873.638.956-00



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 6295171 em 14/06/2017 da Empresa COPASA SERVICOS DE SANEAMENTO INTEGRADO DO NORTE E NORDESTE DE MINAS GERAIS S/A COPANOR, Nire 31300025616 e protocolo 172866260 - 05/06/2017. Autenticação: 3626AF2E2C0FD03ADD272E96426899151D432B3. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 17/286.626-0 e o código de segurança qpTa. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 14/06/2017 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

pág. 17/18



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

O ato foi deferido e assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
044.011.556-61	RICARDO FERREIRA BAROUCH
537.501.016-04	HELTON ANDRADE
133.750.596-04	VICENTE DE PAULA ALEIXO DIAS
873.838.956-00	MARINELY DE PAULA BOMFIM

Belo Horizonte, Quarta-feira, 14 de Junho de 2017



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 6295171 em 14/06/2017 da Empresa COPASA SERVICOS DE SANEAMENTO INTEGRADO DO NORTE E NORDESTE DE MINAS GERAIS S/A COPANOR, Nire 31300025816 e protocolo 172866260 - 05/06/2017. Autenticação: 3826AF2E2CDFD03ADD272E98426899151D432B3. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 17/286.626-0 e o código de segurança qpTa Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 14/06/2017 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

Marinely de Paula Bomfim
Secretária-Geral

pág. 18/18



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SISTEMA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE
RECURSOS JURÍDICOS - SISTEMA
Comitê Estadual de Política Ambiental - COPAM
Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERH



3. Órgão responsável pela lavratura:

☐ FICAM ☐ ICAM ☐ IEP ☐ BICAM ☐ BUCAPIS ☒ BICMMA

1. AUTO DE INFRAÇÃO: N.º 89223/2018

Lavrado em Substituição do AI n.º:

Vencido em: ☒ Auto de Infração n.º 000072 de 13/01/2018
☐ Declaração de Ocorrência n.º

2. Auto de Infração possui dupla de continuação? ☒ SIM ☐ NÃO

Local: JERQUINHOPOLIS-MG

Data: 19/01/2018 Hora: 08:30

4. Autuação

Nome do Autuado - Empreendedor:

COPASA SERVIÇOS DE SANEAMENTO INTEGR. DA AGUA E APROVEITA DA MG/S/A. COPANOR

Data Nascimento:

Nome do Mãe:

☐ CPF: ☒ CNPJ:

09.104.436/0001-60

☐ Outros:

Endereço do Autuado / Empreendimento (Chave de endereçamento):

N.º/km:

Complemento:

RUA ZULCARROSA

73

Cidade/UF:

CENTRO

Município:

ALMENARA

UF: MG

CEP: 39900-000

Cx Postal:

Fone:

333721-4092

Urbid:

5. Outros Envolvidos/Responsáveis

Nome do 1º envolvido:

☐ CPF: ☐ CNPJ:

Vinculo com o AI n.º:

Nome do 2º envolvido:

☐ CPF: ☐ CNPJ:

Vinculo com o AI n.º:

6. Descrição Infração

CAUSAR POLUIÇÃO DE QUALQUER NATUREZA QUE RESULTE OU POSSA RESULTAR EM DANO AOS RECURSOS HÍDRICOS, AS ESPÉCIES VEGETAIS E ANIMAIS, AOS ECOSISTEMAS E HABITAÇÃO, OU QUE PREJUDIQUE A SAÚDE, A SEGURANÇA, E O BEM-ESTAR DA POPULAÇÃO

7. Coordenadas da Infração

Georreferenciado:

☒ WGS 84 ☐ SIRGAS 2011

Latitude: Grau

Min

Seg

Longitude: Grau

Min

Seg

Altitude: (7 dígitos)

14

553

Fuso UTM

FUSO 22

21

24

X

Y

6

5

5

5

5

8. Embasamento Legal

Artigo

83

Inciso

I

Parágrafo

192

Lei

4894/68

Artigo

272/80

Parágrafo

1

Artigo

1

9. Atestados (Agravantes)

Agravantes				
Nº	Artigo/Parágrafo	Inciso	Alínea	Redação

Agravantes				
Nº	Artigo/Parágrafo	Inciso	Alínea	Redação

10. Repreensão

☐ Censura ☐ Advertência ☒ Não há possível verificar ☐ Não se aplica

11. Penalidades Aplicadas (Advertência e Multa) e RP

Infração	Parte	Penalidade	Valor	<input type="checkbox"/> Advertência <input type="checkbox"/> Redução?	Valor Total
01		<input type="checkbox"/> Advertência <input checked="" type="checkbox"/> Multa Simples <input type="checkbox"/> Multa Diária	17.943,52		17.943,52
RP		R\$ do produto	Valor RP por R\$ 100	TOTAL R\$	
Valor total das penalidades de Repreensão da Pessoa: R\$:					
Valor total das multas: 17.943,52 (Dezessete mil, novecentos e quarenta e três reais e cinquenta e dois centavos)					
No caso de advertência, a autuação possui o prazo de _____ dias para atender as recomendações contidas no capitulo 12, sob pena de conversão em multa simples no valor de R\$:					

12. Densidade penalidades/Recomendações/Observações

Local da infração: córrego Anta Póde próximo a E.F. fazenda Anta Póde, Monte Formoso - MG. As atividades não são suspensas por falta de viabilidade técnica. No entanto a empresa deverá regularizar-se sob pena de novas autuações. Multa lavrada conforme índice de Apr 2018.

13. Depósito

Nome Completo: _____
Endereço: Rua, Avenida, etc: _____ N.º/km: _____ Bairro/Logradouro: _____ Município: _____
UF: _____ CEP: _____ Fone: _____ Assinatura: _____

14. Assinaturas

O AUTUADO TEM O PRAZO DE ATÉ 20 (VINTOS DIAS) PARA PAGAMENTO DA MULTA OU APRESENTAÇÃO DA DEFESA PARA JUIZAMENTO DO AUTO DE INFRAÇÃO PARA PAGAMENTO DA MULTA OU APRESENTAÇÃO DA DEFESA PARA JUIZAMENTO DO AUTO DE INFRAÇÃO. AV. DA SAUDADE, 335, CENTRO, J. AMANHA, MG. CEP: 39.100-000.

01. Servidor (Nome Legível): _____ Função: _____ Assinatura do servidor: _____
02. Autuado/Representante Autuado (Nome Legível): _____ Função: _____ Assinatura do Autuado/Representante Legal: _____
COPANOR 113.291-8 Enviado com A.E.

CONFIRMAÇÃO DO AUTO DE INFRAÇÃO Nº <u>83223</u> / <u>2018</u>													
Local: <u>SEQUEITINHONA-MG</u>		Dia: <u>19</u>		Mês: <u>JAN</u>		Ano: <u>2018</u>		Hora: <u>08:30</u>					
1. Descrição do Infração		<u>DESCUMPRIR DE LIBERAÇÃO DO COPAM (DELIBERAÇÃO NORMATIVA COPAM Nº 129/2008).</u>											
2. Coordenadas de Infração		Geopontos:		DATUM: <u>WGS 84</u>		SIRGAS 2000		Latitude: <u>16</u> <u>51</u> <u>59.2</u>		Longitude: <u>41</u> <u>14</u> <u>55.3</u>			
3. Características legais		Artigo:	Arto:	Código:	Início:	Fim:	Decreto:	Lei:	Resolução:	DN:	Porto:	Nº:	Orgão:
		<u>83</u>	<u>I</u>	<u>116</u>	-	-	<u>44844/08</u>	<u>7.72/00</u>					
4. Acionantes (Apresentantes)		Atenuantes						Agravantes					
		Nº	Artigo/Parágrafo	Início	Fim	Redução	Nº	Artigo/Parágrafo	Início	Fim	Redução	Nº	Artigo/Parágrafo
5. Identificação		<input type="checkbox"/> Condutor <input type="checkbox"/> Donatário <input checked="" type="checkbox"/> Não foi possível identificar <input type="checkbox"/> Não se aplica											
6. Penalidades Aplicadas (Advertência e Multa) e RRP		Infração	Porto	Penalidade		Valor		<input type="checkbox"/> Advertência <input type="checkbox"/> Multa <input type="checkbox"/> RRP		Valor Total			
		<u>02</u>		<input checked="" type="checkbox"/> Multa Simples		<u>17.943,52</u>				<u>17.943,52</u>			
		RRPs	Kg de peso excedido		Valor RRP por Kg R\$		Total R\$						
		Valor total das penalidades de aplicação de RRP: <u>R\$ 17.943,52</u>											
		Valor total das multas: <u>R\$ 35.957,04</u> (Reinício de prazo de validade e orientações de segurança)											
		No caso de advertência, o condutor possui o prazo de... dias para atender as recomendações constantes no campo 7, sob pena de aplicação automática de multa no valor de "R\$"											
7. Observações (penalidades, recomendações, outras medidas)													
8. Responsável		Nome Completo: <input type="checkbox"/> CPF: <input type="checkbox"/> CNP: <input type="checkbox"/> RG:											
		Endereço: Rua, Avenida, etc.											
		Nº	Lin	Bairro / Logradouro		Município							
9. Data da Infração													
10. Coordenadas de Infração		Geopontos:		DATUM: <u>WGS 84</u>		SIRGAS 2000		Latitude: <u>16</u> <u>51</u> <u>59.2</u>		Longitude: <u>41</u> <u>14</u> <u>55.3</u>			
11. Características legais		Artigo:	Arto:	Código:	Início:	Fim:	Decreto:	Lei:	Resolução:	DN:	Porto:	Nº:	Orgão:
12. Acionantes (Apresentantes)		Atenuantes						Agravantes					
		Nº	Artigo/Parágrafo	Início	Fim	Redução	Nº	Artigo/Parágrafo	Início	Fim	Redução	Nº	Artigo/Parágrafo
13. Identificação		<input type="checkbox"/> Condutor <input type="checkbox"/> Donatário <input checked="" type="checkbox"/> Não foi possível identificar <input type="checkbox"/> Não se aplica											
14. Penalidades Aplicadas (Advertência e Multa) e RRP		Infração	Porto	Penalidade		Valor		<input type="checkbox"/> Advertência <input type="checkbox"/> Multa <input type="checkbox"/> RRP		Valor Total			
		<u>CRP</u>		<input checked="" type="checkbox"/> Multa Simples									
		RRPs	Kg de peso excedido		Valor RRP por Kg R\$		Total R\$						
		Valor total das penalidades de aplicação de RRP: <u>R\$</u>											
		Valor total das multas: <u>R\$</u>											
		No caso de advertência, o condutor possui o prazo de... dias para atender as recomendações constantes no campo 13, sob pena de aplicação automática de multa no valor de "R\$"											
15. Observações (penalidades, recomendações, outras medidas)													
16. Responsável		Nome Completo: <input type="checkbox"/> CPF: <input type="checkbox"/> CNP: <input type="checkbox"/> RG:											
		Endereço: Rua, Avenida, etc.											
		Nº	Lin	Bairro / Logradouro		Município							
17. Assinaturas		Assinatura do Representante Autuado (Nome Legível): <u>ROSEMARIA FERREIRA SERTANHO</u>											
		Assinatura do Representante Autuado (Nome Legível): <u>COPAMOR</u>											
		Assinatura do Representante Autuado (Nome Legível): <u>113.231-9</u>											
		Assinatura do Representante Autuado (Nome Legível): <u>ENVIADO COM A.R.</u>											

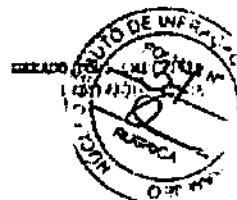


[illegible]

010142075 K45137419

REGISTRO PENDENTE DE RECIBO ELETRÔNICO

සකස් කළ දිනය: 2024/05/24





BOLETIM DE OCORRÊNCIA

BO NÚMERO

M5018-2018-00200072

FL 2/6

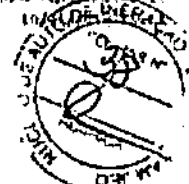
ENVOLVIDO 1

ENVOLVIDO 2

SEXO	MASCULINO	Tipo de Envolvimento	TESTEMUNHA QUE TOMOU CONHECIMENTO	Tipo de Pessoa	FÍSICA	COD. NATURAL	127130	TENTADO COMPLETADO	CONSUMIDO
DESCRIÇÃO NATURAL	CAUSAS POLÍTICAS AMBIENTAIS PREJUDICAR SEG/SEM ESTAR POP								
Nome Completo	DELO SOARES OTONI								
NACIONALIDADE	BRASILEIRA	DATA NASCIMENTO	04/07/1964	NATURALIDADE (UF)	ALAGOAS / MG				
IDADE ANTES	53				ESTADO CIVIL	CASADO			
ORIENTAÇÃO SEXUAL	IGNORADO	IDENTIDADE DE GÊNERO			NÃO SE APLICA				
COR	BRANCA	CORPOCARTÃO			AUXÍLIAR DE INCARCERADO				
UF	MARE SOARES OTONI								
UF	ILHAMAR CAMARGOS OTONI								
Tipo de Documento de Identificação	CARTEIRA DE IDENTIDADE CIVIL								
NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO	1706190	Estado Emissor	SESP - SECRETARIA ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA	UF	MG	CPF (CPF)			
LOCALIDADE	OUTROS - ESCLARECER								
ENDEREÇO (AV, RUA, CTR)	RUA JOAQUIM ANTONIO TOLÉDO	NÚMERO	125	Nº	XXXXX	COMPLEMENTO	XXXX		
BARRIO	DOCTOR LAURET LARONCA	NOME	TEÓFILO OTONI			UF	MG		
PAÍS	BRASIL	CEP	XXXX	TELEFONE RESIDENCIAL DE LUAR	XXXX	TELEFONE RESIDENCIAL DE LUAR	XXXX		

ENVOLVIDO 3

SEXO	MASCULINO	Tipo de Envolvimento	TESTEMUNHA QUE PRESENCIAR OS FATOES	Tipo de Pessoa	FÍSICA	COD. NATURAL	127130	TENTADO COMPLETADO	CONSUMIDO
DESCRIÇÃO NATURAL	CAUSAS POLÍTICAS AMBIENTAIS PREJUDICAR SEG/SEM ESTAR POP								
Nome Completo	FRANKLIN MARTINS SANTOS								
NACIONALIDADE	BRASILEIRA	DATA NASCIMENTO	25/08/1968	NATURALIDADE (UF)	JERQUETINHO, MG				
IDADE ANTES	49				ESTADO CIVIL	CASADO			
ORIENTAÇÃO SEXUAL	IGNORADO	IDENTIDADE DE GÊNERO			NÃO SE APLICA				
COR	PARDA	CORPOCARTÃO			POLICIAL MILITAR				
UF	MARE DE LOURDES MARTINS DOS SANTOS								
UF	XXXX								
Tipo de Documento de Identificação	CARTEIRA DE IDENTIDADE CIVIL								
NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO	5254319	Estado Emissor	SESP - SECRETARIA ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA	UF	MG	CPF (CPF)			
LOCALIDADE	ENJOIO MEDIO COMPLETO 12º GRAU								
ENDEREÇO (AV, RUA, CTR)	RUA RAIMUNDO JOSE BOTELHO	NÚMERO	50	Nº	XXXXX	COMPLEMENTO	XXXX		
BARRIO	ALVARADA	NOME	JOAQUIM BOTELHO			UF	MG		
PAÍS	BRASIL	CEP	XXXX	TELEFONE RESIDENCIAL DE LUAR	XXXX	TELEFONE RESIDENCIAL DE LUAR	XXXX		
MUNICÍPIO	MILITAR	NAT-CELA	1029529	TIPO DE GÊNERO	21M	CARGO	3 SARGENTO		
UF	MG								
UF	POLICIA MILITAR								
UF	INSD131 1 48/4 PM. SM. HANH/IS CUA PM. IND MAT								





ENVOLVIDO 3

HISTÓRICO DA OCORRÊNCIA / ATIVIDADE

NA DATA DE 10/01/2018 NO DECORRER DA OPERAÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS NO MUNICÍPIO DE MONTE FORMOSO, REALIZAMOS FISCALIZAÇÃO NA ETE - ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO DA COPANGOL ONDE VERIFICAMOS QUE A ESTAÇÃO AINDA ESTÁ EM FASE DE CONCLUSÃO PARA POSTERIOREMENTE, ENTRA EM OPERAÇÃO. NO LOCAL, COORDENADAS GEOGRÁFICAS LATITUDE 15°51'59.2 E LONGITUDE 41°14'55.3 PRÓXIMO A PONTE DE ACESSO À ETE CONSTATAMOS QUE O NEGÓCIO SANITÁRIO COLIGADO PELA COPANGOL ENTA SENDO LANÇADO SEM NENHUMA FORMA DE TRATAMENTO (IN NATURAL) DIRIGIDO NO CURSO DE ÁGUA DO CORREDO ANTA COBRE, SENDO VISUALIZADAS REDES RUAIS BOLANDO SOBRE A ÁGUA E FORTE ODORE SULFUROSO. NA DEDE DA EMPRESA COPANGOL, INFORMAMOS OS FUNCIONÁRIOS DA EMPRESA SOBRE A NOSSA FISCALIZAÇÃO E SOLICITAMOS A AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL DE FUNCIONAMENTO DA EMPRESA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO, NOS SENDO APRESENTADO A ATE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL DE FUNCIONAMENTO DE Nº 06773/2013 QUE AUTORIZA A COPANGOL O FUNCIONAMENTO DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO ETE MONTE FORMOSO PARA A ATIVIDADE DE TRATAMENTO DE ESGOTO SANITÁRIO (VAZÃO MÉDIA PREVISTA EM 3,0 L/S) ENQUADRANDO NA RT 70/2004 SOB O CÓDIGO R-03-06-9, SENDO CONSTATADO QUE A AUTORIZAÇÃO VENCERÁ NA DATA DE 26/11/2017. DIANTE DOS FATOS FOI REGISTRADO UMA INTIMAÇÃO DE COMPARECIMENTO PARA QUE O SR. SÉRGIO RESPONSÁVEL DE EMPREENDIMENTO COMPAREÇA À SEDE DO GP MAMB DE JACUITINKONHA NA DATA DE 11/01/2018 À FIM DE APRESENTAR AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL / TAC TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUCTA CASO EXISTA. NA DATA DE 11/01/2018 O SENHOR RELIO SOARES OTONI ENTROU EM CONTATO CONOSCO VIA TELEFONE E PEDIU PARA PRORROGAR O PRAZO PARA APRESENTAR OS DOCUMENTOS PARA O DIA 16/01/2018. NA DATA SOLICITADA COMPARECEU O SENHOR RELIO QUE NOS INFORMOU QUE DEVIDO À PROBLEMAS DE LICITAÇÃO A ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO ESTAVA COM O CRONOGRAMA DAS OBRAS ATRASADAS E A RENOVACÃO DA AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO JÁ ESTÁ EM FASE DE ANDAMENTO. DIANTE DOS FATOS, O SENHOR RELIO FOI INFORMADO SOBRE AS PENALIDADES PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL E DA NECESSIDADE DA LAVATURA DO DEVIDO AUTO DE INFRAÇÃO, SENDO LHM NOS SOLICITADO QUE O AUTO FOSSE LAVADO E ENVIADO VIA CORRESPONDENTE PARA A REGIONAL COPANGOL ALUMINARA. APÓS CONSULTA TÉCNICA JUNTO A SUPRAM, NESTA DATA FOI LAVADO O AUTO DE INFRAÇÃO DO SISTEMA DE Nº R3223/2018 (A AGENDA MAMBEM NO VALOR DE R\$ 35.867,04 (TRINTA E CINCO MIL OITOCENTOS E OITENTA E SEIS REAIS E ZERO QUATRO CENTAVOS) COM BASE COM BASE NA RT 7.712/80 E DECRETO 44.844/06 ARTIGO 36 E 37, ANEXO 7, CÓDIGO 122, POR CAUSAR POLUIÇÃO OU DEGRADAÇÃO AMBIENTAL DE QUALQUER NATUREZA QUE RESULTE OU POSSA RESULTAR EM DANO AOS RECURSOS HÍDRICOS, AS ESPÉCIES VEGETAIS E ANIMAIS, AS ECOSISTEMAS E HABITATS, OU QUE PREJUDIQUE A SAÚDE, A SEGURANÇA, E O BEM-ESTAR DA POPULAÇÃO, MEDIANTE LANÇAMENTO DE EFLUENTES LÍQUIDOS PROVENIENTE DE ESGOTO SANITÁRIO DE FORMA IN NATURAL SEM NENHUMA FORMA DE TRATAMENTO, E CÓDIGO 116 POR DESCUMPRIR A DETERMINAÇÃO DO CDAM DE Nº 129/08 COM A FINALIZAÇÃO DO PRAZO EM 31/03/2017. NÃO HOUVE A SUBSTÂNCIA DA ATIVIDADE POR FALTA DE VIABILIDADE TÉCNICA, NO ENTANTO O EMPREENDIMENTO DEVERÁ REGULARIZAR A ATIVIDADE SOB PENA DE NOVAS AUTUAÇÕES. O BOLETIM DE OCORRÊNCIA ESTÁ SENDO DESTINADO A ESTA DEPOIS COM BASE NO ARTIGO 54 DA LIT 9.605/96. A VTA DO AUTO DE INFRAÇÃO DO AUTUADO SERÁ ENVIADA VIA CORRESPONDENTE.

Perícia Técnica

PERÍCIA TÉCNICA ENVOLVIDO 1	PERÍCIA TÉCNICA ENVOLVIDO 2	PERÍCIA TÉCNICA ENVOLVIDO 3	PERÍCIA TÉCNICA ENVOLVIDO 4
XXXX	XXXX	XXXX	XXXX

VIATURAS

VIATURA 1

PROFISSIONAL	ORGÃO
PRINCIPAL	POLÍCIA MILITAR
DESCRIÇÃO/OBSERVAÇÃO	
CANTONISTA	
NOME	POSTO/ORGÃO
RENANZAD	14093
PROFISSIONAL	POSTO/ORGÃO
XXXX	XXXX

MILITARES/POLICIAIS INTEGRANTES

MILITAR/POLICIAL INTEGRANTE

NOME	MATRÍCULA	CARGO
FRANKLIN MARTINS SANTOS	1029529	SARGENTO

NOME COMPLETO
FRANKLIN MARTINS SANTOS

CORPORAÇÃO
POLÍCIA MILITAR

UNIDADE
1 GP/4 PM MAMB/15 CIA PM IND MAT.

ASSINATURA
NÃO

MILITAR/POLICIAL INTEGRANTE

NOME	MATRÍCULA	CARGO
FRANKLIN MARTINS SANTOS	1132919	SARGENTO

NOME COMPLETO
FRANKLIN MARTINS SANTOS

CORPORAÇÃO
POLÍCIA MILITAR

UNIDADE
1 GP/4 PM MAMB/15 CIA PM IND MAT.

ASSINATURA
NÃO

ASSINATURA: 145016

REGISTRO PENDENTE DE RECIBO ELETRÔNICO

Registado conforme a legislação até o dia 20/01/2018 12:00





BOLETIM DE OCORRÊNCIA

BO NÚMERO

M5018-2018-00200072

FI. 4/6

DADOS PARA CONTROLE INTERNO/RELATOR DA OCORRÊNCIA

UNIDADE	
1 QP/4 PBL EM MANE/15 CJA PM INF MAT	
MATRÍCULA	NOME COMPLETO
1132919	ROSEMARIA FIGUEIREDO BERTANHO
CARGO	
3 - SARGENTO	
CORPO	
POLÍCIA MILITAR	
ASSINATURA	

RECIBO DA AUTORIDADE A QUE SE DESTINA OU SEU AGENTE/AUXILIAR POLICIAL
OU RECIBO DO RESPONSÁVEL CIVIL

DESTINATÁRIO/RECIBO 1

Seu é o "Boletim de Ocorrência" de Número DO M5018-2018-00200072 e Número do R.D.S 2018-002676717-001, para conhecimento e providências, bem como as pessoas, espécies, objetos, animais, substâncias e/ou documentos, que, existindo, estejam descritos ou sinalizados neste documento.

DATA	LOCAL	MATRÍCULA	NOME
XXXX	XXXX	XXXX	XXXX
ENDEREÇO			
XXXX			
CORPO			
POLÍCIA CIVIL / NO			
UNIDADE			
DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL/JOQUINHONHA			
RAZÃO DA RECLAMAÇÃO/AUTORAÇÃO			
XXXX			
TEM EMPREGADO AESTE DESTINATÁRIO			
XXXX			
ASSINATURA			

RECIBO GERADO POR:
PM1132919 - ROSEMARIA FIGUEIREDO BERTANHODATA DE EMISSÃO DO RECIBO
19/01/2018 16:30

ANEXO MEIO AMBIENTE

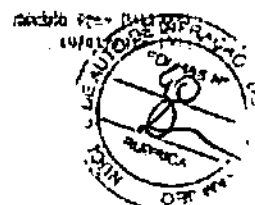
LOCAL DO LOCAL	DATA DE EMISSÃO
FABRIL DA ANTA, POERS - ETE COPANOR	RIO JOQUINHONHA
DESCRIÇÃO DA OCORRÊNCIA	REPROBATIVA
XXXX	

AUTUAÇÕES E PROCEDIMENTOS

AUTUAÇÃO/PROCEDIMENTO 1

DESCRIÇÃO DO	NATUREZA DA AUTUAÇÃO	Nº DO AUTO DE INFRAÇÃO - N	VALOR DO AUTO DE INFRAÇÃO (R\$)
1	CAUSAR POLUIÇÃO AMBIENTAL - PREJUDIQUE OX/SEM ESTAR OX2	52233/2018	35.897,06
NOTIFICAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO (Nº)	1º DO TERMO DE APRESENTAÇÃO DE OBRIGADO - N	Nº DA CÉDULA DE RECUPERAÇÃO - N	VALOR DO FPP - (R\$)
XXXX	XXXX	XXXX	XXXX
NÚMERO DAS FOLHAS DE OBRIGADO E SOLUÇÃO - N			
XXXX			
Nº DA NOTIFICAÇÃO - NOT	NOTIFICAÇÃO PARA DATA	NOTIFICAÇÃO PARA HORA	LOCAL PARA CUMPRIMENTO DO NOTIFICADO
XXXX	XXXX	XXXX	XXXX
FORMULÁRIO UTILIZADO			
SERVIÇO - 33AM			
RECEBIMENTO DO NOTIFICADO			
XXXX			

RECIBO DE RECUPERAÇÃO - N.º
52233/2018
35.897,06
Nº REC. RECUP.





SISTEMA INTEGRADO DE DEFESA SOCIAL - POLÍCIA MILITAR

Nº 2018-002676717-001

BOLÉTIM DE OCORRÊNCIA

BO NÚMERO

M5018-2018-00200972

FL. 5/6

FOTOS DE MEIO AMBIENTE

FOTO MEIO AMBIENTE 1



FOTO MEIO AMBIENTE 1

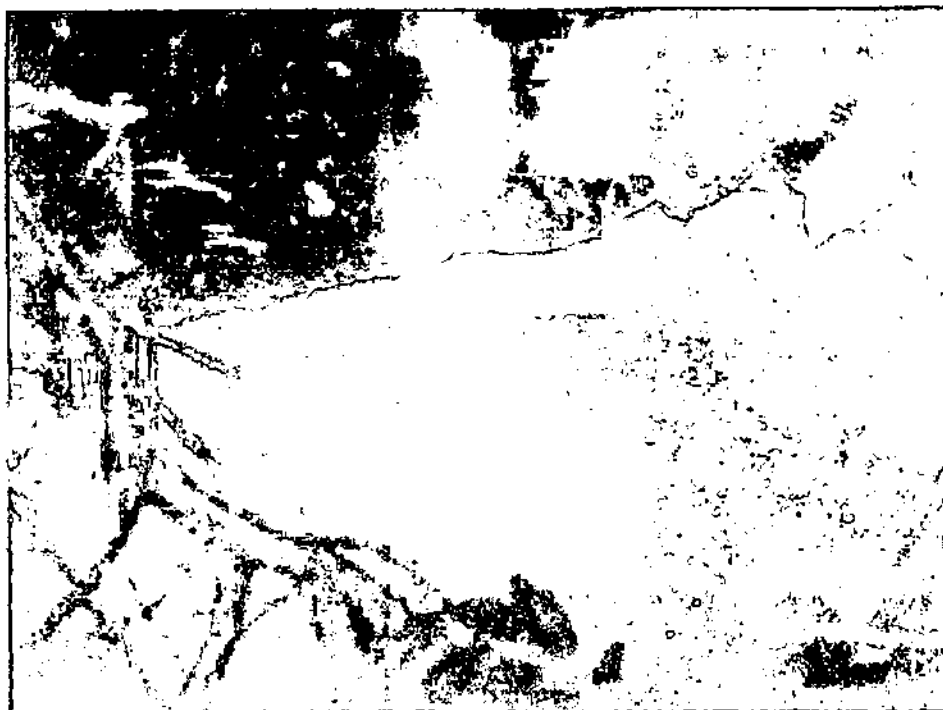
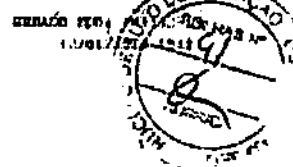


Imagem não disponível

REGISTRO PENDENTE DE RECIBO ELETRÔNICO

Imagem não disponível





SISTEMA INTEGRADO DE DEFESA SOCIAL - POLICIA MILITAR

Nº 2018-002676717-001

BOLETIM DE OCORRÊNCIA

BO NÚMERO

MS018-2018-00280072

Fl. 6/6

FOTO MEIO AMBIENTE 1



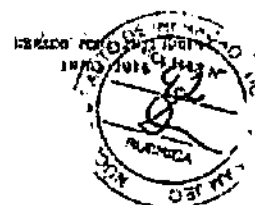
***** FIM DO AMBIENTE: O RESTANTE DA PÁGINA DEVE SER UTILIZADO. *****

***** FIM DO REGISTRO: O RESTANTE DA PÁGINA DEVE SER UTILIZADO. *****

SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL

REGISTRO PENDENTE DE RECIBO ELETRÔNICO

Registre-se de acordo com a legislação em vigor e o Guia de Registro (SIS)





Governo do Estado de Minas Gerais
Sistema Estadual do Meio Ambiente
Secretaria do Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Diretoria Regional de Controle Processual
Núcleo de Autos de Infração

Ofício nº 544 /2018/DRCP/NAI/SUPRAM JEQ

Diamantina, 17 de Maio de 2018

Assunto: Encaminhamento do Auto de Infração

Prezado,

Comunicamos que na fiscalização realizada em 19/01/2018 em Monte Formoso/MG, verificou-se a inobservância da Legislação Ambiental vigente, gerando:

- AI 083223/2018: multa simples no valor de R\$ 17.943,52 (em acordo com os valores UFEMG do ano vigente à lavratura do Auto de Infração) e demais penalidades previstas pela infringência ao código 122, anexo I, do Decreto 44.844/2008;

Por esta razão, estamos encaminhando o Auto de Infração nº 083223/2018.

Na oportunidade, lembramos que, nos termos da Legislação Ambiental vigente, V.Sa. dispõe do prazo de 20 (vinte) dias, contados do recebimento desse ofício, para apresentar defesa, conforme art. 33 e 34 do Decreto Estadual nº 44.844/2008, que esclarecem, inclusive, os requisitos e documentação necessária à instrução da defesa, ou ainda, requerer o pagamento da multa aplicada, seja através de parcelamento ou através do pagamento do seu valor integral.

Esclarecemos que a defesa poderá ser apresentada pessoalmente no Setor de Protocolo do Sistema Jequitinhonha ou via Correios endereçada ao Núcleo de Autos de Infração, localizado na Avenida da Saudade nº 335, Centro, Diamantina, CEP: 39.100-000.

Caso decida pelo pagamento e/ou parcelamento da multa, a solicitação poderá ser feita a qualquer momento por meio de requerimento, endereçada a este Núcleo.

Aproveitamos o ensejo para ressaltar a importância de destinar a defesa e documentação pertinentes ao setor competente, conforme instruído acima, para evitar possíveis transtornos relacionados ao extravio de documentos.

Atenciosamente,

Luana P. Alcântara

Luana P. Alcântara - Núcleo de Autos de Infração Jequitinhonha

Copasa Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nord.
Rua Rui Barbosa, N.º 73 - Centro
Almenara/ MG-CEP 39.900-000

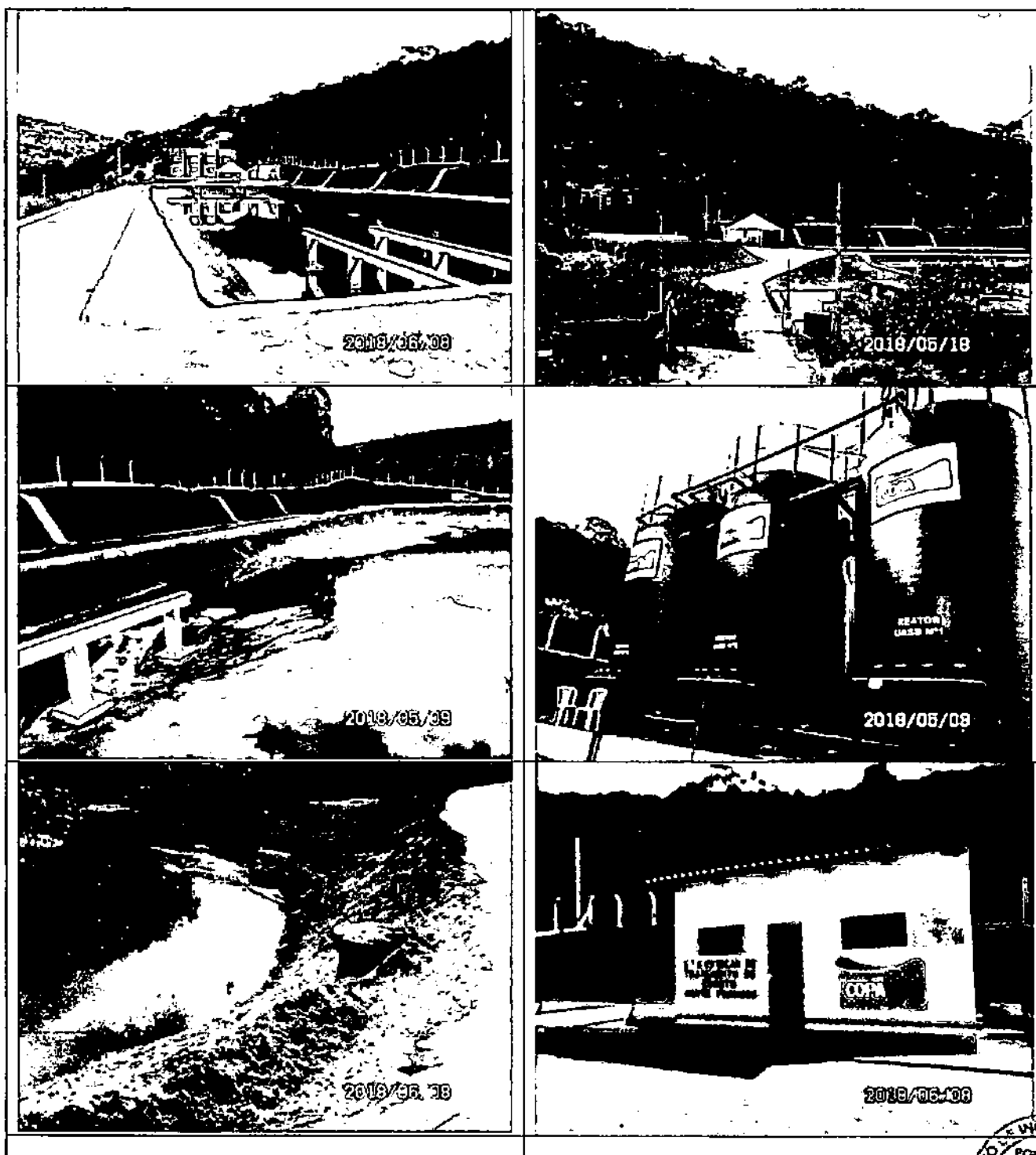


DE: NOAL

PARA: DVLA

ASSUNTO: OFÍCIO Nº 544/2018/DRCP/NAI/SUPRAM JEQ – MUNICÍPIO MONTE FORMOSO-MG

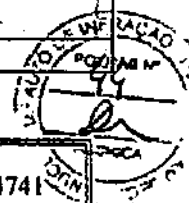
IV – ANEXO



ELABORADO POR:
Marlon Fernandes Ramos 29344

UNIDADE:
NOAL

RAMAIS:
(33) 3721-4741





FORMULÁRIO DE ORIENTAÇÃO BÁSICA

Tipologia: Atividades de Infra Estrutura

AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL DE FUNCIONAMENTO Nº do Documento: 0078435/2018

FCEI de Referência: R019666/2018

1- IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDIMENTO : (de acordo com o FCEI apresentado)

Empreendedor: COPANOR - COPASA SERVIÇOS INTEGRADOS DE SANEAMENTO DO NORTE E NORDESTE DE MINAS GERAIS S/A CPF/CNPJ: 09104426000160

Empreendimento: COPANOR - ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO -ETE MONTE FORMOSO

Município: MONTE FORMOSO/MG

Objeto(s) : TRATAMENTO DE ESGOTO SANITÁRIO

Atividade Principal: TRATAMENTO DE ESGOTOS SANITÁRIOS. - Nível Secundário

Outras Atividades: /

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Nome do Responsável: COPASA

Endereço: RUA MAR DA ESPANHA Nº: 453

Município (s): BELO HORIZONTE/MG

Distr/Bairro: SANTO ANTÔNIO

CEP: 30330-900

2 - Coordenadas geográficas de 1 ponto no local de intervenção do empreendimento em um dos formatos

Formato	Latitude	Longitude
Formato UTM (X,	DATUM:	Fuso:
X=	Y=	

Observação: Quando informar em Latitude e Longitude o DATUM é obrigatório, e quando expressa em formato

3 - CLASSIFICAÇÃO DO EMPREENDIMENTO CONFORME DELIBERAÇÃO NORMATIVA COPAM Nº 74/04

CLASSE DO EMPREENDIMENTO: 1

4 - TIPO DE REGULARIZAÇÃO: AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL DE FUNCIONAMENTO

Atividade: E-03-06-9 - TRATAMENTO DE ESGOTOS SANITÁRIOS.

Vazão média prevista: 3,0l/s

5 - DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA FORMALIZAÇÃO DO PROCESSO

5.1) Documentos a serem entregues para a formalização de processo (Esta documentação somente deverá ser apresentada após concessão de APEF e/ou outorga, no momento em que o empreendimento for iniciar seu funcionamento)

- FOBI - Formulário de Orientação Básica - Integrado / original
- FCEI - Formulário Integrado de Caracterização do Empreendimento - original assinado ou com assinatura eletrônica quando enviado pela internet.
- Procuração ou equivalente, que comprove vínculo com o empreendimento, da pessoa física que assina o FCEI (Quando for o caso).
- Requerimento de Autorização Ambiental de Funcionamento. (Conforme modelo emitido pelo site www.semاد.mg.gov.br, anexo ao FOBI)
- Coordenadas geográficas de um ponto central do empreendimento em Latitude, Longitude ou em formato UTM.
- Declaração original da(s) Prefeitura(s) Municipal(ais) informando que o local e o tipo de instalação estão em conformidade com as leis e regulamentos administrativos do município. (Conforme modelo emitido pelo site



www.semad.mg.gov.br, anexo ao fobi)

- Recibo do pagamento - DAE
- Documento comprobatório da condição do responsável legal pelo empreendimento (Contrato Social, Escritura do Imóvel Rural, Cartão de Produtor Rural, etc).
- Termo de Responsabilidade (Conforme modelo emitido pelo site www.semad.mg.gov.br, anexo ao FOBI)
- Anotação de Responsabilidade Técnica (quitada) ou equivalente, do profissional responsável pelo funcionamento dos sistemas de controle ambiental (original), contemplando a atividade fim de licenciamento.
- Cópia e original do comprovante referente ao recibo de emolumento.
- Original e cópia para conferência, da publicação em periódico local ou regional, de grande circulação, do requerimento de licença nº 00319/2013.
- Caso haja uso de volume insignificante apresentar a Certidão de Cadastro de Uso Insignificante de Recursos Hídricos. (Informe-se pelo site usoinsignificante.igam.mg.gov.br).

5.2) Documentos a serem entregues para a formalização de processo de APEF/Intervenção em APP/Reserva legal

- Recibo de Inscrição do imóvel no CAR - Cadastro Ambiental Rural

Informativo: A arrecadação dos órgãos da Administração Pública por determinação do Decreto nº 44.180, de 22 de dezembro de 2005, será realizada através do DAE e não mais através de depósito identificado.

Os Bancos autorizados a receber os DAE são: Banco do Brasil, Banco Itaú, Banco Mercantil de Brasil, Bancoob, Bradesco.

O DAE pode ser obtido através do site <http://www.siam.mg.gov.br> no link DAE On-line ou nos órgãos seccionais da SEMAD.

INDENIZAÇÃO DOS CUSTOS:

OBSERVAÇÕES

- ESTE FORMULÁRIO DEVERÁ SER ENTREGUE COM O CAMPO 2 - COORDENADAS GEOGRÁFICAS, DEVIDAMENTE PREENCHIDO;
- A DOCUMENTAÇÃO ACIMA ASSINALADA SÓ SERÁ RECEBIDA QUANDO COMPLETA E NA ORDEM LISTADA;
- A CÓPIA DIGITAL DA DOCUMENTAÇÃO DEVERÁ SER ENTREGUE CONFORME ORIENTAÇÃO ANEXA;
- PRAZO DE ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO ACIMA LISTADA - 90 DIAS DA DATA DO PROTOCOLO DO FOBI, SALVO PRAZO MENOR ESTABELECIDO PELO COPAM OU ÓRGÃO SECCIONAL DO SISEMA.
- OBSERVAR O DISPOSTO NA RESOLUÇÃO SEMAD Nº 390, DE 11 DE AGOSTO DE 2005, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DO EXECUTIVO DE MINAS GERAIS EM 13 DE AGOSTO DE 2005.
- APÓS CONSULTA, CASO SEJAM CONSTATADOS DÉBITOS AMBIENTAIS, O EMPREENDEDOR DEVERÁ QUITÁ-LOS, A FIM DE DAR CONTINUIDADE AO PROCESSO. VALE LEMBRAR QUE, SE TAIS DÉBITOS NÃO FOREM QUITADOS O PROCESSO NÃO PODERÁ SER CONCLUÍDO.
- O RCA/PCA E O EIA/RIMA DEVERÃO CONTEMPLAR TODAS AS ATIVIDADES SEPARADAMENTE.

Este empreendimento está dispensado de processo de licenciamento ambiental no nível estadual, mas sujeito obrigatoriamente à autorização ambiental de funcionamento, conforme estabelecido pelo art 2º da Deliberação Normativa nº 74, de 9 de setembro de 2004.

BELO HORIZONTE, 26 de Janeiro de 2018

Grazielle de Assis Cardoso,

responsável/SUPRAMCM pela emissão desta Orientação.

Recebida em 26/01/2018

Henzo Terencio Resendi

Nome legível / assinatura do representante do empreendimento

SIGLAS: IEF - Instituto Estadual de Florestas: (31) 3295-3216; IGAM - Instituto Mineiro de Gestão das águas: (31) 2101-3355; FEAM - Fundação Estadual do Meio Ambiente: (31) 3298-6200; NARC - Núcleo de Apoio às Regionais do COPAM - NARC Jequitinhonha (38) 3531-2650, NARC Triângulo Mineiro (34) 3237-3765, NARC Sul de Minas (35) 3223-7678, NARC Norte de Minas (38) 3212-3811, NARC Zona da Mata (32) 3531-4105; NARC Alto do São Francisco (37) 3218-1055, NARC Leste



FORMULÁRIO DE CARACTERIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO - FCE

Nº PROCESSO TÉCNICO: 319/2012 Nº FCE: 00192666/18 Nº FOB: 784 35/18

1. IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDEDOR

Razão social ou nome: COPANOR - COPASA SERVIÇOS DE SANEAMENTO INTEGRADO DO NORTE E NORDESTE DE MINAS GERAIS S/A

Nome Fantasia: COPANOR

CNPJ/CPF: 09.104.426.0001/60

Inscrição estadual: 001.044.73100-70

Endereço (Rua, Av. Rod. etc.): Rua Joaquim Ananias de Toledo

Nº/km: 125

Complemento: _____

Bairro/localidade: Doutor Laerte Laender

Município: Teófilo Otoni

UF: MG

CEP: _____

Telefone: (33) 3523-5354

Fax: () _____

Caixa Postal: _____

E-mail: copanor@copasa.com.br

2. IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Razão social ou nome: COPANOR - Estação de Tratamento de Esgoto - ETE Monte Formoso

CNPJ/CPF: 09.104.426.0001/60

Inscrição Estadual: 001.044.73100-70

Nome fantasia/apelido: _____

Endereço (Rua, Av. Rodovia, etc.): Fazenda Anta Podre

Nº/km: _____

Complemento: _____

Bairro/localidade: _____

Município: Monte Formoso

UF: MG

CEP: 39.893-000

Telefone: () _____

Fax: () _____

Caixa Postal: _____

E-mail: _____

Microempresa: ☒ NÃO ☐ SIM

3. ENDEREÇO PARA ENVIO DE CORRESPONDÊNCIA: ☐ REPETIR CAMPO 1 ☐ REPETIR CAMPO 2

Destinatário: COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS - COPASA

(nome da pessoa que vai receber a correspondência)

(vínculo com a empresa)

Endereço (Rua, Av., etc.): Rua Mar de Espanha

Nº/km: 453

Complemento: _____

Bairro/localidade: Santo Antônio

Município: Belo Horizonte

UF: MG

CEP: 30.330-900

Telefone: (31) 3250 - 2091

Fax: () _____

Caixa Postal: _____

E-mail: dvl@copasa.com.br

4. LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

4.1 - O empreendimento abrange outros municípios? ☒ NÃO ☐ SIM (Se sim, informar): _____

4.2 - O empreendimento abrange outros estados? ☒ NÃO ☐ SIM (Se sim, informar): _____

4.3 - O empreendimento está localizado dentro de Unidade de Conservação (UC) de uso sustentável ou de proteção integral, criada ou implantada, ou em outra área de interesse ambiental legalmente protegida?

☒ NÃO ☐ SIM, nome: _____

4.4 - O empreendimento está localizado em sua zona de amortecimento (ou entorno, no raio de 3 km ao redor da UC), de alguma UC, exceto APA ou RPPN?

☒ NÃO ☐ SIM, nome: _____

4.5 - Existem cavidades naturais subterrâneas na Área Diretamente Afetada pelo empreendimento, ou no seu entorno de 250 metros, que poderão sofrer impacto real ou potencial pela atividade ou empreendimento?

☒ NÃO ☐ SIM

4.6 - Informe os dados para localização do PONTO CENTRAL do empreendimento na tabela abaixo:

Coordenadas Geográficas	DATUM () SIRGAS 2000 () WGS 84	Latitude			Longitude		
		Grau	Minuto	Segundo	Grau	Minuto	Segundo
Coordenadas Planas UTM	Fuso 22 23 24 X	X = 2 5 8 7 0 7 (6 dígitos)			Y = 8 1 3 3 5 1 2 (7 dígitos)		

5. USO DE RECURSO HÍDRICO

5.1 - O empreendimento faz uso ou intervenção em recurso hídrico outorgável? ☒ NÃO ☐ SIM

5.2 - Utilização do Recurso Hídrico é/será exclusiva de Concessionária Local? ☐ NÃO ☐ SIM (passe ao item 6)

5.3 - Existe Processo de Outorga já solicitado junto ao IGAM (Em análise)

Nº Processo Administrativo _____ / _____ / _____ / _____

5.4 - Uso não outorgado (ainda não possui Outorga)

Código do uso: _____ quantidade: _____ código do uso: _____ quantidade: _____ código do uso: _____ quantidade: _____

Código do uso: _____ quantidade: _____ código do uso: _____ quantidade: _____ código do uso: _____ quantidade: _____

5.5 - Utilização do Recurso Hídrico é ou será Coletiva? ☐ NÃO ☐ SIM (Informar: DAC/IGAM _____ / _____)

(A Declaração de Área de Conflito DAC/IGAM, deverá ser solicitada no IGAM ou através das SUPRAM's)

Código do uso: _____ quantidade: _____ código do uso: _____ quantidade: _____ código do uso: _____ quantidade: _____

5.6 - O empreendimento já obteve anteriormente Outorga?

Nº da Portaria/ano: _____ / _____ Nº da Portaria/ano: _____ / _____ Nº da Portaria/ano: _____ / _____

5.7 - Trata-se de Revalidação/Renovação de Outorga?



16



Nº da Portaria/ano: ____/____; Nº da Portaria/ano: ____/____; Nº da Portaria/ano: ____/____

5.8 - Trata-se de Retificação de portaria de Outorga?

Nº da Portaria/ano: ____/____; Nº da Portaria/ano: ____/____; Nº da Portaria/ano: ____/____

NOTA: Uso de volume insignificante é definido pela UPGRH em que o empreendimento está localizado. Informe-se no site do SIAM (www.siam.mg.gov.br) através DN CERH nº 09/2004 e DN CERH nº 34/2010 e para cadastramento acesse o endereço eletrônico usoinsignificante.igam.mg.gov.br.

6. AUTORIZAÇÃO PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL (DAIA) E/OU INTERVENÇÃO EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE (APP) E/OU DECLARAÇÃO DE COLHEITA E COMERCIALIZAÇÃO (DCC)

6.1 - Caso já tenha processo de intervenção ambiental ou de intervenção em APP ou pedido de Declaração de Colheita e Comercialização - DCC (protocolados a/ou em análise no IEF) referente a esse empreendimento informar o (s) número (s):
____/____/____

6.2 - Caso já tenha Autorização para Autorização para Intervenção Ambiental - DAIA ou Declaração de Colheita e Comercialização - DCC liberada para esse empreendimento informar o (s) número (s):
____/____/____

6.3 - O Empreendimento está localizado em área rural? ☐ NÃO ☒ SIM

6.3.1 - Pretende compensar Reserva Legal em Unidade de Conservação? ☒ NÃO ☐ SIM

6.4 - Haverá necessidade de nova supressão/intervenção neste empreendimento, além dos itens relacionados nas perguntas 6.1 e 6.2? ☒ NÃO (passe para o item 7) ☐ SIM, responda as perguntas 6.5 e 6.6

6.5 - Ocorrerá supressão de vegetação? ☐ NÃO ☐ SIM, informar:

6.5.1 ☐ nativa (passe para o item 6.6) ☒ plantada (responda o item 6.5.2)

☐ nativa e plantada (responda o item 6.5.2)

6.5.2 É vinculada, legal ou contratualmente, a empresas consumidoras de produtos florestais? ☐ NÃO ☐ SIM

6.6 - Ocorrerá supressão/intervenção em Área de Preservação Permanente (APP)? ☐ NÃO ☐ SIM

7. DADOS DA (S) ATIVIDADE (S) DO EMPREENDIMENTO:

7.1 População total urbana atual: 1.700 habitantes

População atendida: Início de Plano 1.976 habitantes

Final de Plano 2.368 habitantes

CÓDIGO ON 74/04	ATIVIDADE EFETIVA DO EMPREENDIMENTO	PARÂMETRO	QTDE.	UNIDADE DE MEDIDA*	CLASSE
E-03-05-0	Interceptores, emissários, elevatórias e reversão de esgoto.	Vazão máxima prevista em final de plano	-	l/s	-
E-03-06-9	Tratamento de esgoto sanitário	Vazão média prevista em final de plano	3,0	l/s	1

Para o Código E-03-06-9 informar nível de tratamento previsto: ☐ Primário ☒ Secundário ☐ Terciário

7.2 - O empreendimento já possui, ou tem sob análise, licença ambiental / autorização de funcionamento emitida pelo órgão estadual?

☒ NÃO

☐ SIM informe nº do Processo COPAM: ____/____/____

Tipo: ☐ AAF ☐ LP ☐ LI ☐ LO ☐ REVLO ☐ LOP ☐ LIC
☐ LOC ☐ LP/LI ☐ LI/LO ☐ LIC/LO ☐ LP/LI/LO

7.3 - Fase do objeto do requerimento:

☐ Projeto

☐ Instalação () não iniciada (X) iniciada em 20 / 08 / 2012

☐ Operação () não iniciada () iniciada em ____/____/____

☐ Projeto (Ampliação)

☐ Instalação (Ampliação) () não iniciada () iniciada em ____/____/____

☐ Operação (Ampliação) () não iniciada () iniciada em ____/____/____

7.3.1 - Solicita-se a concomitância de fases no licenciamento?

☒ NÃO

☐ SIM, Informe as fases:

☐ LP ☐ LI ☐ LIC ☐ LO (Verificar art. 9º do Decreto Estadual nº 44.844/2008 e Orientação Sisema nº 04/2017)

7.4 - Cadastro no ICMs - Ecológico? ☐ NÃO ☐ SIM (somente para atendimento mínimo de 50% da população)

SUPRAM - Superintendência Regional de Meio Ambiente: Jequinhonha (38) 3532-6850, Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (34) 3088-6400, Sul de Minas (35) 3229-1816, Norte de Minas (38) 3224-7500, Zona da Mata (32) 3539-2700, Alto São Francisco (37) 3229-2800, Leste Mineiro (33) 3271-4688, Noroeste de Minas (38) 3677-9800, Central Metropolitana: (31) 3228-7700 / Escritórios Regionais do IEF: Alto Jequinhonha (38) 3532-6896, Alto Médio São Francisco (38) 3821-2811, Alto Paranaíba (34) 3822-3533, Centro-Norte (31) 2106-0750, Centro-Oeste (37) 3229-2807, Centro-Sul (35) 3229-1816, Mata (32) 3539-2740, Nordeste (33) 3522-3953, Noroeste (38) 3677-9800, Norte (38) 3224-7550, Rio Doce (33) 2101-7550, Sul (35) 3229-1817, Triângulo (34) 3088-6400.



PK



urbana)

7.5 - A atividade é objeto de financiamento pela FUNASA? NÃO () SIM ()

7.6 - Dados das atividades do empreendimento sob ampliação (sendo o caso):

7.6.1 - Dados referentes à ampliação/modificação:

CÓDIGO DN 74/04	ATIVIDADE EFETIVA DO EMPREENDIMENTO	PARÂMETRO	QTDE.	UNIDADE DE MEDIDA*	CLASSE

7.6.2 - Dados da atividade principal do empreendimento já regularizada ambientalmente relacionada à ampliação:

CÓDIGO DN 74/04	ATIVIDADE EFETIVA DO EMPREENDIMENTO	PARÂMETRO	QTDE.	UNIDADE DE MEDIDA*	CLASSE

Informar **SOMENTE** a unidade de medida específica para cada uma da(s) atividade(s), conforme Anexo I da DN COPAM 74/04

7.7 - Está cumprindo as obrigações inerentes à licença vigente, inclusive suas condicionantes? [] NÃO [] SIM

7.8 - Quer fazer uso da prerrogativa do § 2º, art. 8º da DN 74/2004 (redução de 30% no custo de análise)? [] NÃO [] SIM

8. Seleccione uma opção de Pagamento, tendo como referência a tabela anexa na RESOLUÇÃO CONJUNTA SEMAD/IEF/FEAM Nº 2125, DE 28 DE JULHO DE 2014:

8.1- [X] No ato da Formalização do processo, pagar o valor integral da tabela, e caso os custos apurados na planilha sejam superiores, pagar a diferença antes do julgamento

8.2- [] No ato da Formalização do processo, pagar 30% do valor da tabela e o restante em até 5 (cinco) parcelas mensais e consecutivas, não inferiores a 500 (quinhentas) Ufemgs cada, e caso os custos apurados na planilha sejam superiores, pagar a diferença antes do julgamento Obs: incidirá juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e multa de 2% (dois por cento) do valor das parcelas pagas após o vencimento

8.3- [] No ato da Formalização do processo, pagar 30% do valor da tabela e o restante de forma integral após a apresentação da planilha de custos

Nota 1: Ficam sujeitas ao pagamento integral do valor da tabela, as classes I e II referente a Autorização Ambiental de Funcionamento - AAF, não cabendo parcelamento vez que não atingem o valor mínimo de 500 (quinhentas) Ufemgs exigido para parcelamento.

Nota 2: Em qualquer das situações acima, ficam o julgamento e a emissão da Licença condicionados à quitação integral dos custos, conforme art. 7º, da DN COPAM n.º 74/2004.

Nota 3: Os valores eventualmente pagos a maior em relação ao custo apurado na apresentação da Planilha referente a LP, LI e LO, classes III e IV, na hipótese das opções 8.1 e 8.2, serão ressarcidos ao empreendedor, desde que esses valores não sejam inferiores a 30% da tabela.

9. Declaro sob as penas da lei que as informações prestadas são verdadeiras e que estou ciente de que a falsidade na prestação destas informações constitui crime, na forma do artigo 299, do código penal (pena de reclusão de 1 a 5 anos e multa), c/c artigo 3º da lei de crimes ambientais, c/c artigo 19, §3º, item 5, do decreto 39424/98, c/c artigo 19 da resolução CONAMA 237/97.

26/01/2018 Paulo Emilio Guimarães Filho / Gerente da Divisão de Licenciamento Ambiental
data Nome legível e assinatura do responsável pelo preenchimento do FCEI vínculo com a empresa

OS FORMULÁRIOS COM INSUFICIÊNCIA OU INCORREÇÃO DE INFORMAÇÕES NÃO SERÃO DEVOLVIDOS E SE TORNARÃO SEM EFEITO EM 30 DIAS CONTADOS A PARTIR DA DATA DA POSTAGEM OU PROTOCOLO. FAVOR ENTRAR EM CONTATO COM O ÓRGÃO AMBIENTAL COMPETENTE, DENTRO DESTES PRAZO, PARA MAIORES INFORMAÇÕES.



SECRETARIA DE ESTADO DE
FAZENDA DE MINAS GERAIS

DOCUMENTO DE ARRECADAÇÃO ESTADUAL-DAE

NOME
COPANOR - ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO -ETE MONTE
ENDEREÇO
FAZ ANTA PODRE, 0
MUNICÍPIO
MONTE FORMOSO UF
MG TELEFONE

VENCIMENTO

26/04/2018

TIPO DE IDENTIFICAÇÃO

1 - INSCRIÇÃO ESTADUAL 4 - CPF
2 - INSCRIÇÃO DE PRODUTOR RURAL 5 - OUTROS
3 - CNPJ

TIPO

3

NÚMERO IDENTIFICAÇÃO

09104426000180

CÓDIGO MUNICÍPIO EM MG

MÊS/ANO REFERÊNCIA

04/2018

Nº DOCUMENTO

0325432320147

HISTÓRICO

Órgão: FEAM - Fundação Estadual do Meio Ambiente-

Serviço: 3 - Licenciamento

Tipo de Licença: AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL DE FUNCIONAMENTO

Classe: 1

Empreendimento: COPANOR - ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO -ETE MONTE FORMOSO, CPF/CNPJ: 09104426000180

Parcela: Pagamento Integral

FOBI de Referência: 78435/2018

Documento no SIAM: 78468/2018

Sr. Caixa, Este documento deve ser recebido exclusivamente pela leitura do código de barras ou linha digitável

85630000014 3 38580213180 0 42612032543 3 23201470209 5

AUTENTICAÇÃO

TOTAL

1.438,58

MOD 06 01 11

85630000014 3 38580213180 0 42612032543 3 23201470209 5



SECRETARIA DE ESTADO DE
FAZENDA DE MINAS GERAIS

DOCUMENTO DE ARRECADAÇÃO ESTADUAL-DAE

NOME
COPANOR - ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO -ETE MONTE
ENDEREÇO
FAZ ANTA PODRE, 0
MUNICÍPIO
MONTE FORMOSO UF
MG TELEFONE

VENCIMENTO

26/04/2018

TIPO DE IDENTIFICAÇÃO

1 - INSCRIÇÃO ESTADUAL 4 - CPF
2 - INSCRIÇÃO DE PRODUTOR RURAL 5 - OUTROS
3 - CNPJ

TIPO

3

NÚMERO IDENTIFICAÇÃO

09104426000180

CÓDIGO MUNICÍPIO EM MG

Nº DOCUMENTO

0325432320147

VALOR:

1.438,58

ACRÉSCIMOS

0,00

JUROS/MULTA

0,00

TOTAL

1.438,58

MOD 06 01 11



SECRETARIA DE ESTADO DE
FAZENDA DE MINAS GERAIS

DOCUMENTO DE ARRECADAÇÃO ESTADUAL-DAE

NOME
COPANOR - ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO -ETE MONTE

ENDEREÇO
FAZ ANTA PODRE, 0

MUNICÍPIO
MONTE FORMOSO

UF
MG

TELEFONE

VENCIMENTO
26/04/2018

TIPO DE IDENTIFICAÇÃO
1 - INSCRIÇÃO ESTADUAL
2 - INSCRIÇÃO DE PRODUTOR RURAL
3 - CNPJ
4 - CPF
5 - OUTROS

TIPO
3
NÚMERO IDENTIFICAÇÃO
09104426000160

CÓDIGO MUNICÍPIO EM MG

MÊS/ANO REFERÊNCIA
04/2018

Nº DOCUMENTO
0425432340197

HISTÓRICO

Órgão: FEAM - Fundação Estadual do Meio Ambiente

Serviço: 4 - Emolumento FEAM

Empreendimento: COPANOR - ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO -ETE MONTE FORMOSO. CPF/CNPJ: 09104426000160

Parcela: Pagamento Integral

FOBI de Referência: 78435/2018

Documento de Referência: 78435/2018 - FOBI - FORMULARIO ORIENTAÇÃO BÁSICA - INTEGRADO

Documento no SIAM: 78467/2018

Sr. Caixa, Este documento deve ser recebido exclusivamente pela leitura do código de barras ou linha digitável

85600000000 5 10000213180 1 42612042543 1 23401970209 6

AUTENTICAÇÃO

TOTAL

10,00

MOD 06 01 11

85600000000 5 10000213180 1 42612042543 1 23401970209 6



SECRETARIA DE ESTADO DE
FAZENDA DE MINAS GERAIS

DOCUMENTO DE ARRECADAÇÃO ESTADUAL-DAE

NOME
COPANOR - ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO -ETE MONTE

ENDEREÇO
FAZ ANTA PODRE, 0

MUNICÍPIO
MONTE FORMOSO

UF
MG

TELEFONE

VENCIMENTO
26/04/2018

TIPO DE IDENTIFICAÇÃO
1 - INSCRIÇÃO ESTADUAL
2 - INSCRIÇÃO DE PRODUTOR RURAL
3 - CNPJ
4 - CPF
5 - OUTROS

TIPO
3
NÚMERO IDENTIFICAÇÃO
09104426000160

CÓDIGO MUNICÍPIO EM MG

Nº DOCUMENTO
0425432340197

VALOR
10,00

ACRÉSCIMOS
0,00

JUROS/MULTA
0,00

TOTAL

10,00

MOD 06 01 11





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - SEMAD

REGISTRO: 2090357/2013




AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL DE FUNCIONAMENTO

Nº 06773/2013

O Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM, no uso de suas atribuições, com base no inciso IX do Art. 5º da Lei nº 7.772, de 8 setembro de 1980, inciso VIII do Art. 4º da Lei nº 12.585, de 17 de julho de 1997 e de acordo com o inciso VIII do Art. 4º do Decreto nº 44.667, de 03 de dezembro de 2007 e Art. 2º da Deliberação Normativa COPAM nº 74, de 9 de setembro de 2004, por meio de sua Secretaria Executiva, **AUTORIZA O FUNCIONAMENTO** do empreendimento **COPANOR - ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO - ETE MONTE FORMOSO**, CNPJ 09.104.426/0001-60, para a atividade: Tratamento de esgotos sanitários (Vazão média prevista: 3,0 l/s) enquadrada na DN74/2004 sob o código: E-03-06-9; localizada na ~~FAZENDA ANTA-POBRE~~ ZONA URBAL, no Município de MONTE FORMOSO, no Estado de Minas Gerais, conforme processo administrativo nº. 33903/2013/001/2013, em conformidade com normas ambientais vigentes.

Validade até 4 anos, com vencimento em 25/11/2017.

DIAMANTINA, 25 de Novembro de 2013.


ELIANA PIEDADE ALVES MACHADO
MASP: 1020665-4

Superintendência Regional de Regularização Ambiental Jequitinhonha

Esta autorização não dispensa nem substitui a obtenção, pelo requerente, de certidões, alvarás, licenças ou autorizações, de qualquer natureza, exigidos pela legislação Federal, Estadual ou Municipal.



feam
FUNDAÇÃO ESTADUAL
DE REGULAÇÃO AMBIENTAL

IEF
INSTITUTO ESTADUAL DE REGULAÇÃO
DO MEIO AMBIENTE

SEMAD
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMAD

Sistema Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SISEMA

Superintendência Regional de Meio Ambiente Jequitinhonha - SUPRAM JEQ

PARECER ÚNICO Nº 264/2019 – DEFESA

Indexado ao Processo CAP nº 508576/18

Auto de Infração nº 83223/2018

1. IdentificaçãoEmpreendedor/Autuado
COPANORCNPJ / CPF:
09.104.426/0001-60**2. Discussão**

Na data de 19 de janeiro de 2018 foi lavrado pela PMMG o Auto de Infração nº 83223/2018, amparado no Boletim de Ocorrência nº M5018-2018-00200072, com as seguintes infrações administrativas ambientais:

- 1) Art. 83, Anexo I, Código 122 do Decreto Estadual 44.844/2008 e Lei Estadual nº 7.772/1980 - por: "*Causar poluição, ou degradação ambiental de qualquer natureza, que resulte ou possa resultar em dano aos recursos hídricos, às espécies vegetais e animais, aos ecossistemas e habitats, ou que prejudique a saúde, a segurança e o bem estar da população*".
- 2) Art. 83, Anexo I, Código 116 do Decreto Estadual 44.844/2008 e Lei Estadual nº 7.772/1980 - por: "*Descumprir Deliberação do COPAM (Deliberação Normativa COPAM nº 128/2008)*".

Pelas infrações cometidas foi aplicada a penalidade de multa simples no valor total de R\$ 35.887,04 (trinta e cinco mil, oitocentos e oitenta e sete reais e quatro centavos), sendo o valor de R\$ 17.943,52 (dezessete mil, novecentos e quarenta e três reais e cinquenta e dois centavos) para cada das infrações descritas no referido AI.

A notificação da lavratura do Auto de Infração em referência ocorreu por via postal (AR) no dia 01/06/2018.

A defesa é tempestiva, vez que interposta no dia 21/06/2018, dentro do prazo de 20 (vinte) dias previsto pelo art. 33, do Decreto Estadual nº 44.844/2008, oportunidade em que alegou, em síntese:

→ **Nulidade do Auto de Infração ante vício formal:** Não observância dos requisitos do art. 27 e 31 do Decreto Estadual nº 44.844/2008 e exigência de Lei em sentido formal, emanada do Poder Legislativo a fim de obrigar qualquer cidadão a fazer ou deixar de fazer alguma coisa e não Decreto;

→ **Descabimento da aplicação de penalidade à COPANOR,** sob a justificativa de que o serviço de esgotamento sanitário é natureza complexa e envolve várias etapas, e que, para a execução de suas obras deve-se observar as regras estabelecidas pelo Lei Federal nº 8.66/1993, e que a COPANOR vem envidando esforços para concluir as obras, e por esta complexidade, aplicar a penalidade descabida no Auto de Infração nº 083223/2018 é totalmente indevido, desarrazoado e desproporcional;

SUPRAM JEQAvenida da Saudade, nº 335 – Centro –
Diamantina/MG
CEP 39.100-000 – Tel.: (38) 3532-6650DATA 06/06/2019
Página: 1/6



→ **Nulidade do Auto de Infração – Inadequação Típica:** Alega ter cumprido os prazos estabelecidos pela Deliberação Normativa COPAM nº 128/2008, que alterou os prazos preconizados pela Deliberação Normativa COPAM nº 96/2006, que convoca municípios para o licenciamento ambiental de sistema de tratamento de esgoto, na medida em que obteve a Autorização Ambiental de Funcionamento nº 06773/2013, em cumprimento à mencionada deliberação.

Ao final requer seja declarado nulo o Auto de Infração, considerando-o inapto à produção de qualquer efeito jurídico, ante os vícios formais existentes, com a consequente eliminação da multa aplicada.

3. Análise

Os argumentos apresentados na defesa são desprovidos de quaisquer fundamentos técnicos ou jurídicos capazes de descaracterizarem o Auto de Infração em questão.

Como é sabido, os Decretos regulamentares são normas jurídicas expedidas pelo Chefe do Poder Executivo com a função de pormenorizar e desenvolver as disposições gerais e abstratas da lei, viabilizando sua aplicação em casos específicos.

O princípio da legalidade, por sua vez, que está consubstanciado no artigo 5º, II, da Constituição Federal, que assim dispõe: II-ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei, não é violado pelo definido nos regulamentos. Este princípio tem como objetivo estabelecer limites ao Poder Executivo e proteger o cidadão, garantindo que as prescrições gerais sejam fixadas pelo Poder Legislativo como fruto da manifestação das diversas posições da sociedade.

Uma vez estabelecidas, por lei, obrigações e regras para o uso dos bens ambientais, cabe ao Poder Público, com o escopo de viabilizar o exercício do poder de polícia pelos órgãos competentes, minudenciar os preceitos gerais, de forma a regular a atuação da Administração, sempre em consonância com o princípio da legalidade, cujo conteúdo, em sua aplicação aos órgãos públicos, é consubstanciado na noção que o administrador só pode fazer aquilo que a lei – em sentido amplo – permite.

Em Minas Gerais, é a Lei Estadual nº 7.772/1980 que define, no seu Capítulo VI, as penalidades relativas às infrações às normas de proteção ao meio ambiente e que prevê, expressamente, inclusive, no §2º do art. 15, que o regulamento da lei detalhará o procedimento administrativo de fiscalização, de aplicação de sanções e a tipificação das infrações. Vejamos:

“Art. 15. As infrações às normas de proteção ao meio ambiente e aos recursos hídricos, classificadas em leves, graves e gravíssimas a critério do Copam e do Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERH, serão punidas nos termos desta Lei.

[...]

§ 2º O regulamento desta Lei detalhará:

I - o procedimento administrativo de fiscalização;

II - o procedimento administrativo, as hipóteses e os critérios para aplicação de sanções;

III - a tipificação e a classificação das infrações às normas de proteção ao meio ambiente e aos recursos hídricos;

IV - a competência e o procedimento para elaboração das normas técnicas complementares”. grifo nosso



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMAD

Sistema Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SISEMA

Superintendência Regional de Meio Ambiente Jequitinhonha - SUPRAM JEQ

Dessa forma, o Decreto Estadual nº 44.844/2008, ao tipificar e classificar as infrações às normas de proteção ao meio ambiente e aos recursos hídricos e estabelecer procedimentos administrativos de fiscalização e aplicação das penalidades, o faz em total obediência à lei, bem como a toda a legislação ambiental pátria. O Decreto em tela, ao prescrever as sanções administrativa tipificadas no art.83, Anexo I, Códigos 122 e 116, concretizou o dever jurídico previsto em lei stricto sensu, em total consonância com o princípio da legalidade.

Dessa forma, o Auto de Infração em tela, atendeu perfeitamente as diretrizes do art. 27, incisos I e II do que previa o Decreto Estadual nº 44.844/2008, com a menção clara e precisa das normas que embasaram a aplicação da sanção administrativa. Afasta-se, por consequência, a alegação de violação ao disposto no art.31, III do Decreto em testilha.

Ressalte-se que a lei de infringência da presente autuação é a Lei Estadual nº 7.772/1980, que dispõe sobre a proteção, conservação e melhoria do meio ambiente.

Em relação ao disposto no inciso IV do Decreto Estadual nº 44.844/2008, compete ao agente autuante, no momento da fiscalização, verificar a ocorrência de infração às normas citadas no caput e à legislação ambiental, não existindo qualquer comando legal que determine que tais circunstâncias sejam consignadas expressamente no Auto de Infração em apreço, até, porque, pode-se não constatar/configurar/não provar, nenhuma das circunstâncias atenuantes ou agravantes quando da lavratura do auto de infração, não, sendo, portanto, correto o entendimento de que todo auto de infração lavrado deve conter/contemplar essas circunstâncias.

Sem razão a Autuada, quanto a alegação de descabimento da penalidade aplicada, sob a justificativa de que o serviço de esgotamento sanitário é natureza complexa e envolve várias etapas, e que, para a execução de suas obras deve-se observar as regras estabelecidas pelo Lei Federal nº 8.66/1993, e que a COPANOR vêm envidando esforços para concluir as obras, vez que tal justificativa não se presta como excludente da infração ambiental praticada, pois, o nosso ordenamento jurídico não permite o lançamento de esgotos sanitários em cursos d'água sem prévio tratamento.

Em Minas Gerais a Lei nº 2.126/1960 e suas alterações, que estabelece normas para o lançamento de esgotos e resíduos industriais nos cursos de água, é claro, quando dispõe:

"Art. 1º - Fica proibido, a partir da data da publicação desta lei, em todo o território do Estado de Minas Gerais, lançar nos cursos de água - córregos, ribeirões, rios, lagos, lagoas e canais, por meio de canalização direta ou indireta, de derivação ou de depósito em local que possa ser arrastado pelas águas pluviais ou pelas enchentes, sem tratamento prévio e instalações adequadas, qualquer resíduo industrial em estado sólido, líquido ou gasoso, e qualquer tipo de esgoto sanitário proveniente de centro urbano ou de agrupamento de população."

No tocante ao ente federal podemos citar o disposto no art.3º da Resolução CONAMA nº 430/2011, que dispõe sobre condições, parâmetros, padrões e diretrizes para gestão do lançamento de efluentes em corpos de água receptores, in verbis:

"Art. 3º - Os efluentes de qualquer fonte poluidora somente poderão ser lançados diretamente nos corpos receptores após o devido tratamento e desde que obedçam às



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMAD

Sistema Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SISEMA

Superintendência Regional de Meio Ambiente Jequitinhonha – SUPRAM JEQ

condições, padrões e exigências dispostos nesta Resolução e em outras normas aplicáveis".

Portanto, mostra-se perfeitamente cabível e razoável a atuação por lançamento de esgoto sanitário em curso d'água sem qualquer tipo de tratamento prévio.

Também, não pode prosperar a alegação de cumprimento do prazo estabelecido pela Deliberação Normativa COPAM nº 128/2008, que alterou os prazos previstos pela Deliberação Normativa COPAM nº 96/2006, para que os municípios regularizassem ambientalmente os seus sistemas de tratamento de esgoto, que no caso de Monte Formoso, seria até março de 2017, vez que até a data da autuação (19/01/2018) não estava com o seu sistema totalmente instalado e operando, o que também, já tinha sido constatado em vistoria realizada pela FEAM no ano de 2014, onde foi constatado que a ETE estava inoperante, atendendo 0% (zero por cento) da população urbana.

Tal situação é contrária ao disposto no art.2º da Deliberação Normativa COPAM nº 96/2006, que determinou aos municípios convocados a implantar sistema de tratamento de esgotos com eficiência mínima de 60% e que atenderiam no mínimo 80% da população urbana.

As imagens abaixo de documentos que instruíram o Processo Administrativo nº 33903/2013/001/2013, que ensejou na emissão da AAF nº 06773/2013, não deixam qualquer dúvida sobre essa situação.

[illegible]



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMAD

Sistema Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SISEMA

Superintendência Regional de Meio Ambiente Jequitinhonha - SUPRAM JEQ

FORMULÁRIO PARA VERIFICAÇÃO DAS CONDIÇÕES OPERACIONAIS DO SISTEMA DE TRATAMENTO DE EFLUENTES

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1. Nome da ETE: ETE Monte Formoso

1.2. Responsável pelo equipamento: Eng.º Carlos Roberto

1.3. Percentual de produção de água tratada: 100%

1.4. Percentual de população urbana atendida: 0%

1.5. Anos de operação: 06

1.6. Local de lançamento dos efluentes: Comunidade local

2. CONDIÇÃO DA ETE

2.1. Situação: Em funcionamento

RELATÓRIO DE VISITA

No dia: 02/10/2014 às 14h em Monte Formoso, realizou-se a visita técnica à ETE.

Foi constatado que a ETE encontra-se em funcionamento, com a produção de água tratada de 100%. Atualmente, o sistema de tratamento de efluentes está em funcionamento, com a produção de água tratada de 100%. O sistema de tratamento de efluentes está em funcionamento, com a produção de água tratada de 100%.

Assim, a AAF nº 06773/2013, não pode servir de acobertamento de uma situação que estava em desacordo com a legislação vigente, portanto, devendo prevalecer a infração ambiental prevista no art.83, anexo I, código 116 do Decreto Estadual nº 44.844/2008.

Destarte, não restam dúvidas quanto a legalidade da lavratura do Auto de Infração ambiental referencial.

Assim, a AAF nº 06773/2013, não pode servir de acobertamento de uma situação que estava em desacordo com a legislação vigente, portanto, devendo prevalecer a infração ambiental prevista no art.83, anexo I, código 116 do Decreto Estadual nº 44.844/2008.

Destarte, não restam dúvidas quanto a legalidade da lavratura do Auto de Infração ambiental referencial.

SUPRAM JEQ

Avenida da Saudade, nº 335 - Centro -
Diamantina/MG
CEP 39.100-000 - Tel: (38) 3532-6650

DATA 06/06/2019
Página: 5/6



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMAD

Sistema Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SISEMA

Superintendência Regional de Meio Ambiente Jequitinhonha - SUPRAM JEQ

4. Parecer Conclusivo

Por todo o exposto, considerando as argumentações apresentadas pela autuada e a ausência de argumentos técnicos e jurídicos capazes de descaracterizar o respectivo Auto de Infração, remetemos os presentes autos à Superintendência Regional de Meio Ambiente Jequitinhonha, nos termos do art. 54, parágrafo único, do Decreto Estadual nº 47.042/2016, sugerindo a **MANUTENÇÃO** da penalidade de multas simples aplicada no valor de total de R\$ 35.887,04 (trinta e cinco mil, oitocentos e oitenta e sete reais e quatro centavos).

Data: 06/06/2019

Responsável pela elaboração:	Matrícula	Assinatura
Wesley Alexandre de Paula Diretoria de Controle Processual	1107056-2	<i>Wesley A. Paula</i>

Wesley Alexandre de Paula
Diretoria de Controle Processual
SUPRAM Jequitinhonha



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SISTEMA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
FUNDAÇÃO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE
INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS
INSTITUTO MINEIRO DE GESTÃO DAS ÁGUAS
POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS

Identificação da Decisão: 7809

DECISÃO

Unidade Administrativa: SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE MEIO AMBIENTE JEQUITINHONHA

DECISÃO do julgamento realizado no dia: 11/06/2019

Nos termos do art. 59, parágrafo único, do Decreto Estadual nº 47.042/2016, a(o) NÚCLEO DE AUTOS DE INFRAÇÃO - SUPRAM, decidiu:

Data da Decisão: 11/06/2019

Processos julgados

Processo	Auto de Infração	Interessado	Parecer	Valor (R\$) e parcela(s)
445804/17	24673 - / 2016	Welson Pereira Soares	Indeferimento com Ad	1.495,32 1
445845/17	60194 - / 2016	Rozimara Soares de Oliveira	Indeferimento	1.495,32 1
447845/17	30075 - / 2016	João Paulo dos Reis	Indeferimento	498,44 1
447945/17	38297 - / 2016	Ademir de Oliveira Vieira	Indeferimento	1.495,32 1
455477/16	24703 - / 2016	Luciano Felix D'ascencao	Anulação	0,00 0
478362/17	51531 - / 2016	Adilson Gomes Simoes	Anulação	0,00 0
481875/17	30072 - / 2016	Jaime Batista Filho	Indeferimento	1.495,32 1
482843/17	24719 - / 2016	José Antunes Pereira	Indeferimento com Ad	1.279,34 1
482904/17	51548 - / 2016	Raimundo Candido da Rocha	Indeferimento	1.661,46 1
482946/17	52186 - / 2016	Janio Claudiney da Silva	Indeferimento	8.308,97 1
482952/17	52190 - / 2016	Eleny Dalton da Silva	Indeferimento	9.970,43 1
483010/17	29478 - / 2016	Jose Luiz dos Santos	Indeferimento	747,66 1
483077/17	52191 - / 2016	Eleny Dalton da Silva	Indeferimento	1.495,32 1
483497/17	52232 - / 2016	Adelino Geremias Paulino	Indeferimento	4.155,31 1
484453/17	60119 - / 2016	Aimir Santos Barbosa	Indeferimento	14.205,54 1
484472/17	60251 - / 2016	Wandertel Felix de Souza	Indeferimento	3.406,01 1
484490/17	60255 - / 2016	João Botelho Sena	Indeferimento	2.242,98 1
484708/17	66974 - / 2016	Jacinto Vitor Gomes	Indeferimento com Ad	1.412,24 1

Quantidade de Processos : 18

Wesley A. C. *Wesley Alexandre de F. M.*
Autoridade Competente

Nos termos do art. 54, parágrafo único, inciso II, do Decreto 47.042/2016, a(o) SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE MEIO AMBIENTE JEQUITINHONHA, decidiu:

Processos julgados

Processo 2	Auto de Infração	Interessado	Parecer	Valor (R\$) e parcela(s)
469074/17	67372 - / 2017	Copapar	Indeferimento	17.943,52 1
469075/17	84561 - / 2017	Copapar	Deferimento Parcial	17.943,52 1
481361/17	85792 - / 2017	Copasa Serviços de Saneamento Integrado	Indeferimento	17.943,52 1
497295/17	83042 - / 2017	Copasa Serviços de Saneamento Integrado	Indeferimento	17.943,52 1
497310/17	83043 - / 2017	Copasa Serviços de Saneamento Integrado	Indeferimento	17.943,52 1
508576/18	83223 - / 2018	Copasa Serviços de Saneamento Integrado	Indeferimento	35.887,04 1
658984/19	67945 - / 2013	Oliveira & Sampaio Ltda	Indeferimento	35.000,70 1





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SISTEMA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
FUNDAÇÃO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE
INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS
INSTITUTO MINEIRO DE GESTÃO DAS ÁGUAS
POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS

Identificação da Decisão: 7809

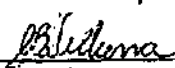
DECISÃO

Nos termos do art. 54, parágrafo único, inciso II, do Decreto 47.042/2016, a(o) SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE MEIO AMBIENTE JEQUITINHONHA, decidiu:

Processos julgados.

Processo 2	Auto de Infração	Interessado	Parecer	Valor (R\$) e parcela(s)
------------	------------------	-------------	---------	--------------------------

Quantidade de Processos : 7


Autoridade Competente

Observações da DECISÃO

Decisão Administrativa embasada em Parecer Técnico / Único Defesa anexo ao processo.

Candida Cristina Barroso de Vilhena
Diretora de Administração e Finanças
MMP 1821203-6/DUPRAM JEQUITINHONHA

Data da Publicação:



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMAD

Sistema Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SISEMA

Superintendência Regional de Meio Ambiente Jequitinhonha - SUPRAM JEQ

REF: DECISÃO ADMINISTRATIVA SOBRE DEFESA ADMINISTRATIVA (JULGAMENTO DE AUTO DE INFRAÇÃO - 1ª INSTÂNCIA)

OFÍCIO NAI/DRCP/SEMAD: 927/2019

Diamantina, 10 de Junho de 2019

Auto de Infração nº: 83223/2018.

Processo nº: 508576/18

A Superintendência Regional Jequitinhonha pertencente à Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais (SEMAD), tendo em vista o Controle de Auto de Infração, examinou o Processo Administrativo em epígrafe, instaurado em desfavor da COPASA-COPANOR, em decorrência da lavratura do Auto de Infração referenciado e decidiu, após análise de Defesa Administrativa apresentado:

- Não acatar os argumentos apresentados na defesa administrativa face a ausência de fundamentos técnicos e jurídicos capazes de descaracterizar o respectivo Auto de Infração;
- Manter a penalidade de multa simples no valor de R\$ 35.887,04 (trinta e cinco mil oitocentos e oitenta e sete reais com quatro centavos) mais juros incidentes desde a data da constituição do débito;

Desta forma, V. Sa. dispõe do prazo de 30 (trinta) dias para quitação da dívida através do(s) Documento(s) de Arrecadação Estadual-DAE anexo ou apresentar Recurso Administrativo no prazo de 30 dias contados do recebimento desta decisão com envio ao NAI JEQUITINHONHA.


Informamos também, que o débito ora apresentado não representa a inexistência de outros débitos.

- *Atenção: Cientificamos ainda que valores de multa igual ou superior a 1.661 Ufemgs (R\$ 5.968,31) devem prover o recolhimento integral da taxa de expediente prevista no item 7.30 da tabela A, a que se refere o art. 92 da Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975, tornando pré-requisito para que o Recurso Administrativo seja conhecida, conforme art. 68 do Decreto 47.383/2018.*

Para efeito de informação, o valor base da multa é calculado seguindo os valores vigentes da UFEMG do ano vigente, no caso 2019. O valor final da multa é constituído pelo valor base do auto de infração somado aos juros perpetuados no tempo contado desde o 21º dia da notificação até a data de emissão do DAE.

Maiores esclarecimentos que se fizerem necessário favor entrar em contato pelo telefone: (38) 3532-6665.

Atenciosamente,


Danilo I Silva - Gestor Ambiental
NAI Jequitinhonha

Daniilo Tabirano Silva
Gestor Ambiental
M.º 1.369.703-5
Supram Jequitinhonha

A Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA
Rua Mar de Espanha, 453 - Bairro Santo Antônio
CEP: 30.330-900 - Belo Horizonte/MG





SECRETARIA DE ESTADO DE
FAZENDA DE MINAS GERAIS

DOCUMENTO DE ARRECAÇÃO ESTADUAL - DAE

NOME
Copasa Servicos de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste

ENDEREÇO
RUA Joaquim Ananias de Toledo, 125

MUNICÍPIO
TEOFILO OTONI

UF
MG

TELEFONE
(33) 3743-1284

DATA DE VALIDADE
15/07/2019

TIPO DE IDENTIFICAÇÃO
1 - INSCR. ESTADUAL 4 - CPF
2 - INSCR. PROD. RURAL 5 - OUTROS
3 - CNPJ 6 - RENAVAM

TIPO 3 NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO 09.104.426/0001-60

CÓDIGO MUNICÍPIO EM MG (PARA PRODUTOR RURAL E NÃO INSCRITO)

MÊS/ANO DE REFERÊNCIA
2018

Nº DOCUMENTO 0200445017895

HISTÓRICO

Auto de Infração nº 83223- Serie 2018, processo número : 508576/18
DAE 01/01

Valor do DAE : 38.840,32
Valor do Juros : 0,00
Valor da Multa : 0,00
Valor da taxa : 0,00
Valor Final TOTAL : 38.840,32

Sr.Caixa, este documento deve ser recebido exclusivamente pela leitura do código de barras ou linha digitável.
Linha digitável do código de barras: 85610000388 3 40320213190 6 71512020044 2 50178950209 0

AUTENTICAÇÃO

TOTAL R\$ 38.840,32

MOD. 06/01/11

85610000388 3 40320213190 6 71512020044 2 50178950209 0



SECRETARIA DE ESTADO DE
FAZENDA DE MINAS GERAIS

DOCUMENTO DE ARRECAÇÃO ESTADUAL - DAE

NOME
Copasa Servicos de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste

ENDEREÇO
RUA Joaquim Ananias de Toledo, 125

MUNICÍPIO
TEOFILO OTONI

UF
MG

TELEFONE
(33) 3743-1284

DATA DE VALIDADE
15/07/2019

TIPO DE IDENTIFICAÇÃO
1 - INSCR. ESTADUAL 4 - CPF
2 - INSCR. PROD. RURAL 5 - OUTROS
3 - CNPJ 6 - RENAVAM

TIPO 3 NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO 09.104.426/0001-60

CÓDIGO MUNICÍPIO EM MG (PARA PRODUTOR RURAL E NÃO INSCRITO)

NÚMERO DO DAE 0200445017895

VALOR R\$

ALRÉSCIMOS R\$

JUROS R\$

TOTAL R\$ 38.840,32

AUTENTICAÇÃO

MOD. 06/01/11



JU395569950BR

O horário apresentado no histórico do objeto não indica quando a situação ocorreu, mas sim quando os dados foram recebidos pelo sistema, exceto no caso do SEDEX 10 e do SEDEX Hoje, em que ele representa o horário real da entrega.



Objeto entregue ao destinatário
14/06/2019 11:58 BELO HORIZONTE / MG

14/06/2019
11:58 **Objeto entregue ao destinatário**
BELO HORIZONTE / MG

14/06/2019
11:42 **Objeto saiu para entrega ao destinatário**
BELO HORIZONTE / MG

12/06/2019
17:33 **Objeto postado após o horário limite da unidade**
DIAMANTINA / MG **Objeto sujeito a encaminhamento no próximo dia útil**





COPASA SERVIÇOS DE SANEAMENTO INTEGRADO DO
NORTE E NORDESTE DE MINAS GERAIS S/A.

AO NÚCLEO DOS AUTOS DE INFRAÇÃO – NAI JEQUITINHONHA

Auto de Infração nº 83223/2018

OFÍCIO NAI/DRCP/SEMAD nº 927/2019

Processo Administrativo nº 508576/18

Localidade: Monte Formoso/MG

SISEMA JEQUITINHONHA	
Regional Alto Jequitinhonha - Diamantina	
Tipo Doc.	ent
Nº do Documento	3182 / 1
12/07/19	ADS
Data	Nome Legível do Responsável

COPASA SERVIÇOS DE SANEAMENTO INTEGRADO DO NORTE E NORDESTE DE MINAS GERAIS S/A - COPANOR, Sociedade Anônima, CNPJ 09.104.426/0001-60, com sede Rua Joaquim Ananias Toledo, 125, bairro Laerte Laender, CEP:39.803-171, Teófilo Otoni/MG, vem por intermédio de sua procuradora que esta subscreve (procuração anexa), interpor **RECURSO** em face da decisão da SUPRAM JEQUITINHONHA, constante do **OFÍCIO NAI/DRCP/SEMAD nº 927/2019**, referente ao Auto de Infração nº 83223/2018, por meio dos fatos e razões a seguir aduzidas.

I - TEMPESTIVIDADE

A COPANOR recebeu a decisão referente à defesa administrativa ao Auto de Infração nº 83223/2018 no dia **14/06/2019**, por meio do **OFÍCIO NAI/DRCP/SEMAD nº 927/2019**.

Assim, nos termos do artigo 66 do Decreto nº 47.383/2018, o prazo de trinta dias para apresentação de defesa irá vencer no dia **15/07/2019**.

Logo, depreende-se que o recurso, protocolizado nesta data, é tempestivo.

II - DOS FATOS

Foi lavrado o Auto de Infração nº 83223/2018, sendo imputada à COPANOR as seguintes condutas descritas no Decreto nº 44844/2008:



- art. 83, anexo I, cód. 122: "Causar poluição ou degradação ambiental de qualquer natureza que resulte ou possa resultar em dano aos recursos hídricos, às espécies vegetais e animais, aos ecossistemas e habitats ou ao patrimônio natural ou cultural, ou que prejudique a saúde, a segurança, e o bem estar da população". Segundo o agente autuante, a suposta infração se deu por lançamento de esgoto "in natura" no córrego Anta Podre, em Monte Formoso/MG;

- art. 83, anexo I, cód. 116: "Descumprir determinação ou deliberação do COPAM". O agente autuante alega que a COPANOR descumpriu a Deliberação Normativa COPAM nº 128/2008.

Em face disso, a COPANOR apresentou defesa.

Em resposta à defesa apresentada, a SUPRAM JEQUITINHONHA indeferiu os pedidos desta Companhia, conforme **OFÍCIO NAI/DRCP/SEMAD nº 927/2019**.

Entretanto, como será demonstrado no curso desta peça recursal, o referido Auto de Infração deverá ser declarado nulo e arquivado.

III – ILEGALIDADE DA EXIGÊNCIA DE TAXA DE EXPEDIENTE PARA ANÁLISE DO RECURSO

Inicialmente, cumpre apontar a ilegalidade do inciso VI do artigo 68 do Decreto nº 47.383/2018, que assim dispõe:

"Art. 68 – O recurso não será conhecido quando interposto:
[...]

VI – sem o comprovante de recolhimento integral da taxa de expediente prevista no item 7.30 da tabela A, a que se refere o art. 92 da Lei nº 6.763, de 1975, quando o crédito estadual não tributário for igual ou superior a 1.661 Ufemgs."

Com efeito, nos termos da Súmula Vinculante n. 21 do Supremo Tribunal Federal, "É inconstitucional a exigência de depósito prévio como requisito de admissibilidade de recurso administrativo".

Saliente-se que, conforme dispõe a Lei 11.417/2006, em seu parágrafo segundo, é imperativa a obediência à Súmula Vinculante pelos Poderes Judiciário e Executivo, de todos os entes federativos. Confira-se:

"Art. 2º O Supremo Tribunal Federal poderá, de ofício ou por provocação, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, editar enunciado de súmula que, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal, bem como proceder à sua revisão ou cancelamento, na forma prevista nesta Lei." 1

Por conseguinte, ante a redação da Súmula Vinculante n.º 21 do Supremo Tribunal Federal é ilegal a exigência disposta no inciso VI do artigo 68 do Decreto Estadual nº 47.383/2018.

Nesse sentido, é imperativo o conhecimento do presente Recurso, bem como a devolução do valor pago referente a malfadada taxa de expediente.

IV - DA NULIDADE DO AUTO DE INFRAÇÃO ANTE AO VÍCIO FORMAL

O artigo 5º, inc. XXXIX Constituição Federal de 1988 estabelece que:

"não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal;"

Nesse sentido também está o art. 1º, do Código Penal Brasileiro:

"Não há crime sem lei anterior que o defina. Não há pena sem prévia cominação legal."

No presente caso é flagrante a invalidade do Auto de Infração uma vez que, tal documento **NÃO** especifica qual dispositivo de lei que supostamente foi infringido pela Autuada.

Além disso, verifica-se que há o preenchimento do auto de infração com a indicação de artigo de Decreto referente à penalidade de multa, quando, na verdade, deveria constar o artigo de Lei supostamente descumprido.

Desta forma, a autuada está a desconhecer os dispositivos legais hipoteticamente infringidos, uma vez que não foram discriminados no auto de infração.

As multas foram aplicadas sem ser concedido à autuada o direito de conhecer os dispositivos legais ensejadores das penalidades, o que caracteriza grave vício formal a tornar nulo o auto de infração e, conseqüentemente, as multas aplicadas.

O princípio da Reserva Legal estabelece que somente lei, em sentido estrito, ou seja, editada pelo Poder Legislativo, pode definir infrações e estabelecer sanções. Logo, Medidas Provisórias, Decretos, e demais diplomas normativos não podem estabelecer infrações, nem cominar sanções.

Dessa forma, havendo violação da reserva legal, isso implica necessariamente em violação ao princípio da legalidade, pois aquele é parte deste.

Ademais, o agente autuante ao não consigná-lo no Auto de Infração, estaria atribuindo à Autuada a tarefa de supor qual teria sido o eventual dispositivo infringido.

Não basta indicar o Diploma Legal ou Regulamentar, é preciso determinar o dispositivo legal que fundamenta a autuação, de modo preciso e de forma clara, indubitável, sob pena de invalidação do auto de infração, ferindo o Princípio da Legalidade, além do prejuízo ou mesmo inviabilização do andamento da defesa, afrontando o Princípio Constitucional do Contraditório e da Ampla Defesa, consagrado no art. 5º, LV, da Constituição Federal, segundo o qual:

"LV - aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes;"

Ausente a indicação do pertinente dispositivo legal, a defesa e eventual recurso serão baseados em hipótese e não na certeza assegurada pela precisa anotação do dispositivo legal no ato da lavratura do Auto de Infração.

Assim, exigir da Autuada a produção da peça de defesa baseada em hipótese normativa, transferindo a ela a tarefa de supor qual teria sido o dispositivo, em tese, infringido, é não lhe conceder a necessária segurança jurídica pela indicação do tipo no qual sua conduta estaria inserida. É negar-lhe os elementos essenciais sobre os quais lançaria as bases da sua defesa, ferindo o Princípio da Legalidade.

Ausentes os elementos acima enunciados, o Auto de Infração em tela deverá ser declarado absolutamente nulo, pois ausentes os requisitos necessários à sua constituição válida, não tendo o mesmo a prerrogativa de estabelecer qualquer vínculo jurídico.

V – DESCABIMENTO DE APLICAÇÃO DE PENALIDADE À COPANOR

O município Monte Formoso/MG é atendido pelo sistema de coleta, transporte e tratamento do esgoto sanitário.

Há tratamento preliminar com gradeamento, cesto de retenção de sólidos, três reatores anaeróbios de fluxo ascendente, quatro filtros biológicos percoladores, lagoa de maturação e tanques de escoamento superficial.

Para melhor compreensão do serviço de esgotamento sanitário, convém esclarecer que a Lei Federal nº 11.445/2007 estabelece em seu art. 3º, inciso I, alínea "b":

"Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se:

I - saneamento básico: conjunto de serviços, infra-estruturas e instalações operacionais de:

(...)

b) esgotamento sanitário: constituído pelas atividades, infra-estruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequados dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até o seu lançamento final no meio ambiente;" (grifo aposto)

Assim, a referida Lei Federal, no artigo transcrito acima, estabelece que a coleta, transporte, tratamento e a disposição final do esgoto sanitário são atividades que constituem etapas componentes do serviço de esgotamento sanitário como um todo.

Saliente-se que para a prestação de serviços públicos de saneamento básico, o prestador deve cumprir o que determina o Artigo 19 da Lei Federal nº 11.445/2007, transcrito abaixo, que esclarece os meios de se atingir os objetivos e metas necessárias para adequação do saneamento básico:

"Art. 19. A prestação de serviços públicos de saneamento básico observará plano, que poderá ser específico para cada serviço, o qual abrangerá, no mínimo:

I - diagnóstico da situação e de seus impactos nas condições de vida, utilizando sistema de indicadores sanitários, epidemiológicos, ambientais e socioeconômicos e apontando as causas das deficiências detectadas;

II - objetivos e metas de curto, médio e longo prazos para a universalização, admitidas soluções graduais e progressivas, observando a compatibilidade com os demais planos setoriais;

III - programas, projetos e ações necessárias para atingir os objetivos e as metas, de modo compatível com os respectivos planos plurianuais e com outros planos governamentais correlatos, identificando possíveis fontes de financiamento;

IV - ações para emergências e contingências;

V - mecanismos e procedimentos para a avaliação sistemática da eficiência e eficácia das ações programadas." (grifo nosso)

Assim sendo, é notório que o serviço de esgotamento sanitário é de natureza complexa e envolve várias etapas.

Ademais, ressalte-se que a COPANOR, para a execução de suas obras, como de praxe, deve observar as regras estabelecidas na Lei 8.666/93.

Para tanto, é preciso ter em mãos os projetos do empreendimento a ser implantado e, principalmente, possuir fonte de recurso definida, de modo a garantir o adimplemento das obrigações financeiras que serão constituídas com a realização das obras contratadas, em obediência ao art. 7º, §2º, III, da Lei 8.666/93 que dispõe:

"Art. 7º (...)

§ 2º As obras e os serviços somente poderão ser licitados quando:

(...)

III - houver previsão de recursos orçamentários que assegurem o pagamento das obrigações decorrentes de obras ou serviços a serem executadas no exercício financeiro em curso, de acordo com o respectivo cronograma;" (Grifo apostro).

Os mencionados projetos constituem o conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar a obra ou serviço, ou complexo de obras e serviços objeto da licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegurem a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento, bem como possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução para posterior processo licitatório.

Nesse sentido, observado todo o trâmite processual em atendimento à lei Nº 8.666/1993, a COPANOR concluiu as obras de esgotamento sanitário, incluindo a Estação de Tratamento de Esgotos – ETE, conforme fotos anexadas à defesa já enviada a esse NAI.

Saliente-se que o trecho apresentado no relatório fotográfico se refere ao último poço de visita da rede interceptora, que leva o esgoto à estação elevatória de esgoto bruto para recalque aos módulos de tratamento. O vazamento no ponto em questão já foi sanado, não havendo lançamento de esgoto "in natura".

Diante da complexidade dos serviços prestados, bem como dos esforços envidados pela COPANOR para concluir as obras de esgotamento sanitário, aplicar a penalidade descrita no auto de infração nº 083223/2018 é um ato totalmente indevido, desarrazoado e desproporcional.

Nesse sentido, o art. 2º, Parágrafo Único, inc. VI da Lei 9.784/99, estabelece:

"Art. 2º. a Administração Pública obedecerá, dentre outros, aos princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência.

Parágrafo único. Nos processos administrativos serão observados, entre outros, os critérios de:

(...)

VI - adequação entre meios e fins, vedada a imposição de obrigações, restrições e sanções em medida superior àquelas estritamente necessárias ao atendimento do interesse público;" (grifo nosso)

Édis Milaré (7ª Ed., 2011, pg. 1169) citando Álvaro Lazzarini ensina: "importando, regra geral, o poder de polícia, restrições a direitos individuais, a sua utilização não deve ser excessiva ou desnecessária, para que não configure o abuso de poder".

A razoabilidade impõe que, ao atuar dentro da discricionariedade administrativa, o agente público deve obedecer a critérios aceitáveis do ponto de vista racional.

Os atos desarrazoados não estão dentro da margem de liberdade do agente autuante.

Os atos que violarem a razoabilidade não são inconvenientes, mas são, na verdade, ilegais e ilegítimos, por isso passíveis de anulação. Nesse sentido, vejamos as palavras do Prof. Celso Antônio Bandeira de Mello:

"Não se imagina que a correção judicial baseada na violação do princípio da razoabilidade invade o "mérito" do ato administrativo, isto é, o campo de "liberdade" conferido pela lei à Administração para decidir-se segundo uma estimativa da situação e critérios de conveniência e oportunidade. Tal não ocorre porque a sobredita "liberdade" é liberdade dentro da lei, vale dizer, segundo as possibilidades nela comportadas. Uma providência desarrazoada, consoante dito, não pode ser havida como comportada pela lei. Logo, é ilegal: é desbordante dos limites nela admitidos."

Portanto, diante do exposto, mostra-se descabida a manutenção da penalidade à COPANOR, devendo o presente Auto de Infração ser declarado nulo e arquivado.

VI – NULIDADE DO AUTO DE INFRAÇÃO – INADEQUAÇÃO TÍPICA

Foi imputada à COPANOR a conduta descrita no Decreto nº 44.844/2008, art. 83, anexo I, cód. 116: "Descumprir determinação ou deliberação do COPAM".

O agente autuante alega que a COPANOR descumpriu a Deliberação Normativa COPAM nº 128/2008 ("Altera prazos estabelecidos pela Deliberação Normativa COPAM 96/2006 que convoca municípios para o licenciamento ambiental de sistema de tratamento de esgotos e dá outras providências").

Contudo, a COPANOR obteve a Autorização Ambiental de Funcionamento nº 06773/2013, em cumprimento à mencionada Deliberação.

Ocorre que, devido às modificações na Legislação Estadual, ainda não foi possível obter a renovação do licenciamento.

Conforme comprovam os formulários anexos, a COPANOR tem envidado esforços para a mencionada renovação.

Desta forma, tendo em vista que a COPANOR obteve a AAF, restando apenas a sua renovação, é claro o erro de tipificação, de modo que o fundamento jurídico adotado não corresponde à situação fática, havendo nulidade absoluta do Auto de Infração, resultando no seu arquivamento.

Nesse sentido, está a decisão do "TRF – 1ª Região", transcrita abaixo:

"ADMINISTRATIVO. MULTA. SUNAB. AUTO DE INFRAÇÃO. DESCRIÇÃO DOS FATOS QUE NÃO CORRESPONDE À TIPIFICAÇÃO DA CONDUTA ILÍCITA. POSTERIOR RETIFICAÇÃO ADMINISTRATIVA DO AUTO.

I. É nulo o auto de infração em que o fundamento jurídico adotado não corresponde à situação fática descrita na autuação, sendo insuficiente a posterior retificação administrativa da tipificação da infração.

II. Apelação e remessa oficial improvidas." Grifo aposto. (AC 18826 GO 95.01.18826-4, (Relator: Juiz Moacir Ferreira Ramos, Julgamento: 08/08/2002, Órgão Julgador: 3ª Turma Suplementar, Publicação: 22/08/2002 DJ p.182).

Portanto, demonstrada a inadequação típica, o presente Auto de Infração deve ser declarado nulo e arquivado.

VII – DOS PEDIDOS

Ante ao exposto, requer:

- a) seja acolhido o presente Recurso, bem como o Auto de Infração nº 83223/2018 declarado nulo, considerando-o inapto à produção de qualquer efeito no âmbito jurídico, cancelando sua correspondente multa;
- b) seja cancelado o Auto de Infração nº 83223/2018 e sua correspondente multa, desfazendo-se toda e qualquer relação jurídica que tenha se originado com a lavratura de tal documento;



COPASA SERVIÇOS DE SANEAMENTO INTEGRADO DO
NORTE E NORDESTE DE MINAS GERAIS S/A.


c) a devolução do valor pago referente a malfadada taxa de expediente para análise do presente Recurso.

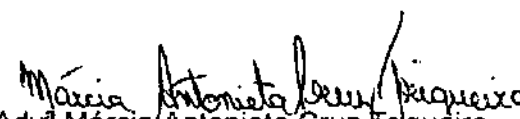
Pede deferimento.

Em anexo, a COPANOR encaminha os seguintes documentos:

- a) Procuração;
- b) Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral;
- c) Estatuto Social da COPANOR;
- d) Auto de Infração nº 83223/2018;
- e) OFÍCIO NAI/DRCP/SEMAD nº 927/2019;
- f) Formulários para renovação do licenciamento – "Licenciamento Ambiental Simplificado com Relatório Ambiental Simplificado (LAS/RAS)"
- g) Comprovante de pagamento da taxa de expediente referente à análise de recurso interposto.

Belo Horizonte, 09 de Julho de 2019


Felícia Horta Silva Pereira
Assistente Jurídico
OAB/MG 114.887


Adv^a Márcia Antonieta Cruz Trigueiro
OAB/MG 72.859





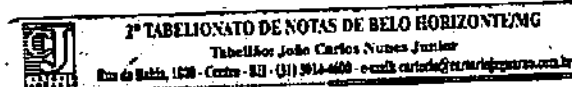
LIVRO - 2152P
PRIMEIRO TRASLADO

Cartório Jaguarão

2º Tabelionato de Notas
República Federativa do Brasil
Belo Horizonte - Estado de Minas Gerais



FOLHA - 111



AUTENTICAÇÃO

Confere com o original apresentado, dou fe.
Belo Horizonte,
26/04/2019 07:34:22

(Em R\$5,00); (Tf R\$1,65); (TSS R\$ 0,25); Total: R\$7,20

Procuração que faz Copasa Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais S/A - Copanor.

Saibam quantos este público instrumento virem que, do ano de nascimento de

Nosso Senhor Jesus Cristo, de dois mil e dezenove (2019), aos 21 (vinte e um) dias do mês de fevereiro nesta cidade de Belo Horizonte, Capital do Estado de Minas Gerais, República Federativa do Brasil, no 2º Tabelionato de Notas, situado na Rua da Bahia nº 1000, perante mim, Diógenes Régis Ferreira Fernandes, Escrevente Autorizado, compareceu como Outorgante: Copasa Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais S/A - Copanor, inscrita no CNPJ sob o nº 09.104.426/0001-60, com sede na Rua Joaquim Ananias de Toledo, 125, Bairro Laerte Laender, Teófilo Otoni, Minas Gerais, CEP-39803-171, que declara que seu endereço eletrônico é: copanor@copanor.com.br, neste ato representada, por seu Diretor Financeiro Frederico Lourenço Ferreira Delfino, brasileiro, casado, engenheiro, CPF nº 045.670.396-96, Carteira de Identidade nº MG-11.347.357 SSP/MG, filho de Francisco Carlos Delfino e Maria Cecília Ferreira Delfino, com domicílio profissional na Rua Mar de Espanha, 525, Bairro Santo Antonio, Belo Horizonte, Minas Gerais, CEP-30330-270, a presente reconhecida e identificada como a própria e de cuja capacidade jurídica dou fé, e por ela me foi dito que nomeia e constitui seus bastantes procuradores: Adlei Duarte de Carvalho, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB-MG sob o nº 72.958, CPF nº 764.776.146-34, filho de Ademar Teixeira de Carvalho e Leila Lucia Duarte de Carvalho, e-mail: adlei.carvalho@copasa.com.br, Juliana Janine Trovão Santos, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB-MG sob o nº 93.698, CPF nº 822.752.116-91, filha de José Maria dos Santos e Ligia Lêda Trovão Santos, e-mail: juliana.santos@copasa.com.br, Márcia Antonieta Cruz Trigueiro, brasileira, divorciada, advogada, inscrita na OAB-MG sob o nº 72.859, CPF nº 866.824.666-68, filha de Maurílio José Trigueiro e Maria Auxiliadora Cruz Trigueiro, e-mail: marcia.trigueiro@copasa.com.br, Roberto Celso Dias de Carvalho, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB-MG sob o nº 71.123, CPF nº 355.731.476-68, filho de Vicente de Paula Carvalho e Nívia de Carvalho, e-mail: roberto.carvalho@copasa.com.br, todos com endereço profissional na Rua Mar de Espanha, nº 525, Bairro Santo Antonio, Belo Horizonte, Minas Gerais, CEP-30330-270, conferindo-lhes os





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 09.104.426/0001-60 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 10/09/2007
NOME EMPRESARIAL COPASA SERVICOS DE SANEAMENTO INTEGRADO DO NORTE E NORDESTE DE MINAS GERAIS S/A - COPANOR		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) COPANOR	PORTE DEMAIS	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 36.00-6-01 - Captação, tratamento e distribuição de água		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 205-4 - Sociedade Anônima Fechada		
LOGRADOURO R JOAQUIM ANANIAS DE TOLEDO	NÚMERO 125	COMPLEMENTO
CEP 39.803-171	BAIRRO/DISTRITO DOUTOR LAERTE LAENDER	MUNICÍPIO TEÓFILO OTONI
UF MG		
ENDEREÇO ELETRÔNICO REGIA.DUTRA@COPASA.COM.BR		TELEFONE (31) 3250-1661 / (31) 3250-1763
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 10/09/2007	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 08/07/2019 às 16:55:36 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1





Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa
Departamento de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)

NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)

31300025616

Código da Natureza Jurídica

2054

Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Nome: COPASA SERVIÇOS DE SANEAMENTO INTEGRADO DO NORTE E NORDESTE DE MINAS GERAIS S/A COPANOR
(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

Nº FCN/REMP



J193488594590

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	007			ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINARIA
		019	1	ESTATUTO SOCIAL
		2247	1	ALTERACAO DE CAPITAL SOCIAL

TEOFILO OTONI

Local

11 Abril 2019

Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:

Nome: _____

Assinatura: _____

Telefone de Contato: _____

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR

☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM

☐ SIM

Processo em Ordem
À decisão

Data

☐ NÃO

Data

Responsável

☐ NÃO

Data

Responsável

Responsável

DECISÃO SINGULAR

☒ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)

☐ Processo deferido. Publique-se e archive-se.

☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência

☐

3ª Exigência

☐

4ª Exigência

☐

5ª Exigência

☐

Data

Responsável

DECISÃO COLEGIADA

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)

☐ Processo deferido. Publique-se e archive-se.

☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência

☐

3ª Exigência

☐

4ª Exigência

☐

5ª Exigência

☐

Data

Vogal

Vogal

Vogal

Presidente da _____ Turma

OBSERVAÇÕES



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 7269363 em 17/04/2019 da Empresa COPASA SERVIÇOS DE SANEAMENTO INTEGRADO DO NORTE E NORDESTE DE MINAS GERAIS S/A COPANOR, Nire 31300025616 e protocolo 191600491 - 15/04/2019. Autenticação: 1B797314C390C766213569461E31C27464F. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 19/160.049-1 e o código de segurança DnDT Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 03/05/2019 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

SECRETARIA DE REGISTRO EMPRESARIAL

pág. 1/27



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
19/160.049-1	J193488594590	11/04/2019

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
764.776.146-34	ADLEI DUARTE DE CARVALHO

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 7269363 em 17/04/2019 da Empresa COPASA SERVICOS DE SANEAMENTO INTEGRADO DO NORTE E NORDESTE DE MINAS GERAIS S/A COPANOR, Nire 31300025818 e protocolo 191600491 - 15/04/2019. Autenticação: 1B797314C390C768213569481E31C27464F. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 19/160.049-1 e o código de segurança DnDT Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 03/05/2019 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

COPIA DIGITAL
SECRETARIA GERAL



COPASA Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais S/A

NIRE 313.000.256-16

CNPJ/MF nº 09.104.426/0001-60

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

REALIZADA EM 26 DE MARÇO DE 2019

1. Data, Hora e Local: realizada no dia 26 de março de 2019, às 15:00 horas, na sede da Controladora, Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA MG, localizada na rua Mar de Espanha 525, bairro Santo Antônio, CEP 30.330-270, Belo Horizonte/MG. **2. Presença:** presentes os representantes legais de ambas as Companhias, Controladora e Controlada/subsidiária integral; Francisco Eduardo de Queiroz Cançado, Diretor-Presidente e de Gestão Corporativa (interino) da Companhia e Diretor de Gestão Corporativa da Controladora; Frederico Lourenço Ferreira Delfino, Diretor Financeiro da Companhia e Diretor Financeiro e de Relações com Investidores (interino) da Controladora; e Sinara Inácio Meireles Chenna, Diretora-Presidente da Controladora. Presente, ainda, Kátia Roque da Silva, Secretária Executiva de Governança. **3. Convocação:** convocação dispensada nos termos do parágrafo 4º do artigo 124 da Lei 6.404/76, face à presença dos representantes legais da única acionista COPASA MG, representando, portanto, a totalidade do capital social da Companhia. **4. Mesa:** assumiu a presidência dos trabalhos, na forma do parágrafo único do artigo 7º do Estatuto Social da Companhia, a Diretora-Presidente da Controladora, Sinara Inácio Meireles Chenna, que convidou Kátia Roque da Silva para secretariá-la. **5. Ordem do Dia:** (i) alteração de Capital Social da COPANOR; (ii) alteração do Estatuto Social da Companhia; (iii) homologação do processo administrativo licitatório nº 05.2019/3023 - PEM, para aquisição de tubos em PVC OCRE, por meio de ata de registro de preços; **6. Deliberações:** instalada a Assembleia, após a discussão das matérias da Ordem do Dia, os acionistas deliberaram o que segue: (i) autorizar, conforme artigo 166 da Lei Federal nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, a alteração do Capital Social da COPANOR, passando de R\$148.298.064,00 (cento e quarenta e oito milhões, duzentos e noventa e oito mil e sessenta e quatro reais) para R\$169.358.982,00 (cento e sessenta e nove milhões, trezentos e cinquenta e oito mil e novecentos e oitenta e dois reais), mediante subscrição de novas ações no valor total de R\$21.060.918,00 (vinte e um milhões, sessenta mil e novecentos e dezoito reais); (II) autorizar a alteração do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, que passará a ter a seguinte redação: "**Artigo 5º** O capital social da Companhia é de R\$169.358.982,00 (cento e sessenta e nove milhões, trezentos e cinquenta e oito mil e novecentos e oitenta e dois reais), totalmente subscrito e integralizado, representado por 169.358.982 (cento e sessenta e nove milhões, trezentas e cinquenta e oito mil e novecentas e oitenta e duas) ações ordinárias, todas nominativas e com valor nominal de R\$1,00 (um real). **Parágrafo Primeiro** O capital social será representado exclusivamente por ações ordinárias, sendo que cada ação dará direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais da Companhia. **Parágrafo Segundo** A Companhia está autorizada a aumentar o capital social até o limite de R\$350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de reais), independentemente de reforma estatutária, por deliberação Assembleia Geral, a quem competirá, também, estabelecer as condições da emissão, inclusive o preço, prazo e forma de sua integralização. Ocorrendo subscrição com integralização de bens, deverá ser ouvido o Conselho Fiscal."; (iii) autorizar a homologação do...



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 7289363 em 17/04/2019 da Empresa COPASA SERVIÇOS DE SANEAMENTO INTEGRADO DO NORTE E NORDESTE DE MINAS GERAIS S/A COPANOR, Nire 31300025616 e protocolo 191600491 - 15/04/2019. Autenticação: 18797314C390C766213569461E31C27464F. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 19/160.049-1 e o código de segurança DnDT Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 03/05/2019 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

2009/03/27 14:00:00
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

pág. 3/27



processo administrativo licitatório nº 0520193023-PEM, aprovado pelo CRC nº 020/17 de 30/08/2017, para aquisição de tubos em PVC OCRE, por meio de ata de registro de preços, cujo valor adjudicado foi de R\$2.015.250,30 (dois milhões, quinze mil, duzentos e cinquenta reais e trinta centavos), com prazo de vigência previsto de 12 (doze) meses. 7. **Encerramento:** nada mais havendo a tratar, foi a presente ata lavrada, lida, conferida e assinada pela Presidente, Sinara Inácio Meireles Chenna, pela secretária, Kátia Roque da Silva e pelos representantes da acionista controladora COPASA MG, Francisco Eduardo de Queiroz Cançado, Diretor de Gestão Corporativa; Frederico Lourenço Ferreira Delfino, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores (interino); e Sinara Inácio Meireles Chenna, Diretora-Presidente. Belo Horizonte, 26 de março de 2019. Confere com a original lavrada em livro próprio. Assinada digitalmente por Kátia Roque da Silva.



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 7269363 em 17/04/2019 da Empresa COPASA SERVICOS DE SANEAMENTO INTEGRADO DO NORTE E NORDESTE DE MINAS GERAIS S/A COPANOR, Nire 31300025616 e protocolo 191600491 - 15/04/2019. Autenticação: 1B797314C390C766213569461E31C27464F. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 19/160.049-1 e o código de segurança DnDT Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 03/05/2019 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.


MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 4/27



ESTATUTO SOCIAL

COPASA SERVIÇOS DE SANEAMENTO INTEGRADO DO NORTE E NORDESTE DE MINAS GERAIS S/A COPANOR

BELO HORIZONTE - MINAS GERAIS - BRASIL

Aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 26/03/2019



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 7289383 em 17/04/2019 da Empresa COPASA SERVIÇOS DE SANEAMENTO INTEGRADO DO NORTE E NORDESTE DE MINAS GERAIS S/A COPANOR, Nire 31300025818 e protocolo 191800491 - 15/04/2019. Autenticação: 18797314C390C766213569461E31C27464F. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 19/160.049-1 e o código de segurança DnDT Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 03/05/2019 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

SECRETARIA GERAL

pág. 5/27



**COPASA SERVIÇOS DE SANEAMENTO INTEGRADO
DO NORTE E NORDESTE DE MINAS GERAIS S/A - COPANOR**

NIRE 313.000.256-16

CNPJ nº 09.104.426/0001-60

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I

Denominação, Sede, Prazo e Objeto

Artigo 1º A Copasa Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais S/A - COPANOR, doravante denominada simplesmente Companhia, cuja constituição foi autorizada pela Lei Estadual nº 16.698/2007, é uma Sociedade Anônima, subsidiária integral da Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA MG, doravante denominada COPASA MG ou Controladora.

Parágrafo único Para os efeitos deste Estatuto considera-se saneamento básico o conjunto de serviços, infraestrutura e instalações operacionais de:

I - abastecimento de água potável, constituído pelas atividades necessárias ao abastecimento público de água potável, desde a captação até as ligações prediais e respectivos instrumentos de medição;

II - esgotamento sanitário, constituído pelas atividades de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequada dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até o seu lançamento final no meio ambiente;

III - limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, constituídos pelas atividades de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destino final do lixo doméstico e do lixo originário da varrição e da limpeza de logradouros e vias públicas.

Artigo 2º A Companhia tem sede e foro na cidade de Teófilo Otoni, Estado de Minas Gerais e terá prazo de duração indeterminado.

Artigo 3º A Companhia tem por objeto planejar, projetar, executar, ampliar, remodelar, explorar e prestar serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, incluindo todas as atividades correlatas, para o que poderá utilizar recursos e pessoal próprio ou de terceirizados; a coleta, a reciclagem, o tratamento e a disposição final do lixo urbano, doméstico e industrial; a drenagem e o manejo das águas pluviais urbanas em localidades da região de planejamento do Norte de Minas e das Bacias Hidrográficas dos rios Jequitinhonha, Mucuri, São Mateus, Buranhém, Itanhém e Jucuruçu.

Parágrafo Primeiro A Companhia, em sua atuação, respeitará a seguinte ordem de prioridade:

I - municípios onde a COPASA MG não atue; e

II - municípios onde a COPASA MG não tenha implantado serviço de esgotamento sanitário.





Parágrafo Segundo A Companhia somente poderá receber a subconcessão de serviços da COPASA MG se houver lei autorizativa do Município concedente, precedida da realização de audiência pública com as comunidades interessadas.

Parágrafo Terceiro A Companhia obedecerá às diretrizes do Plano de Saneamento Básico vigente para a região de sua atuação, estabelecidos nos termos da Lei Federal nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007.

Parágrafo Quarto A Companhia deverá praticar tarifas diferenciadas e inferiores às praticadas pela COPASA MG.

Parágrafo Quinto A COPANOR poderá valer-se do apoio operacional, logístico, administrativo e técnico da sua Controladora.

Parágrafo Sexto A Companhia deve gerar recursos financeiros para fazer face à manutenção de seu capital de giro, bem como dos seus custos não operacionais.

Artigo 4º A Companhia se regerá pelo presente Estatuto e pelas disposições legais aplicáveis, em especial, a Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), a Lei nº 13.303/16 e o Decreto Estadual nº 47.154/17.

CAPÍTULO II

Capital Social e Ações

Artigo 5º O capital social da Companhia é de R\$169.358.982,00 (cento e sessenta e nove milhões, trezentos e cinquenta e oito mil, novecentos e oitenta e dois reais), totalmente subscrito e integralizado, representado por 169.358.982 (cento e sessenta e nove milhões, trezentos e cinquenta e oito mil, novecentos e oitenta e duas) ações ordinárias, todas nominativas e com valor nominal de R\$1,00 (um real).

Parágrafo Primeiro O capital social será representado exclusivamente por ações ordinárias, sendo que cada ação dará direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais da Companhia.

Parágrafo Segundo A Companhia está autorizada a aumentar o capital social até o limite de R\$350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de reais), independentemente de reforma estatutária, por deliberação Assembleia Geral, a quem competirá, também, estabelecer as condições da emissão, inclusive o preço, prazo e forma de sua integralização. Ocorrendo subscrição com integralização de bens, deverá ser ouvido o Conselho Fiscal.

CAPÍTULO III

Assembleia Geral

Artigo 6º A Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA MG, na qualidade de acionista único da Companhia, detém plenos poderes para decidir sobre todos os





negócios relativos ao seu objeto social e adotar as resoluções que julgar necessárias à defesa dos seus interesses e ao seu desenvolvimento.

Artigo 7º A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 4 (quatro) meses seguintes ao término de cada exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem.

Parágrafo único As reuniões da Assembleia Geral serão presididas pelo Diretor-Presidente da Controladora ou, na sua ausência, por substituto eleito pelos demais presentes e secretariadas pela Secretaria Executiva de Governança da COPASA MG.

Artigo 8º Compete à Assembleia Geral, sem prejuízo de outras competências previstas na legislação aplicável:

I - fixar a orientação geral dos negócios da Companhia, definindo sua missão, seus objetivos estratégicos e diretrizes;

II - aprovar o plano de negócios para o exercício anual seguinte e a estratégia de longo prazo;

III - aprovar, por proposta da Diretoria Executiva, o planejamento estratégico, os planos plurianuais, o programa de investimentos, o orçamento empresarial da Companhia, bem como suas eventuais revisões;

IV - eleger e destituir os Diretores da Companhia;

V - fixar as atribuições dos Diretores, bem como definir os assuntos, as unidades organizacionais e as competências de sua responsabilidade, observadas as disposições aplicáveis deste Estatuto;

VI - aprovar o compromisso de metas e resultados específicos assumidos pelos membros da diretoria, bem como fiscalizar seu cumprimento;

VII - promover, anualmente, análise de atendimento das metas e resultados na execução do plano de negócios e da estratégia de longo prazo, bem como publicar suas conclusões e informá-las à Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais e ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais;

VIII - fiscalizar a gestão da Diretoria, examinar a qualquer tempo os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração e praticar quaisquer outros atos necessários ao exercício de suas funções;

IX - avaliar anualmente o desempenho, individual e coletivo dos administradores, observados os seguintes quesitos mínimos:

a) exposição dos atos de gestão praticados quanto à licitude e à eficácia da ação administrativa;

b) contribuição para o resultado do exercício;





c) consecução dos objetivos estabelecidos no plano de negócios e atendimento à estratégia de longo prazo.

X - fixar a remuneração dos administradores quando não exercerem outro cargo na Controladora;

XI - autorizar a contratação, em favor dos membros dos órgãos estatutários de seguro para a cobertura de responsabilidade decorrente do exercício de seus cargos;

XII - aprovar qualquer investimento ou despesa não prevista no Orçamento Anual aprovado, de valor igual ou superior a R\$2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais);

XIII - autorizar previamente a celebração de negócios jurídicos quando o valor envolvido ultrapassar R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais), incluindo a obtenção de empréstimos e financiamentos e assunção de obrigações em geral;

XIV - autorizar, por proposta da Diretoria Executiva, a exclusão de bens móveis do ativo permanente no valor superior a R\$500.000,00 (quinhentos mil reais), por motivo de alienação, bem como por destruição, perda e extravio;

XV - aprovar, por proposta da Diretoria Executiva, a alienação, aquisição, constituição de ônus reais, bem como prestação de garantia a terceiros de bens imóveis de valor superior a R\$500.000,00 (quinhentos mil reais);

XVI - autorizar a alienação de bens móveis e a prestação de garantia a terceiros no valor superior a R\$500.000,00 (quinhentos mil reais);

XVII - autorizar, mediante proposta da Diretoria Executiva, a propositura de ações judiciais e a celebração de acordos judiciais e extrajudiciais de valor igual ou superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais);

Parágrafo único Excluem-se da obrigação de divulgação a que se refere ao inciso VII as informações de natureza estratégica, cujo conteúdo possa ser comprovadamente prejudicial ao interesse da Companhia.

CAPÍTULO IV **Da Administração**

Subseção I **Regras Gerais**

Artigo 9º A Companhia será administrada por uma Diretoria Executiva, com os poderes conferidos pela legislação aplicável e de acordo com o presente Estatuto.

Parágrafo único A posse dos administradores fica condicionada à assinatura de Termo de Posse e demais documentos exigidos pela legislação aplicável.





Artigo 10 A Companhia poderá, nos termos deste Estatuto, contratar, em favor dos membros dos órgãos estatutários, seguro para a cobertura de responsabilidade decorrente do exercício de seus cargos.

Artigo 11 É vedado o pagamento de remuneração aos administradores quando esses exercerem outro cargo na Controladora.

Subseção II

Requisitos e Vedações para Administradores

Artigo 12 Os administradores deverão atender os seguintes requisitos obrigatórios:

I - ser cidadão de reputação ilibada;

II - ter notório conhecimento compatível com o cargo para o qual foi indicado;

III - ter formação acadêmica compatível com o cargo para o qual foi indicado; e

IV - ter, no mínimo, uma das experiências profissionais abaixo:

a) dez anos, no setor público ou privado, na área de atuação da COPANOR ou em área conexa àquela para a qual forem indicados em função de direção superior;

b) quatro anos em cargo de Diretor, de Conselheiro de Administração, de membro de comitê de auditoria ou de chefia superior em empresa de porte ou objeto social semelhante ao da COPANOR, entendendo-se como cargo de chefia superior aquele situado nos dois níveis hierárquicos não estatutários mais altos da empresa;

c) quatro anos em cargo em comissão ou função de confiança no setor público equivalente, no mínimo, ao quarto nível hierárquico, ou superior do Grupo de Direção e Assessoramento da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Estado de Minas Gerais;

d) quatro anos em cargo de docente ou de pesquisador, de nível superior na área de atuação da COPANOR; ou

e) quatro anos como profissional liberal em atividade vinculada à área de atuação da COPANOR.

Parágrafo Primeiro A formação acadêmica deverá contemplar curso de graduação ou pós-graduação reconhecido ou credenciado pelo Ministério da Educação.

Parágrafo Segundo As experiências mencionadas em alíneas distintas do inciso IV do *caput* não poderão ser somadas para a apuração do tempo requerido.

Parágrafo Terceiro As experiências mencionadas em uma mesma alínea do inciso IV do *caput* poderão ser somadas para a apuração do tempo requerido, desde que relativas a períodos distintos.

Parágrafo Quarto Somente pessoas naturais poderão ser eleitas para o cargo de administrador.





Parágrafo Quinto Os Diretores deverão residir no País.

Artigo 13 É vedada a indicação para atuar como administrador da COPANOR de:

I - representante do órgão regulador ao qual a COPASA MG ou a COPANOR estão sujeitas;

II - Ministro de Estado, Secretário Estadual e Secretário Municipal;

III - titular de cargo em comissão na administração pública, direta ou indireta, sem vínculo permanente com o serviço público;

IV - dirigente estatutário de partido político e de titular de mandato no Poder Legislativo de qualquer ente federativo, ainda que licenciado;

V - parentes consanguíneos ou afins até o terceiro grau das pessoas mencionadas nos incisos I, II, III e IV deste artigo;

VI - pessoa que atuou, nos últimos trinta e seis meses, como participante de estrutura decisória de partido político;

VII - pessoa que atuou, nos últimos trinta e seis meses, em trabalho vinculado a organização, estruturação e realização de campanha eleitoral;

VIII - pessoa que exerça cargo em organização sindical;

IX - pessoa física que tenha firmado contrato ou parceria, como fornecedor ou comprador, demandante ou ofertante, de bens ou serviços de qualquer natureza, com o Estado de Minas Gerais, com a COPASA MG ou com a COPANOR, nos três anos anteriores à data de sua nomeação;

X - pessoa que tenha conflito de interesse ou que apresente fundado receio de vir a tê-lo com o Estado de Minas Gerais, com a COPASA MG ou com a COPANOR;

XI - pessoa que se enquadre em qualquer uma das hipóteses de inelegibilidade previstas nas alíneas do inciso I do *caput* do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990;

XII - pessoa condenada por crime falimentar, de prevaricação, suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos;

XIII - pessoa declarada inabilitada por ato da Comissão de Valores Mobiliários.

Parágrafo Primeiro Aplica-se a vedação contida no inciso III do *caput* ao servidor ou ao empregado público aposentado mesmo que seja titular de cargo em comissão da administração pública estadual direta ou indireta.

Parágrafo Segundo Os administradores eleitos devem participar, na posse e anualmente, de treinamentos específicos, nos termos do art. 40, do Decreto Estadual nº 47.154/16, sob pena de não poderem ser reconduzidos, caso não participem de treinamento anual disponibilizado pela Companhia ou por sua Controladora nos dois últimos anos.





Subseção III

Da Verificação dos Requisitos e Vedações para Administradores

Artigo 14 Nos termos da Política de Elegibilidade de Membros Estatutários da COPASA MG, os requisitos e as vedações exigíveis para os administradores deverão ser respeitados em todas as nomeações e eleições realizadas, inclusive em caso de recondução.

Parágrafo único Os requisitos acima mencionados serão comprovados por meio da apresentação do Formulário de Elegibilidade de Membros Estatutários, juntamente com a documentação exigida.

CAPÍTULO V

Da Diretoria Executiva

Artigo 15 A Diretoria Executiva será composta por no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros, sendo um Diretor-Presidente, eleitos pela Assembleia Geral, que definirá suas áreas de atuação e atribuições.

Parágrafo Primeiro Os membros da Diretoria Executiva deverão ser, obrigatoriamente, escolhidos dentre os membros da Diretoria Executiva da COPASA MG.

Parágrafo Segundo Em caso de eleição de empregado da Companhia ou da Controladora para exercer o cargo de Diretor, seu contrato de trabalho ficará, obrigatoriamente, suspenso.

Artigo 16 Os membros da Diretoria Executiva serão eleitos para um prazo de gestão unificado de 2 (dois) anos, sendo permitidas, no máximo, 3 (três) reconduções consecutivas, considerados os períodos anteriores de gestão ocorridos há menos de 2 (dois) anos.

Parágrafo Primeiro Atingido o prazo máximo a que se refere o *caput*, o retorno do membro da Diretoria Executiva da COPANOR só poderá ocorrer após decorrido período equivalente a 2 (dois) anos.

Parágrafo Segundo Não se considera recondução a eleição de Diretor para atuar em outra Diretoria da COPANOR.

Parágrafo Terceiro Os Diretores permanecerão no exercício de seus cargos até a eleição e posse de seus sucessores.

Artigo 17 É condição para investidura em cargo de Diretoria a assunção de compromisso com metas e resultados específicos a serem alcançados.

Artigo 18 Em caso de vacância de cargo de Diretor, compete à Diretoria Executiva indicar, dentre os seus membros, um substituto que acumulará interinamente suas funções, perdurando esta substituição até o provimento definitivo do cargo.





Artigo 19 A Diretoria Executiva reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês, conforme disposto no calendário de reuniões e, extraordinariamente, sempre que necessário.

Parágrafo Primeiro As reuniões da Diretoria serão realizadas, preferencialmente, na sede da Controladora.

Parágrafo Segundo As reuniões da Diretoria poderão ser realizadas por meio de teleconferência, videoconferência ou outros meios de comunicação.

Parágrafo Terceiro A participação do Diretor, nos termos do Parágrafo Segundo deste Artigo, será considerada presença pessoal.

Parágrafo Quarto As reuniões da Diretoria Executiva serão convocadas pelo Diretor-Presidente ou pela maioria de seus Diretores, e instaladas com a presença da maioria de seus membros em exercício.

Parágrafo Quinto No caso de ausência de qualquer membro da Diretoria Executiva, esse poderá, com base na pauta de reunião, manifestar formalmente seu voto ao Diretor-Presidente, por meios que permitam a comprovação do recebimento, até a data da reunião.

Parágrafo Sexto As deliberações nas reuniões da Diretoria Executiva serão tomadas por maioria de votos dos presentes e daqueles expressados na forma do parágrafo quinto deste artigo, sendo que, no caso de empate, caberá ao Diretor-Presidente o voto de qualidade.

Parágrafo Sétimo Após a reunião, será elaborada ata que deverá ser assinada por todos os Diretores fisicamente presentes à reunião.

Parágrafo Oitavo Os votos proferidos por Diretores que participarem remotamente da reunião da Diretoria Executiva ou que tenham se manifestado na forma do parágrafo quinto deste artigo deverão constar e serem juntados à respectiva ata.

Artigo 20 Compete à Diretoria Executiva a administração dos negócios sociais da Companhia e, no exercício dessa função, deve cumprir e fazer cumprir as leis, as regras deste Estatuto, as deliberações da Assembleia Geral e as boas práticas de governança corporativa, em proveito da Companhia e do interesse público que justificou a sua criação.

Artigo 21 Compete à Diretoria Executiva, sem prejuízo de outras competências previstas na legislação aplicável:

I - recomendar para aprovação da Assembleia Geral o planejamento estratégico, o plano de negócios para o exercício anual seguinte e a estratégia de longo prazo atualizada com análise de riscos e oportunidades para, no mínimo, os 5 (cinco) anos seguintes;

II - recomendar para aprovação da Assembleia Geral o programa de investimentos e o orçamento operacional da Companhia, bem como suas atualizações e revisões;





- Aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 26/03/2019**



superiores a R\$50.000,00 (cinquenta mil reais), observada a legislação que rege a matéria;

XVIII - convocar a Assembleia Geral nos casos previstos na Legislação ou quando julgar necessário; e

XIX - conferir outras atribuições aos Diretores no interesse da Companhia, observado o disposto neste Estatuto e nas deliberações da Assembleia Geral.

Artigo 22 Compete ao Diretor-Presidente:

I - exercer a direção da sociedade, diligenciando para que sejam fielmente observadas as deliberações e as diretrizes da Assembleia Geral;

II - coordenar o planejamento global da Companhia, inclusive a elaboração dos planos de negócios e orçamentos anuais e os planos plurianuais, operacionais e de investimento da Companhia a serem submetidos à Assembleia Geral e dirigir os trabalhos da Companhia;

III - convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva;

IV - definir as diretrizes básicas de provimento e administração de pessoal da Companhia;

V - elaborar o plano de organização da Companhia e emitir as normas correspondentes;

VI - todos os demais atos necessários ou convenientes, ressalvados aqueles para os quais seja pelo presente Estatuto atribuída a competência à Diretoria Executiva.

Parágrafo único Nos casos de ausência do Diretor-Presidente, devidamente formalizada à Diretoria Executiva, o mesmo será substituído por um Diretor por ele indicado.

Artigo 23 Compete a cada Diretor:

I - executar as atribuições relativas à sua área de atuação, responsabilizando-se pelo cumprimento das deliberações e das diretrizes da Assembleia Geral;

II - participar das reuniões da Diretoria Executiva, concorrendo para a definição das políticas a serem seguidas pela sociedade e relatando os assuntos da sua respectiva área de atuação;

III - outras atribuições que lhes forem determinadas pela Diretoria Executiva ou pela Assembleia Geral.

Parágrafo Único. Os Diretores, além dos deveres e responsabilidades próprios, serão gestores das áreas que lhes forem atribuídas pela Assembleia Geral.

Artigo 24 A Companhia considerar-se-á obrigada quando representada:

I - por 2 (dois) Diretores em conjunto ou com 1 (um) procurador com poderes especiais devidamente constituído;

II - pelo Diretor Financeiro em conjunto com outro Diretor ou com 1 (um) procurador devidamente constituído, para a movimentação de recursos financeiros da Companhia, endossos e aceites cambiais.

III - pelo Diretor de Gestão Corporativa em conjunto com outro Diretor ou com o Superintendente Executivo ou com um procurador devidamente constituído, para acordos trabalhistas.





IV - por 2 (dois) procuradores em conjunto, com poderes especiais, devidamente constituídos;

V - por 1 (um) só Diretor, ou 1 (um) procurador com poderes especiais, devidamente constituído, ou o Superintendente Executivo, para a prática dos seguintes atos:

a) representação da Companhia perante todos os Juízos e Tribunais, órgãos públicos federais, estaduais e municipais, inclusive da administração indireta, entidades paraestatais, agências executivas, Ministérios Públicos Federal e Estadual, Procons Estadual e Municipal, Procuradoria da Fazenda Nacional, Junta Comercial do Estado de Minas Gerais - Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais - TCEMG

b) representação da Companhia perante sindicatos ou Justiça do Trabalho, para matérias de admissão, suspensão ou demissão de empregados.

Parágrafo único As procurações serão outorgadas em nome da Companhia mediante a assinatura do Diretor Financeiro após aprovação da Diretoria Executiva, devendo especificar os poderes conferidos e, com exceção daquelas para fins judiciais, terão período de validade limitado a, no máximo, 1 (um) ano.

Artigo 25 Os Diretores poderão usufruir, a cada ano calendário, de licença remunerada por até 30 (trinta) dias, consecutivos ou não, concedida pela Diretoria Executiva, não cumulativa com férias remuneradas.

Parágrafo único. Compete à Diretoria Executiva indicar, dentre os seus membros, um substituto que acumulará, interinamente, as funções do substituído.

Artigo 26 Os Diretores poderão usufruir, durante o seu mandato, de licença não remunerada por até 90 (noventa dias), consecutivos ou não, concedida pela Assembleia Geral.

Parágrafo único A Diretoria Executiva elegerá substituto para exercer o cargo durante o afastamento do titular.

CAPÍTULO VI

Do Conselho Fiscal

Artigo 27 O Conselho Fiscal funcionará em caráter permanente e será composto de 3 (três) membros e igual número de suplentes, dos quais um será seu Presidente, eleitos pela Assembleia Geral Ordinária.

Parágrafo único O Conselho Fiscal contará com, no mínimo, 1 (um) membro indicado pelo Estado de Minas Gerais, que deverá ser servidor público com vínculo permanente com a Administração Pública.

Artigo 28 Os membros do Conselho Fiscal serão eleitos para um prazo de atuação de 2 (dois) anos, sendo permitidas, no máximo, 2 (duas) reconduções consecutivas, considerando os períodos anteriores de atuação ocorridos há menos de 2 (dois) anos.





Parágrafo Primeiro Atingido o prazo máximo a que se refere o caput, o retorno do membro para o Conselho Fiscal da COPANOR só poderá ocorrer após decorrido período equivalente a 2 (dois) anos.

Parágrafo Segundo Os membros do Conselho Fiscal permanecerão no exercício de seus cargos até a eleição e posse de seus sucessores.

Artigo 29 Os membros do Conselho Fiscal da COPANOR deverão atender aos seguintes requisitos:

- I - ser pessoa natural, residente no País e de reputação ilibada;
- II - ter formação acadêmica compatível com o exercício da função;
- III - ter experiência mínima de três anos em cargo de:
 - a) direção ou assessoramento na administração pública, direta ou indireta; ou
 - b) conselheiro fiscal ou administrador em empresas;
- IV - não se enquadrar nas vedações de que trata o art. 162, §2º, da Lei das Sociedades por Ações;

Parágrafo Primeiro A formação acadêmica deverá contemplar curso de graduação ou pós-graduação reconhecido ou credenciado pelo Ministério da Educação.

Parágrafo Segundo As experiências mencionadas em itens distintos do inciso III não poderão ser somadas para a apuração do tempo requerido, salvo aquelas relativas a períodos distintos.

Artigo 30 A posse dos membros do Conselho Fiscal fica condicionada à assinatura de Termo de Posse.

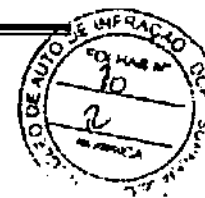
Parágrafo Primeiro Os Conselheiros Fiscais eleitos devem participar, na posse e anualmente, de treinamentos específicos, nos termos do art. 40, do Decreto Estadual nº 47.154/2017, sob pena de não poderem ser reconduzidos, caso não participem de treinamento anual disponibilizado pela Companhia ou por sua Controladora nos dois últimos anos.

Parágrafo Segundo O desempenho dos Conselheiros Fiscais, individual e coletivo, deverá ser avaliado anualmente, nos termos do que dispuser o seu Regimento Interno.

Artigo 31 No caso de ausência temporária de qualquer membro do Conselho Fiscal, este será substituído pelo respectivo suplente.

Artigo 32 No caso de vacância no Conselho Fiscal, este órgão poderá convocar Assembleia Geral Extraordinária, com base no art. 163, V, da Lei Federal nº 6.404/1976, com o objetivo de eleger um substituto e o respectivo suplente para exercer o cargo até o término do prazo de atuação do Conselho Fiscal.

Artigo 33 O Conselho Fiscal reunir-se-á, ordinariamente, 1 (uma) vez a cada trimestre e, extraordinariamente, sempre que necessário.





Parágrafo Primeiro As reuniões do Conselho Fiscal serão realizadas, preferencialmente, na sede da Controladora.

Parágrafo Segundo É admitida a realização de reuniões por meio de teleconferência, videoconferência ou outros meios de comunicação.

Parágrafo Terceiro A participação do Conselheiro, nos termos do Parágrafo Segundo deste artigo, será considerada presença pessoal.

Artigo 34 As reuniões do Conselho Fiscal somente se instalarão com a presença da maioria de seus membros, incluindo os suplentes no caso de ausência de membros titulares.

Parágrafo Primeiro As reuniões do Conselho Fiscal serão presididas pelo Presidente do Conselho Fiscal e secretariadas pela Secretaria Executiva de Governança.

Parágrafo Segundo No caso de ausência temporária do Presidente do Conselho Fiscal, essas reuniões serão presididas por conselheiro escolhido por maioria dos votos dos demais membros do Conselho Fiscal.

Parágrafo Terceiro No caso de ausência de qualquer membro do Conselho Fiscal, este poderá, com base na pauta da reunião, manifestar formalmente o seu voto ao Presidente do Conselho Fiscal, por meios que permitam a comprovação do recebimento, até a data da reunião.

Parágrafo Quarto Os membros do Conselho Fiscal não poderão se afastar do exercício de suas funções, injustificadamente, sob pena de destituição do cargo.

Artigo 35 As deliberações nas reuniões do Conselho Fiscal serão tomadas por maioria de votos dos presentes e daqueles expressados na forma do Parágrafo Terceiro do art. 33 deste Estatuto, sendo que, no caso de empate, caberá ao Presidente do Conselho o voto de qualidade.

Artigo 36 Ao término da reunião deverá ser lavrada ata, a qual deverá ser assinada por todos os Conselheiros presentes.

Parágrafo Primeiro Os votos proferidos por conselheiros que participarem remotamente da reunião do Conselho ou que tenham se manifestado na forma do Parágrafo Terceiro do art. 33 deste Estatuto deverão constar e ser juntados à respectiva ata.

Parágrafo Segundo O Conselho Fiscal poderá admitir em suas reuniões outros participantes, com a finalidade de prestar esclarecimentos de qualquer natureza, vedado a estes, entretanto, o direito de voto.

Artigo 37 Sem prejuízo das demais atribuições do Conselho Fiscal, a este compete:

I - fiscalizar, por qualquer de seus membros, os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários;





II - opinar sobre o relatório anual da administração, fazendo constar do seu parecer às informações complementares que julgar necessárias ou úteis à deliberação da assembleia geral;

III - opinar sobre as propostas dos órgãos da administração a serem submetidas à assembleia geral relativas à modificação do capital social, planos de investimento ou orçamento de capital, distribuição de dividendos, transformação, incorporação, fusão ou cisão;

IV - denunciar erros, fraudes ou crimes, sugerindo medidas úteis, aos órgãos de administração e, se estes não tomarem as providências, à assembleia geral;

V - convocar a assembleia geral ordinária, se os órgãos da administração retardarem por mais de um mês essa convocação, e a extraordinária, sempre que ocorrerem motivos graves ou urgentes, incluindo na agenda das assembleias as matérias que consideram necessárias;

VI - examinar as demonstrações financeiras de encerramento do exercício social e sobre elas opinar, após apreciação da Diretoria Executiva da COPANOR;

VII - exercer essas atribuições durante a liquidação, tendo em vista as disposições especiais que a regulam;

VIII - a pedido de qualquer dos seus membros, solicitar aos órgãos de administração esclarecimentos ou informações, desde que relativos à sua função fiscalizadora, assim como a elaboração de demonstrações financeiras ou contábeis especiais. Os pareceres e representações do Conselho Fiscal, ou de qualquer um de seus membros, poderão ser apresentados e lidos na assembleia geral, independentemente de publicação e ainda que a matéria não conste da ordem do dia.

IX - solicitar, por qualquer de seus membros aos auditores independentes os esclarecimentos ou informações que julgar necessários e a apuração de fatos específicos;

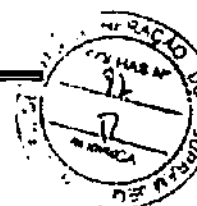
Artigo 38 É vedado o pagamento de remuneração aos membros do Conselho Fiscal da Companhia.

CAPÍTULO VII

Dos demais Órgãos e Unidades de Governança

Artigo 39 A COPANOR contará com o apoio do Comitê de Auditoria Estatutário da COPASA MG e deverá disponibilizar todas as informações que o Comitê necessitar para o exercício de suas competências.

Artigo 40 As atas das reuniões do Comitê de Auditoria Estatutário da COPASA MG que tratarem, especificamente, de assuntos relacionados à COPANOR serão divulgadas pela Companhia.





Parágrafo único Na hipótese da Assembleia Geral considerar que a divulgação da ata do Comitê possa pôr em risco interesse legítimo da COPANOR, apenas seu extrato será divulgado.

Artigo 41 A COPANOR contará com o apoio da Auditoria Interna da COPASA MG e deverá disponibilizar todas as informações que a Unidade necessitar para o exercício de suas competências.

Parágrafo único O Auditor Geral da COPASA MG deverá reportar-se ao Conselho de Administração da Controladora sobre as recomendações relativas ao descumprimento do Código de Conduta e Integridade, se os administradores da COPANOR deixarem de adotar medidas necessárias em relação à situação relatada em até trinta dias.

Artigo 42 A COPANOR contará com o apoio da unidade de integridade e gestão de riscos da COPASA MG e deverá disponibilizar todas as informações que a Unidade necessitar para o exercício de suas competências.

Parágrafo Primeiro O titular da unidade de integridade e gestão de riscos deverá comunicar formalmente o Diretor-Presidente sobre diligências em curso em que esteja envolvido Diretor ou membro do Conselho Fiscal da Companhia.

Parágrafo Segundo A unidade de integridade e gestão de riscos da COPASA MG poderá se reportar diretamente ao Conselho de Administração da Controladora nas situações em que houver suspeita de envolvimento do Diretor-Presidente da COPANOR em irregularidades ou quando este deixar de adotar as medidas necessárias em relação a situação a ele relatada.

CAPÍTULO VIII

Do Exercício Social

Artigo 43 O exercício social terá início em 1º de janeiro e encerrar-se-á em 31 de dezembro de cada ano, quando serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas na legislação aplicável.

CAPÍTULO IX

Da Defesa dos Administradores, Conselheiros e Empregados da Companhia

Artigo 44 Os administradores e os membros do Conselho Fiscal são responsáveis, nos termos da lei, pelos atos praticados e pelos danos causados no exercício de suas funções.

Artigo 45 A Companhia, nos casos em que não tomar o polo ativo das ações, assegurará aos membros do Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva, por meio de sua unidade Jurídica ou por terceiros contratados, a defesa em processos judiciais e administrativos propostos por terceiros contra conselheiros fiscais ou administradores, durante ou após os respectivos mandatos, até o final do prazo prescricional de responsabilidade desses conselheiros e administradores, por atos relacionados com o exercício de suas funções próprias.





Parágrafo Primeiro A garantia prevista no *caput* deste artigo estende-se aos empregados da Companhia e a seus mandatários legalmente constituídos, que atuarem em nome da Companhia.

Parágrafo Segundo Se o administrador, o Conselheiro Fiscal ou o empregado da Companhia for condenado, com decisão transitada em julgado, por violação de lei, deste Estatuto ou em decorrência de sua culpa ou dolo, deverá ressarcir a Companhia de todos os custos, despesas ou prejuízos a ela causados, salvo quando evidenciado que o ato foi praticado de boa-fé, com razoabilidade e visando ao interesse da COPANOR.

Parágrafo Terceiro Quando a Companhia não indicar, tempestivamente, um Advogado para a defesa do administrador, do Conselheiro Fiscal ou empregado, se este for absolvido, fará jus ao ressarcimento das custas e honorários advocatícios despendidos na ação.

CAPÍTULO X

Da Liquidação

Artigo 46 A Companhia será liquidada nos casos previstos em lei, sendo a Assembleia Geral o órgão competente para determinar a forma de liquidação e nomear o liquidante e o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação.

CAPÍTULO XI

Das Disposições Gerais

Artigo 47 Os Conselheiros, Diretores e os empregados do quadro permanente da COPASA MG, que exercerem funções em proveito da COPANOR, continuarão sendo remunerados pela COPASA MG.

Anexo à Ata da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 26 de março de 2019.
Assinado digitalmente por Kátia Roque da Silva.





JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
19/160.049-1	J193488594590	11/04/2019

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
688.678.326-20	KATIA ROQUE DA SILVA

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais



DECLARAÇÃO DE VERACIDADE DO DOCUMENTO PRINCIPAL
REGISTRO DIGITAL

Eu, KATIA ROQUE DA SILVA, BRASILEIRA, CASADO, AMINISTRADORA DE EMPRESAS, DATA DE NASCIMENTO 28/06/1968, RG Nº 3494212 DDP-MG, CPF 688.678.326-20, RUA MAR DE ESPANHA, Nº 525, BAIRRO SANTO ANTONIO, CEP 30330-270, BELO HORIZONTE - MG, DECLARO, SOB AS PENAS DA LEI, que os documentos apresentados digitalizados ao presente protocolo de registro digital na Junta Comercial, sem possibilidade de validação digital, SÃO VERDADEIROS E CONFEREM COM OS RESPECTIVOS ORIGINAIS.

Belo Horizonte, 11 de Abril de 2019.

KATIA ROQUE DA SILVA

Assinado digitalmente por certificação A3



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 7269363 em 17/04/2019 da Empresa COPASA SERVICOS DE SANEAMENTO INTEGRADO DO NORTE E NORDESTE DE MINAS GERAIS S/A COPANOR, Nire 31300025616 e protocolo 191600491 - 15/04/2019. Autenticação: 1B797314C390C766213569461E31C27464F. Marinely da Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 19/160.049-1 e o código de segurança DnDT Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 03/05/2019 por Marinely da Paula Bomfim – Secretária-Geral.

Anexo

(Anexo à Ata de Assembleia Geral Extraordinária da COPANOR realizada em 26 de março de 2019)

BOLETIM DE SUBSCRIÇÃO

Quantidade de Ações: 169.358.982 (cento e sessenta e nove milhões, trezentos e cinquenta e oito mil e novecentas e oitenta e duas) ações ordinárias, todas nominativas e com valor nominal de R\$1,00 (um real), totalmente subscrita e integralizada"

a) Forma de Subscrição: Integralização de Capital

b) Prazo de novas subscrições: indeterminado, visto que a Empresa é uma S.A e não tem data para fechar.

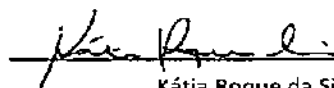
SUBSCRITOR	Quantidade de ações subscritas	Preço de subscrição (por ação)	Valor e Forma da Integralização
COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS – COPASA MG, sociedade anônima de capital aberto, CNPJ 17281106/0001-03, com sede na Rua Mar de Espanha, nº 525, CEP-30330-270, na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, neste ato representada por sua Diretora-Presidente Sinara Inácio Meireles Chenna, brasileira, casada, engenheira civil, Carteira de Identidade nº MG-3.762.439 SSP/MG, CPF nº 596.478.926-91 e por seu Diretor Financeiro e de Relações com Investidores - Interino Frederico Lourenço Ferreira Delfino, brasileiro, casado, engenheiro civil, Carteira de Identidade nº MG-11.347.357 SSP/MG, CPF nº 045.670.396-96, todos com domicílio profissional na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais na Rua Mar de Espanha, nº 525, CEP 30330-270.	169.358.982	R\$1,00	Autoriza o aumento do Capital Social da COPANOR para o montante de R\$169.358.982,00 (cento e sessenta e nove milhões, trezentos e cinquenta e oito mil e novecentos e oitenta e dois reais), decorrente da integralização de Capital na COPANOR no valor de R\$21.060.918,00 (vinte e um milhões, sessenta mil e novecentos e dezoito reais).

Belo Horizonte, 26 de março de 2019.

"Confere com a original lavrada em livro próprio"



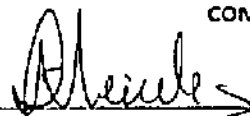
Sinara Inácio Meireles Chenna
Presidente



Kátia Roque da Silva
Secretária

Subscritor:

COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS – COPASA MG



Sinara Inácio Meireles Chenna
Diretora-Presidente



Frederico Lourenço Ferreira Delfino
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores - Interino





JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Anexo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
19/160.049-1	J193488594590	11/04/2019

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
688.678.326-20	KATIA ROQUE DA SILVA

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais



Página 1 de 1



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 7269363 em 17/04/2019 da Empresa COPASA SERVICOS DE SANEAMENTO INTEGRADO DO NORTE E NORDESTE DE MINAS GERAIS S/A COPANOR, Nire 31300025816 e protocolo 191600491 - 15/04/2019. Autenticação: 1B797314C380C768213569461E31C27464F. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 19/160.049-1 e o código de segurança OnDT Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 03/05/2019 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

03/05/2019
pág. 25/27



Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantil - SINREM
Governo do Estado de Minas Gerais
Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais
Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa COPASA SERVICOS DE SANEAMENTO INTEGRADO DO NORTE E NORDESTE DE MINAS GERAIS S/A COPANOR, de nire 3130002561-6 e protocolado sob o número 19/160.049-1 em 15/04/2019, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 7269363, em 17/04/2019. O ato foi deferido digitalmente pela 3ª TURMA DE VOGAIS.

Assina o registro, mediante certificado digital, a Secretária-Geral, Marinely de Paula Bomfim. Para sua validação, deverá ser acessado o site eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<https://portalservicos.jucemg.mg.gov.br/Portal/pages/ImagemProcesso/viaUnica.jsf>) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)	
CPF	Nome
764.776.146-34	ADLEI DUARTE DE CARVALHO

Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
688.678.326-20	KATIA ROQUE DA SILVA

Anexo

Assinante(s)	
CPF	Nome
688.678.326-20	KATIA ROQUE DA SILVA

Declaração Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
688.678.326-20	KATIA ROQUE DA SILVA

Belo Horizonte. Quarta-feira, 17 de Abril de 2019

Marinely de Paula Bomfim: 87363895600

Página 1 de 1



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 7269363 em 17/04/2019 da Empresa COPASA SERVICOS DE SANEAMENTO INTEGRADO DO NORTE E NORDESTE DE MINAS GERAIS S/A COPANOR, Nire 3130002561-6 e protocolo 191600491 - 15/04/2019. Autenticação: 1B787314C390C766213569461E31C27464F. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 19/160.049-1 e o código de segurança DnDT Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 03/05/2019 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

SECRETARIA GERAL
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

pág. 26/27



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

O ato foi deferido e assinado digitalmente por :


Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
460.095.076-34	ALEXANDRE BOTELHO DE MENDONCA
574.631.666-00	EMILIO CESAR RIBEIRO PAROLINI
728.445.746-53	RENATA DA SILVA SANTOS
873.638.956-00	MARINELY DE PAULA BOMFIM

Belo Horizonte, Quarta-feira, 17 de Abril de 2019



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 7269363 em 17/04/2019 da Empresa COPASA SERVICOS DE SANEAMENTO INTEGRADO DO NORTE E NORDESTE DE MINAS GERAIS S/A COPANOR, Nire 31300025618 e protocolo 191600491 - 15/04/2019. Autenticação: 1B797314C390C766213569461E31C27464F. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 19/160.049-1 e o código de segurança DnDT Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 03/05/2019 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SISTEMA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE
E RECURSOS HÍDRICOS - EISEMA
Conselho Estadual de Políticas Ambientais - COPAM
Comissão Estadual de Recursos Hídricos - CERH

1. AUTO DE INFRAÇÃO: N.º 83228/2018
Lavrado em Substituição ao AI n.º:
Vencido em: 13/01/2018
1. Auto de infração penal? ☒ SIM ☐ NÃO

2. Cargo Responsável pela Infração:
☐ FEAM ☐ IGAM ☐ IRR ☐ SERAL ☐ SUCEFS ☒ IMMO

Local: JARDIM MIRIM, MG
Dia: 19 JANEIRO 2018 Hora: 08:30

Nome do Autuado / Empregador: COPASA SERVIÇOS DE SANEAMENTO INTEGR. DA AGLOM. E AGRUP. DA MG/S/A. COPAMUR
Data Nascimento: _____ Nome da Mãe: _____

☐ CPF: 09.104.426/0001-60 ☐ Outros: _____

Endereço do Autuado / Empregador (Correspondência): RUA ZULCAROSA, 13, Centro, Município: A. MENAÇA, UF: MG

CEP: 38900-000 Cx Postal: _____ Fone: 933721-4032 U-mail: _____

3. Outros Responsáveis:
Nome do 1º responsável: _____ CPF: _____ CNPJ: _____ Vínculo com o AI N.º: _____
Nome do 2º responsável: _____ CPF: _____ CNPJ: _____ Vínculo com o AI N.º: _____

4. Descrição da Infração: CAUSAR POLUIÇÃO DE UM RIVER NATURAL QUE RESULTA EM POSSÍVEL DANO AOS RECURSOS HÍDRICOS, AS ESPÉCIES VEGETAIS E ANIMAIS, AOS ECOSISTEMAS E HABITAÇÃO, PREJUDICANDO A SAÚDE, A SEGURANÇA E O BEM-ESTAR DA POPULAÇÃO.

5. Coordenadas da Infração: Geográfica: 23° 44' S, 47° 51' W, 55° 52' S, 14° 14' W, 55° 52' S, 14° 14' W. UTM: FUSO 22, 23, 24, X, Y, Z, (7 dígitos).

6. Enquadramento Legal: Artigo: 83, Inciso: I, Código: 192, Multa: 17.943,52.

7. Análise de Responsabilidade: Autuado: N.º, Artigo/Parágrafo, Inciso, Alínea, Precedência. Agravado: N.º, Artigo/Parágrafo, Inciso, Alínea, Aumento.

8. Relação de Produtos: ☐ Genérico ☐ Unificado ☒ Não foi possível verificar ☐ Não se aplica

Infração	Porte	Prevalência	Valor	Adicional	Redução	Valor Total
01		<input type="checkbox"/> Advertência <input checked="" type="checkbox"/> Multa Simples <input type="checkbox"/> Multa Diária	17.943,52			17.943,52

Valor total dos Emolumentos da Reparação da Pesca: R\$ _____

Valor total da multa: 17.943,52 (Dezessete mil, novecentos e cinquenta e reais e cinquenta e dois centavos).

No caso de advertência, a autuação possui o prazo de _____ dias para cumprir a obrigação, sob pena de conversão em multa simples do valor de R\$ _____.

9. Domicílio do Responsável: Local da infração: CORDEIRO ANTA PODRE PRÓXIMO A ETE/FAZENDA ANTA PODRE, MONTE FORMOSA - MG. AS ATIVIDADES NÃO SÃO SUSPENSAS POR FALTA DE VIABILIDADE TÉCNICA. NO ENTANTO A EMPRESA DEVERÁ VENCULARIZAR SE SOB PENA DE ALOVAS AUTUAÇÕES. MULTA LAVRAM CONFORME ÍNDICE DE AGO 2018.

10. Depósito: Nome Completo: _____ CPF: _____ CNPJ: _____ IRG: _____
Endereço: Rua, Avenida, etc. N.º/km: _____ Bairro/Cidade: _____ Município: _____
UF: _____ CEP: _____ Fone: _____ Assinatura: _____

O AUTUADO TEM O PRAZO DE ATÉ 20 (Vinte) DIAS (DO RECEBIMENTO DO AUTO DE INFRAÇÃO PARA PAGAMENTO DA MULTA OU APRESENTAÇÃO DA DEFESA PARA JUIZAMENTO), NO SUJUNTO ENDEREÇO: AV. DA SAÚDE, 335, CENTRO, DIAMANTINA - MG. CEP: 38.100-000

11. Assinaturas: 01. Servidor (Nome Legível): ROSAMAR FERREIRA SEXTANTEIRO, 113.291.8, Assinatura do servidor: _____
02. Autuado/Representante Autuado (Nome Legível): COPAMUR, Função/Vínculo com Autuado: _____, Procurador do Autuado/Representante Legal: _____

CONTINUAÇÃO DO AUTO DE INFRAÇÃO Nº 83293 1128

Local: SEDEVINHOA-MS Dia: 19 Mês: JANEIRO Ano: 2018 Hora: 08:30

1. Descrição da infração: DESCUMPRIR DE LIBERAÇÃO DO COPAM (LIBERAÇÃO ALTERNATIVA COPAM Nº 129/2008).

2. Características do infrator:

Placa: W1294 SIRETEC 2000 Data: 16 Min: 51 Km: 59.2 (a digito) Longitudinal: 41 Anos: 4 Seg: 553 (a digito)

3. Características do veículo:

Modelo: 83 Marca: T Cor: 116 - - - - - 44.844/097.772/10

4. Características do veículo (Atributos e Agravantes):

Nº Atributo Marca/Modelo Valor Atributo Marca/Modelo Valor

5. Retenção do veículo: ☐ Capacidade ☐ Capacidade ☒ Não foi possível retirar ☐ Não se aplica

6. Penalidades Aplicadas (Advertência e Multa):

Infração: 02 Parte: 12943.52 Valor: 12943.52 Advertência: ☐ Multa: ☒ Multa: 12943.52 Valor Total: 12943.52

7. Penalidades Aplicadas (Advertência e Multa):

Valor total das penalidades de retenção do veículo: 00

Valor total das multas: 12.943,52 (Total de cinco mil, noventa e sete reais e 52 centavos)

8. Penalidades Aplicadas (Advertência e Multa):

Valor total das penalidades de retenção do veículo: 00

9. Penalidades Aplicadas (Advertência e Multa):

Valor total das multas: 00

10. Penalidades Aplicadas (Advertência e Multa):

Valor total das penalidades de retenção do veículo: 00

11. Penalidades Aplicadas (Advertência e Multa):

Valor total das multas: 00

12. Penalidades Aplicadas (Advertência e Multa):

Valor total das penalidades de retenção do veículo: 00

13. Penalidades Aplicadas (Advertência e Multa):

Valor total das multas: 00

14. Penalidades Aplicadas (Advertência e Multa):

Valor total das penalidades de retenção do veículo: 00

15. Penalidades Aplicadas (Advertência e Multa):

Valor total das multas: 00

16. Penalidades Aplicadas (Advertência e Multa):

Valor total das penalidades de retenção do veículo: 00

17. Assinaturas:

Assinatura do infrator: ROSEMARIA FERREIRA SERTANETO Nº: 113.281-9

Assinatura do servidor: Adm. 35200

Assinatura do representante legal: ENVIADA COM A.R.

Assinatura do representante legal: COPAM



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMAD

Sistema Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SISEMA

Superintendência Regional de Meio Ambiente - Jequitinhonha - SUPRAM JEQ

REF: DECISÃO ADMINISTRATIVA SOBRE DEFESA ADMINISTRATIVA (JULGAMENTO DE AUTO DE INFRAÇÃO - 1ª INSTÂNCIA)

OFÍCIO NAI/DRCP/SEMAD: 927/2019

Diamantina, 10 de Junho de 2019

Auto de Infração nº: 83223/2018

Processo nº: 508576/18

A Superintendência Regional Jequitinhonha pertencente à Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais (SEMAD), tendo em vista o Controle de Auto de Infração, examinou o Processo Administrativo em epígrafe, instaurado em desfavor da COPASA-COPANOR, em decorrência da lavratura do Auto de Infração referenciado e decidiu, após análise de Defesa Administrativa apresentado:

- Não acatar os argumentos apresentados na defesa administrativa face a ausência de fundamentos técnicos e jurídicos capazes de descaracterizar o respectivo Auto de Infração;
- Manter a penalidade de multa simples no valor de R\$ 35.887,04 (trinta e cinco mil oitocentos e oitenta e sete reais com quatro centavos) mais juros incidentes desde a data da constituição do débito;

Desta forma, V. Sa. dispõe do prazo de 30 (trinta) dias para quitação da dívida através do(s) Documento(s) de Arrecadação Estadual-DAE anexo ou apresentar Recurso Administrativo no prazo de 30 dias contados do recebimento desta decisão com envio ao NAI JEQUITINHONHA.

Informamos também, que o débito ora apresentado não representa a inexistência de outros débitos.

- **Atenção:** Cientificamos ainda que valores de multa igual ou superior a 1.661 Ufemgs (R\$ 5.968,31) devem prover o recolhimento integral da taxa de expediente prevista no item 7.30 da tabela A, a que se refere o art. 92 da Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975, tornando pré-requisito para que o Recurso Administrativo seja conhecida conforme art. 68 do Decreto 47.383/2018.

Para efeito de informação, o valor base da multa é calculado seguindo os valores vigentes da UFEMG do ano vigente, no caso 2019. O valor final da multa é constituído pelo valor base do auto de infração somado aos juros perpetuados no tempo contado desde o 21º dia da notificação até a data de emissão do DAE.

Maiores esclarecimentos que se fizerem necessário favor entrar em contato pelo telefone: (38) 3532-6665.

Atenciosamente,

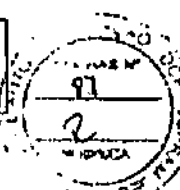
Danilo I Silva - Gestor Ambiental
NAI Jequitinhonha

A Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA
Rua Mar de Espanha, 453 - Bairro Santo Antônio
CEP: 30.330-900 - Belo Horizonte/MG

SUPRAM JEQ

Avenida da Saudade, nº335 - Centro -
Diamantina/MG
CEP 39.100-000 - Tel: (38) 3532-6650

DATA 06/06/2019
Página: 7/7



Faltou
DUST 18/06

Faltou
Fim
elaborar
Recurso
Administrativo
até 11/07/19
Att,
Faltou
18/06/19

MÓDULO 1. CRITÉRIOS LOCACIONAIS DE ENQUADRAMENTO

Para responder os questionamentos a seguir, o empreendedor deverá acessar o sistema informatizado da Infraestrutura de Dados Espaciais do Sisema (IDE-Sisema) disponível em:

<http://idesisema.meioambiente.mg.gov.br/>

1. Trata-se de requerimento de licença para:
- ☐ renovação de licença de operação?
- ☐ LOC em razão de solicitação de renovação após o vencimento da LO ou pela perda de prazo de renovação automática, na qual não existiram ampliações referentes à LO anterior?
- ☒ empreendimento com LP, LI ou AAF emitida anteriormente?
- ☐ Não se aplica. Pular as questões abaixo e ir para Módulo 3 (Tela 2). Peso
2. O empreendimento está/estará localizado em Unidade de Conservação de Proteção Integral, nas hipóteses previstas em Lei?
- ☐ Não ☐ Sim Peso
3. O empreendimento está/estará localizado em zona de amortecimento de Unidade de Conservação de Proteção Integral, ou na faixa de 3 km do seu entorno quando não houver zona de amortecimento estabelecida por Plano de Manejo; excluídas as áreas urbanas?
- ☐ Não ☐ Sim Peso
4. O empreendimento está/estará localizado em Unidade de Conservação de Uso Sustentável, exceto Área de Proteção Ambiental (APA)?
- ☐ Não ☐ Sim Peso
5. O empreendimento está/estará localizado em Reserva da Biosfera, excluídas as áreas urbanas?
- ☐ Não ☐ Sim Peso
6. O empreendimento está/estará localizado em Corredor Ecológico formalmente instituído, conforme previsão legal?
- ☐ Não ☐ Sim Peso
7. O empreendimento está/estará localizado em áreas designadas como Sítios Ramsar?
- ☐ Não ☐ Sim Peso
8. O empreendimento está/estará localizado em área de drenagem a montante de trecho de curso d'água enquadrado em classe especial?
- ☐ Não ☐ Sim Peso
9. Há/ haverá captação de água superficial em Área de Conflito por uso de recursos hídricos?
- ☐ Não ☐ Sim Peso
10. O empreendimento está/estará localizado em área de alto ou muito alto grau de potencialidade de ocorrência de cavidades, conforme dados oficiais do CECAV-ICMBio?
- ☐ Não ☐ Sim Peso
- 10.1 A atividade ou o empreendimento terá impacto real ou potencial sobre cavidades naturais subterrâneas que estejam localizadas em sua ADA ou no entorno de 250 metros?
- ☐ Não ☐ Sim
- 10.2 Se SIM, está em área totalmente urbanizada?
- ☐ Não ☐ Sim
11. Haverá supressão de vegetação?
- ☐ Não ☐ Sim
- 11.1 Se SIM, essa intervenção se encontra regularizada?
- ☐ Não ☐ Sim. Se sim, ir para item 11.2
- 11.1.1 Se NÃO (no item 11.1), haverá supressão de vegetação nativa, exceto árvores isoladas?
- ☐ Não ☐ Sim Peso
- 11.1.2 Se NÃO (no item 11.1), haverá supressão de vegetação nativa em áreas prioritárias para conservação, considerada de importância biológica "extrema" ou "especial", exceto árvores isoladas?
- ☐ Não ☐ Sim Peso
- 11.2 Haverá corte ou aproveitamento de árvores isoladas nativas vivas?
- ☐ Não ☐ Sim



12.	Houve supressão de vegetação em momento posterior à 22 de julho de 2008?	<input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Sim	
12.1	Se SIM, essa intervenção se encontra regularizada?	<input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Sim	
12.1.1	Se NÃO (no item 12.1), ocorreu supressão de vegetação nativa, exceto árvores isoladas ?	<input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Sim	Peso <input type="text" value="Resposta obrigatória."/>
12.1.2	Se NÃO (no item 12.1), ocorreu supressão de vegetação nativa em áreas prioritárias para conservação, considerada de importância biológica "extrema" ou "especial", exceto árvores isoladas?	<input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Sim	Peso <input type="text" value="Resposta obrigatória."/>
Fator locacional RESULTANTE				<input type="text" value="0"/>



MÓDULO 2. FATORES DE RESTRIÇÃO OU VEDAÇÃO

Para responder os questionamentos a seguir, o empreendedor deverá acessar o sistema informatizado da Infraestrutura de Dados Essenciais do Sisema (IDE-Sisema) disponível em:
<http://idesisema.meioambiente.mg.gov.br/>

1. Haverá intervenção em rio de preservação permanente que se enquadre nas proibições do art. 3º da Lei Estadual nº 15.082/04?
☐ Não ☐ Sim
2. O empreendimento tem/terá impacto em:
☐ terra indígena? ☐ área de Segurança Aeroportuária e tem natureza atrativa de avifauna?
☐ terra quilombola? ☐ bem cultural acatelado? ☐ outros. Especificar: _____
3. Haverá lançamento de efluentes ou disposição de resíduos tratados em águas de Classe Especial?
☐ Não ☐ Sim
4. O empreendimento está localizado em mananciais, situados a montante do ponto de captação previsto ou existente, cujas águas estejam classificadas na Classe Especial?
☐ Não ☐ Sim

Os itens 5 a 9 dessa seção são apenas para os municípios do Vetor Norte da Região Metropolitana de Belo Horizonte. (Caso não se aplique, passar para Módulo 3.)

5. O empreendimento está localizado na área compreendida nos limites dos Municípios que compõem o Vetor Norte, APA Carste e/ou APA Morro da Pedreira?
☐ Não. Passe para módulo 3. ☐ Sim.
6. O empreendimento está localizado no Sistema de Áreas Protegidas (SAP)?
☐ Não. Passe para módulo 3. ☐ Sim
7. O empreendimento se encontra em qual fase?
☐ Projeto ☐ Instalação ☐ Instalado ou em operação
- 7.1 O empreendimento já se encontrava legalmente instalado ou em operação na data de 3 de dezembro de 2009?
☐ Sim ☐ Não
8. O empreendimento está localizado em área de vulnerabilidade natural muito alta e alta no Zoneamento Ecológico Econômico (disponível também na IDE-SISEMA) ?
☐ Não ☐ Sim
9. O empreendimento está localizado na APA Carste ou na APA Morro da Pedreira ?
☐ Não ☐ Sim

MÓDULO 3. OUTRAS INTERVENÇÕES

1. Haverá intervenção em áreas de preservação permanente sem supressão de vegetação nativa?
☒ Não ☐ Sim
2. Haverá destoca em área remanescente de supressão de vegetação nativa?
☒ Não ☐ Sim
3. Haverá manejo sustentável da vegetação nativa?
☒ Não ☐ Sim
4. Haverá aproveitamento de material lenhoso?
☒ Não ☐ Sim
5. Houve intervenção em Reserva Legal?
☒ Não ☐ Sim
6. Houve intervenção em Área de Preservação Permanente em momento posterior à 22 de julho de 2008?
☒ Não ☐ Sim
- 6.1. Se SIM, a intervenção se encontra regularizada?
☐ Não ☐ Sim
7. O empreendimento faz/fará uso ou intervenção em recurso hídrico?
☒ Não ☐ Sim



MÓDULO 4. CLASSIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES

1. Dados das atividades do empreendimento

Código Atividade	Descrição da atividade	Parâmetro	Quantidade	Unidade	Classe
E-03-06-9	Estação de tratamento de esgoto sanitário	Vazão média prevista	4,00	L/s	2
		-		-	
	Selecionar código	-		-	-
		-		-	
	Selecionar código	-		-	-
		-		-	
	Selecionar código	-		-	-
		-		-	
	Selecionar código	-		-	-
		-		-	

Classe predominante resultante	2
Fator locacional resultante	0
Modalidade Inicial	LAS - Cadastro

Justificativa adicional: Atividade enquadradas nas classes 1 ou 2 dos códigos listados nos artigos 19 e 20 do DN.

2. Outros fatores que alteram a modalidade do licenciamento na DN COPAM nº 217/17

2.1 A atividade principal a ser licenciada se enquadra em alguma das situações a seguir:

2.1.1. Trata-se de ampliação de aeroportos regionais regularizados, código E-01-09-0, circunscrita aos limites do sítio aeroportuário e considerada de baixo potencial de impacto ambiental, nos termos da Resolução Conama 470/2015?

☒ Não ☐ Sim

2.2.2. Trata-se de recapitação ou a repotenciação de Pequenas Centrais Hidrelétricas – PCHs, código E-02-01-1?

☒ Não. Pular para item 2.2.3 ☐ Sim.

Se SIM (item 2.2.2), informar se:

- haverá qualquer modificação na área do reservatório e no trecho de vazão reduzida - TVR?
- serão necessárias alterações na outorga de direito de uso de recursos hídricos vigente?
- a capacidade instalada ultrapassará 30 MW (trinta megawatts)?

☐ Sim ☐ Não
☐ Sim ☐ Não
☐ Sim ☐ Não

2.2.3. Trata-se de processo com obrigatoriedade de instrução com EIA/RIMA por:

- pertencer as atividades listadas nos códigos G-01, G-02 e G-03 da DN e ter área útil superior a 1.000 ha?

☒ Não se aplica. ☐ Não ☐ Sim

- ser empreendimento de utilidade pública e realizar o corte e a supressão de vegetação primária e secundária em estágio avançado de regeneração do Bioma Mata Atlântica?

☐ Não se aplica. ☒ Não ☐ Sim

- ser atividade minerária e realizar supressão de vegetação secundária em estágio médio e avançado de regeneração do Bioma Mata Atlântica?

☒ Não se aplica. ☐ Não ☐ Sim

- estar localizado em área de vulnerabilidade natural muito alta e alta no Vektor Norte?

☐ Não ☐ Sim



2.2.4. A atividade principal a ser licenciada é uma instalação de sistema de abastecimento aéreo de combustíveis com capacidade total de armazenagem até 15 m³, desde que destinadas exclusivamente ao abastecimento do detentor das instalações?

☒ Não ☐ Sim

Modalidade resultante:

LAS - RAS

Preencher Tela 5.

ATENÇÃO: Atividade pode ser licenciada pelo município. (DN COPAM nº 213/17)

[Clique aqui para consultar no SIMMA se o município realiza licenciamento desta atividade.](#)



MÓDULO 5. CARACTERIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

LICENCIAMENTO AMBIENTAL SIMPLIFICADO COM RELATÓRIO AMBIENTAL SIMPLIFICADO -
RAS

LAS

1. Identificação do empreendedor

1.1 Empreendedor/Razão Social: Copasa Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais S/A

1.2 CNPJ/CPF: 09.104.426/0001-60

1.3 Endereço: Rua Joaquim Ananias de Toledo 1.4 Nº: 125

1.5 Complemento: 1.6 Bairro: Doutor Laerte Laender

1.7 Caixa Postal: 1.8 CEP: 39.803-171 1.9 Município: Teófilo Otoni 1.10 UF: MG

1.11 Telefone: 1.12 Email: copanor@copasa.com.br

1.13 As atividades são ou serão desenvolvidas por:

☐ Pessoa física☒ Pessoa jurídica☐ Proprietário☐ Arrendatário☐ Posseiro☐ Outros. Especificar:

2. Identificação do empreendimento

Informação do Empreendimento igual a do Empreendedor: ☐ Sim ☒ Não

2.1 Empreendimento/Razão Social: Estação de Tratamento de Esgoto - ETE Monte Formoso

2.2 CNPJ/CPF: 09.104.426/0001-60

2.3 Responsável legal: Paulo Emílio Guimarães Filho

2.4 Endereço: Fazenda Anta Podre 2.5 Nº:

2.6 Complemento: 2.7 Bairro:

2.8 Caixa Postal: 2.9 CEP: 39.893-000 2.10 Município: Monte Formoso 2.11 UF: MG

2.12 Telefone: 2.13 Email: copanor@copasa.com.br

2.14 Referência do local:

2.15 Microempresa ou microempreendedor individual:

☐ Sim☒ Não

2.16 Agricultor Familiar ou Empreendedor Familiar Rural:

☐ Sim☒ Não

2.17 Associação ou cooperativas de catadores de materiais recicláveis:

☐ Sim☒ Não

2.18 Possui RPPN maior que 20% da área total do imóvel:

☐ Sim☒ Não

3. Endereço para correspondência

Endereço igual ao ☐ Empreendedor ou ☐ Empreendimento ☒ Outro, preencha os campos abaixo:

3.1 Endereço: Rua Mar de Espanha Nº: 453

Complemento: Bairro: Santo Antônio

Caixa Postal: CEP: 30.330-900 3.2 Município: Belo Horizonte UF: MG

3.4 Telefone: (31)3250-1720 3.5 Email: otavia.ramalho@concremat.com.br; dvla@copasa.com.br

4. Dados das atividades do empreendimento

Código Atividade	Descrever atividade efetiva do empreendimento	Parâmetro	Quantidade	Quantidade atual utilizada	Unidade
E-03-06-9	Estação de Tratamento de Esgoto Sanitário	Vazão média prevista	4,00		l/s
		-			-
		-			-
		-			-
		-			-
		-			-
		-			-
		-			-

É necessário listar outras atividades além das descritas acima?

☐ Não☐ Sim. Utilizar quadro na Tela 10.

4.1 Classe resultante do empreendimento

2



4.2 Trata-se de uma ampliação do empreendimento?

☒ Não ☐ Sim

4.3 O empreendimento já possui alguma licença ambiental emitida pelo órgão estadual?

☐ Não ☒ Sim

Caso sim, preencher quadro a seguir. Se ampliação, indicar na coluna "objeto do licenciamento" a atividade principal relacionada à ampliação.

4.3.1 Licenças ambientais vigentes (inclusive AAF)

Processo PA COPAM nº	Tipo da licença	Objeto do licenciamento	Data de concessão	Validade
33903/2013/001/2013	AAF	ETE Monte Formoso	25/11/2013	25/11/2017

4.4 Fase do objeto do requerimento:

☐ Fase instalação
☒ Fase de operação

☐ a iniciar
☒ a iniciar

☐ Iniciada em:
☐ iniciada em:

5. Localização do empreendimento

5.1 A área do empreendimento abrange/abrangerá outros municípios?

☐ Sim ☒ Não

5.1.1 Se sim, quais?

5.1.2 Se sim, qual município com maior percentual da área da atividade?

Selecionar

5.1.3 SUPRAM

5.2 O empreendimento está localizado em qual bioma?

☐ Caatinga ☒ Mata Atlântica ☐ Cerrado

5.3 O empreendimento está localizado em zona:

☐ urbana ☒ rural

5.4 Trata-se de imóvel rural?

☒ Não ☐ Sim. Se sim, informar nº do CAR.

Nº do(s) Recibo(s) de inscrição no CAR:

5.5 Coordenadas geográficas, em SIRGAS 2000, para localização do PONTO CENTRAL do empreendimento:

Coordenadas geográficas		Latitude			Longitude		
		Grau	Minuto	Segundo	Grau	Minuto	Segundo
		16	51	57,1	41	14	53,9
Coordenadas planas UTM	Selecionar fuso	X=		(7 dígitos)	Y=		(7 dígitos)

6. Caracterização do empreendimento

6.1 A Utilização do Recurso Hídrico é/será exclusiva de Concessionária Local?

☐ Não ☒ Sim. (Ir para item 6.3)

6.1.1 Se Não, o preenchimento do quadro a seguir é obrigatório.

Ato Autorizativo	Número

6.2 Há/ haverá captação de água superficial em Área de Conflito por uso de recursos hídricos?

☐ Não ☐ Sim. Nº da DAC/IGAM:

6.3 Faz uso de Autorização / Regularização para Intervenção Ambiental?

☒ Não ☐ Sim. Nº do (s) certificado (s):



7. Declarações

- DECLARO, sob as penas da lei, que o empreendimento está apto a ser instalado, e somente operará com todos os sistemas de controle, devendo seguir todos os parâmetros e condições ambientais legalmente vigentes, dispondo de sistemas de gerenciamento dos aspectos ambientais, incluindo o controle de ruídos, de emissões atmosféricas, de efluentes líquidos e de resíduos sólidos, bem como a reabilitação de áreas degradadas.

- DECLARO, sob as penas da lei, que as informações prestadas são verdadeiras e que estou ciente de que a falsidade na prestação destas informações constitui crime, na forma do artigo 299, do código penal (pena de reclusão de 1 a 5 anos e multa), c/c artigo 3º da Lei de crimes ambientais, c/c artigo 19, §3º, item 5, do Decreto 39.424/98, c/c artigo 19 da Resolução CONAMA 237/97.

10/05/2018

Paulo Emílio Guimarães Filho

Data

Nome legível do responsável pelo preenchimento de

Paulo Emílio Guimarães Filho
12331
DTEIS/ANVISA

8. Relação de documentos

Os documentos listados na Tela 8 tem caráter orientativo e a listagem definitiva será encaminhada pela Supram responsável para o e-mail informado no sistema de requerimento.



ORIENTAÇÃO PARA FORMALIZAÇÃO DE PROCESSO

Identificação do empreendimento a ser licenciado

Empreendedor: Copasa Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais S/A

Empreendimento: Estação de Tratamento de Esgoto - ETE Monte Formoso

Município: Monte Formoso

Classe do empreendimento: 2

Modalidade do licenciamento ambiental: LAS - RAS.

Documentação necessária (apenas aqueles assinalados com x)

- ☐ Anuência da Agência Municipal ou Metropolitana.
- ☐ Anuência do órgão competente por proteger bem cultural acautelado.
- ☒ Arquivo shapefile do polígono do empreendimento.
- ☐ Auto de vistoria do corpo de bombeiros (AVCB).
- ☐ Autorização da Fundação Cultural Palmares.
- ☐ Autorização da Fundação Nacional do Índio (FUNAI).
- ☐ Certidão da JUCEMG ou SEFAZ, atestando ser microempresa ou microempreendedor individual.
- ☒ Certidão de Registro do Imóvel destinado ao empreendimento.
- ☐ Certificado Ambiental das empresas receptoras de resíduos perigosos.
- ☐ Certificado de Regularidade no Cadastro Técnico Federal.
- ☒ CNPJ e contrato social (atualizado) da empresa requerente.
- ☐ Contrato de arrendamento/Comodato.
- ☐ Cópia Termo de compromisso com o IEF para recuperação/compensação de área.
- ☐ Cópia da autorização para intervenção em recurso hídrico (do certificado de outorga, do cadastro ou da certidão).
- ☐ Cópia do Documento Autorizativo para Intervenção Ambiental (DAIA).
- ☐ Cópia do Estatuto Social atualizado, atestando ser o empreendedor
- ☐ Cópia da Portaria do Instituto Estadual de Florestas reconhecendo a criação de Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN).
- ☒ CPF e Carteira de Identidade do Requerente.
- ☒ DAE (taxa de licenc.) e seu comprovante de pagamento.
- ☐ Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP).
- ☐ Declaração de Inexistência de Áreas Suspeitas de Contaminação ou Contaminadas OU Protocolo para Cadastro de Áreas Suspeitas de Contaminação ou Contaminadas
- ☐ Declaração de posse do imóvel ou carta de anuência.
- ☒ Declaração Municipal (uso e ocupação do solo).
- ☐ Descrição dos produtos/resíduos a serem transportados.
- ☐ Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) com ART.
- ☐ Estudo referente a critério locacional (Captação de água superficial em Área de Conflito por uso de recursos hídricos).
- ☐ Estudo referente a critério locacional (cavidades).
- ☐ Estudo referente a critério locacional (Corredor Ecológico).
- ☐ Estudo referente a critério locacional (curso d'água de classe especial).
- ☐ Estudo referente a critério locacional (Reserva da Biosfera).
- ☐ Estudo referente a critério locacional (Sítos Ramsar).
- ☐ Estudo referente a critério locacional (Unidade de Conservação de Proteção Integral).
- ☐ Estudo referente a critério locacional (Unidade de Conservação de Uso Sustentável).
- ☐ Estudo referente a critério locacional (Zona de Amortecimento de Unidade de Conservação de Proteção Integral).
- ☒ FCE - Formulário de Caracterização do Empreendimento. (Arquivo assinado, digitalizado).
- ☒ FCE - Formulário de Caracterização do Empreendimento. (Planilha completa do excel em xlsx.)



- | | |
|-------------------------------------|---|
| <input checked="" type="checkbox"/> | Orientação para formalização de processo de licenciamento ambiental (FOB). |
| <input type="checkbox"/> | Parecer do III Comando Aéreo Regional. |
| <input type="checkbox"/> | Plano de Controle Ambiental (PCA) com ART. |
| <input type="checkbox"/> | Plano de Emergência Ambiental, acompanhado de ART. |
| <input checked="" type="checkbox"/> | Procuração ou equivalente de quem assina o FCE. |
| <input checked="" type="checkbox"/> | Relatório Ambiental Simplificado (RAS). |
| <input type="checkbox"/> | Relatório Ambiental Simplificado (RAS) de Renovação. |
| <input type="checkbox"/> | Relatório de Avaliação de Desempenho Ambiental (RADA). |
| <input type="checkbox"/> | Relatório de Controle Ambiental (RCA) com ART. |
| <input type="checkbox"/> | Relatório de Cumprimento de condicionantes, com as justificativa de descumprimento. |
| <input type="checkbox"/> | Relatório técnico do teste de estanqueidade com ART. |





SECRETARIA DE ESTADO DE
FAZENDA DE MINAS GERAIS

DOCUMENTO DE ARRECAÇÃO ESTADUAL -

Nome:

COPANOR-COPASA SERVICOS DE SAN INT DO NOR E NOR DE MG S/A

Endereço:

Município:

TEOFILO OTONI

UF:

MG

Telefone

Validade

10/07/2019

Tipo de Identificação

1 - INSCRIÇÃO ESTADUAL
2 - INSCRIÇÃO DE PRODUTOR RURAL
3 - CNPJ

4 - CPF
5 - OUTROS
6 - RELATÓRIO

Tipo

3

Número Identificação

09.104.426/0001-60

Código Município

686

Mês Ano de Referência

01 a 31/07/2019

Nº Documento (autuação, dívida ativa e parcelamento)

5200906601579

Histórico:

Orgão: SECRETARIA ESTADO MEIO AMBIENTE E

Serviço: ANALISE RECURSO INTERPOSTO - AUTO DE INFRAÇÃO

Receita

1081-6 TAXA EXPEDIENTE - SEMAD

Valor

283,86

TOTAL

283,86

Informações Complementares:

AUTO DE INFRAÇÃO Nº 83223/2018 - LOCALIDADE: MONTE FORMOSO/MG

Em caso de dúvida quanto ao DAE procure a(o) SECRETARIA ESTADO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL

Pague nos bancos: BRADESCO - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - MERCANTIL DO BRASIL - SANTANDER - SICOOB

Pague também nos correspondentes bancários: Agências Lotéricas; MaisBB e Banco Postal

Sr. Caixa, este documento deve ser recebido exclusivamente pela leitura do código de barras ou linha digital.

Linha Digital: 85600000002 1 83860213190 9 71012520090 1 66015790137 3

Autenticação

TOTAL

R\$

283,86

DAE MOD.06.01.11

85600000002 1 83860213190 9 71012520090 1 66015790137 3



SECRETARIA DE ESTADO DE
FAZENDA DE MINAS GERAIS

DOCUMENTO DE ARRECAÇÃO ESTADUAL -

Nome:

COPANOR-COPASA SERVICOS DE SAN INT DO NOR E NOR DE MG S/A

Endereço:

Município:

TEOFILO OTONI

UF:

MG

Telefone

Validade

10/07/2019

Tipo de Identificação

1 - INSCRIÇÃO ESTADUAL
2 - INSCRIÇÃO DE PRODUTOR RURAL
3 - CNPJ

4 - CPF
5 - OUTROS
6 - RELATÓRIO

Tipo

3

Número Identificação

09.104.426/0001-60

Código Município

686

Número do Documento

5200906601579

Receita

R\$

283,86

Multa

R\$

Juros

R\$

TOTAL

R\$

283,86

DAE MOD.06.01.11





Emissão de comprovantes autorizados

G338271358654223010
27/06/2019 14:04:32

SISBB - SISTEMA DE INFORMACOES BANCO DO BRASIL
27/06/2019 - AUTOATENDIMENTO - 14.04.32
3308103308 SEGUNDA VIA 0021

COMPROVANTE DE PAGAMENTO

CLIENTE: COPANOR
AGENCIA: 3308-1 CONTA: 5.601-4

Convenio SECRET. FAZENDA MG
Codigo de Barras 85600000002-1 83860213190-9
71012520090-1 56015790137-3
Data do pagamento 27/06/2019
Valor Total 283,86

DOCUMENTO: 062761
AUTENTICACAO SISBB: E.F74.6D3.2A6.A2A.506



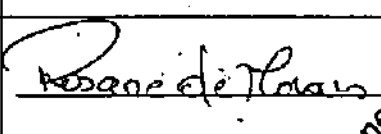


Governo do Estado de Minas Gerais
Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Superintendência Regional de Meio Ambiente - Jequitinhonha
Diretoria Regional de Controle Processual
Núcleo de Autos de Infração

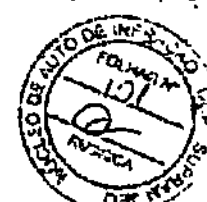
PARECER ÚNICO

Nº 719/2019	
Auto de Infração: 083223/2018	Processo Administrativo: 508576/2018
Embasamento Legal: Art. 83, anexo I, código 122 e código 116 do Decreto Estadual 44.844/2008.	

Autuado: Copanor - Copasa Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais S/A	CPF/CNPJ: 09.104.426/0001-60
Município: Monte Formoso, Minas Gerais	Zona:
Bacia Federal:	Bacia Estadual:
BO nº M5018-2018-00200072	Data: 10/01/2018

Equipe Interdisciplinar	MASP	Assinatura-
Rosane de Moraes Coordenadora do Núcleo de Autos de Infração	1.137.380-0	
De acordo: Wesley Alexandre de Paula Diretor Regional de Controle Processual	1.107.056-2	

Rosane de Moraes
MÉDIA AMBIENTAL MASP - JEQ
SISTEMA JEQUITINHONHA





Governo do Estado de Minas Gerais
Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Superintendência Regional de Meio Ambiente – Jequitinhonha
Diretoria Regional de Controle Processual
Núcleo de Autos de Infração

EMENTA: CAUSAR POLUIÇÃO DE QUALQUER NATUREZA QUE RESULTE OU POSSA RESULTAR EM DANO AOS RECURSOS HÍDRICOS, AS ESPÉCIES VEGETAIS E ANIMAIS, AOS ECOSSISTEMAS E HABITATS, OU QUE PREJUDIQUE A SAÚDE, A SEGURANÇA E O BEM ESTAR DA POPULAÇÃO. DESCUMPRIR DELIBERAÇÃO DO COPAM (DELIBERAÇÃO NORMATIVA COPAM Nº 128/2008).

I – Relatório:

Trata-se, o caso em tela, de autuação à Copanor – Copasa Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais S/A por causar lançamento de esgoto in natura direto no curso d'água, causando poluição que resulta em dano aos recursos hídricos, as espécies vegetais e animais, aos ecossistemas e habitats, ou que prejudique a saúde, a segurança e o bem estar da população.

Houve também a infração tipificada no código 116 por descumprir deliberação Normativa do nº 128/2008.

Tal conduta configura infração administrativa a teor do que determina o art. 83, anexo I, código 122 e código 116 do Decreto Estadual 44.844/2008.

Por conseguinte, foi aplicada a penalidade de multa simples no importe de R\$ 35.887,04 (trinta e cinco mil oitocentos e oitenta e sete reais e quatro centavos).

No dia 10 de junho de 2019 foi proferida decisão pela Superintendente Regional de Meio Ambiente Jequitinhonha, nos termos do art. 59 parágrafo único do Decreto nº 47.042/2016, onde confirma as recomendações do Parecer Técnico, quais sejam:

- Não acatar os argumentos apresentados na defesa administrativa face a ausência de fundamentos técnicos e jurídicos capazes de descaracterizar o respectivo Auto de Infração;
- Manter a penalidade de multa simples no valor de R\$35.887,04 (trinta e cinco mil oitocentos e oitenta e sete reais e quatro centavos) mais juros incidentes desde da constituição do débito.

Inconformada com a decisão que julgou improcedente as alegações da defesa e manteve as penalidades aplicadas no auto de infração nº 083223/2018, a Copanor – Copasa Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais S/A protocolizou tempestivamente em 12/07/2019 recurso administrativo, nos termos do art. 66 do Decreto, 47.383/2018, através do qual alega em síntese:



Governo do Estado de Minas Gerais
Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Superintendência Regional de Meio Ambiente – Jequitinhonha
Diretoria Regional de Controle Processual
Núcleo de Autos de Infração

- Que a recorrente foi autuada sob o argumento de violação do disposto no art. 83, anexo I, código 122 e código 116 do Decreto Estadual 44.844/2008, com aplicação de multa no valor de R\$ 35.887,04 (trinta e cinco mil oitocentos e oitenta e sete reais e quatro centavos) por supostamente causar poluição de qualquer natureza que resulte ou possa resultar em dano aos recursos hídricos, às espécies vegetais e animais, aos ecossistemas e habitats, ou que prejudique a saúde, a segurança e o bem estar da população. Descumprir deliberação do Copam (deliberação normativa nº 128/2008).;
- Que há ilegalidade quanto à exigência de taxa de expediente para análise do recurso;
- Que há nulidade no Auto de Infração ante ao vício formal no que diz respeito à questão da legalidade, o indicativo de Decreto e não, de lei;
- Que há descabimento de aplicação de penalidade à Copanor;
- Nulidade do Auto de Infração por inadequação típica no que tangê à conduta do art. 83, anexo I, código 116 do Decreto Estadual 44.844/2008.

É o relatório.

II - Fundamento:

Inicialmente, cumpre ressaltar que o recurso apresentado é tempestivo nos termos do art. 66 e que preenche todos os requisitos formais elencados no art. 66 do Decreto de nº. 47.383/2018.

Em análise a documentação constante dos autos do processo ora em comento, verifica-se que não foram apresentadas pelo recorrente alegações ou documentos capazes de descaracterizar as infrações imputadas ao empreendimento.

Preliminarmente, a Copanor alega que há ilegalidade quanto à exigência de taxa de expediente para análise do recurso.

Em dezembro de 2018, foi publicado o Decreto Estadual nº 47.577/2018, que dispõe sobre a exigibilidade e a cobrança das taxas de expediente relativas a atos de autoridade administrativa da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, do Instituto Estadual de Florestas, do Instituto Mineiro de Gestão das Águas e da Fundação Estadual do Meio Ambiente.

A incidência e o fato gerador da referida Taxa de Expediente foram, portanto, regulamentados pelo art. 2º do referido Decreto 47.577/2018, que assim dispõe:





Governo do Estado de Minas Gerais
Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Superintendência Regional de Meio Ambiente – Jequitinhonha
Diretoria Regional de Controle Processual
Núcleo de Autos de Infração

*“Art. 2º – As taxas de expediente relativas a atos de autoridade administrativa :
da Semad, do IEF, do Igam e da Feam, de que trata o item 6 da Tabela A do
RTE, têm como fato gerador:*

- o exercício regular do poder de polícia conferido a esses órgãos sobre as
atividades previstas no referido item, praticadas por pessoas físicas ou
jurídicas, visando à proteção e à conservação do meio-ambiente e dos recursos
hídricos;*
- a utilização, efetiva ou potencial, dos serviços públicos previstos no referido
item.”*

Desse modo, a análise de impugnação e dos recursos interpostos no âmbito do processo administrativo ambiental de natureza contenciosa cujo valor do crédito estadual seja igual ou superior a 1.661 (um mil, seiscentos e sessenta e uma) Ufemgs fica condicionada ao pagamento da taxa de expediente a que referem os itens 7.30.1 e 7.30.2 da referida tabela, constante da Lei nº 6.763/1975.

Conforme expressamente previsto no referido art. 14 do Decreto Estadual nº 47.387/2018 e art. 3º do 47577/2018, a comprovação do pagamento da taxa de expediente deverá ser realizada no momento da apresentação da defesa.

Inferi também discorrer que na Lei Estadual nº 14.184/2002 – que dispõe sobre o processo administrativo no âmbito da Administração Pública de Minas Gerais – há literal previsão normativa acerca da possibilidade de cobrança de despesas processuais desde que previstas em lei. Vejamos o que revela o art. 5º da referida lei:

*“Art. 5º Em processo administrativo serão observados, dentre outros, os
seguintes critérios:*

(...)

*IX – proibição de cobrança de despesas processuais, ressalvadas as exigidas em
lei;”*

Nota-se a possibilidade da cobrança de despesas processuais na esfera processual administrativa, desde que haja previsão legal. Ora, pela menção de toda a cadeia normativa que fundamenta sua validade e eficácia já aqui descrita, há de se considerar que o tributo é notadamente legal, da mesma forma que se sustenta pelos casos que foram objetos de apreciação pelos tribunais pátrios onde, para aqueles considerados inconstitucionais, não guarda qualquer equivalência.



Governo do Estado de Minas Gerais
Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Superintendência Regional de Meio Ambiente – Jequitinhonha
Diretoria Regional de Controle Processual
Núcleo de Autos de Infração

Por todo exposto, a cobrança da taxa de expediente como fundamento para análise das defesas e recursos administrativos não apenas possui amparo nas legislações supramencionadas, como decorre de determinação legal, a qual a administração pública não pode ignorar, sob pena de flagrante desrespeito ao princípio constitucional da legalidade.

Ademais, a competência do Estado para instituição de taxas foi conferida pela própria Constituição Federal, não sendo cabível, portanto, a alegação da impetrante de inconstitucionalidade da cobrança da referida taxa de expediente.

Importante ressaltar que a taxa de expediente não está abarcada na vedação constante da Súmula Vinculante 21 do STF, a qual dispõe ser "inconstitucional a exigência de depósito ou arrolamento prévios de dinheiro ou bens para admissibilidade de recurso administrativo".

A referida súmula veda a exigência de depósito prévio de percentual do valor do tributo cobrado ou de multa como condição de exigibilidade de recursos em sede administrativa.

A taxa de expediente, além de ser um tributo estadual previsto na legislação vigente, possui um valor fixo previamente estabelecido pela Lei Estadual nº 6.763/1975, em nada se confundindo, portanto, com a exigência de depósito prévio de parte do valor da multa aplicada. Desse modo, é possível afirmar a vidente constitucionalidade da cobrança de taxa de expediente para análise de defesas e recursos administrativos.

Tal entendimento encontra respaldo em decisão proferida pela ministra do STF, nos autos da Ação Reclamatória nº 25511/CE, senão vejamos:

"Ao exame dos aludidos precedentes, esta Corte analisou a constitucionalidade da exigência do depósito prévio de percentual do valor do tributo cobrado ou de multa como condição de exigibilidade de recursos em sede administrativa.

A moldura delineada na presente reclamação, por sua vez, não diz com a exigência de depósito prévio; mas com a cobrança da denominada "Taxa de Fiscalização e Prestação de Serviço Público – Julgamento do Contencioso Administrativo Fiscal", espécie tributária instituída pela Lei Estadual nº 15.838/15, a qual tem como fato gerador "a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição". Confira-se:

"Art. 1º A Taxa de Fiscalização e Prestação de Serviço Público tem como fato gerador:





Governo do Estado de Minas Gerais
Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Superintendência Regional de Meio Ambiente – Jequitinhonha
Diretoria Regional de Controle Processual
Núcleo de Autos de Infração

I - o exercício regular do poder de polícia;

II - a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição." (RCL 25511/CE, Rel. Min. Rosa Weber, STF 09.12.2016).

"EMENTA: AGRAVO INTERNO. MANDADO DE SEGURANÇA. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO RELEVANTE. LIMINAR NÃO CONCEDIDA. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

1. O Agravo Interno foi interposto com o objetivo de modificar a decisão interlocutória que concluiu pela inexistência de fundamento relevante que justificasse a concessão da liminar nos autos do Mandado de Segurança.

2. O fundamento relevante e a possibilidade concreta de que a eficácia da medida reste comprometida se deferida tão somente ao fim da demanda são os requisitos que devem estar presentes para a concessão da liminar.

3. Após análise dos autos, verificou-se que não restou demonstrado fundamento relevante que justifique a concessão da medida liminar, sobretudo, porque a Lei 15.838/2015 que instituiu a taxa ora impugnada está em plena vigência.

4. A lei goza, no ordenamento jurídico brasileiro, da "presunção" de constitucionalidade, assim como os atos administrativos gozam da presunção de legalidade, logo não é possível, em juízo de sumária cognição, afastar a cobrança da Taxa de Fiscalização e Prestação de Serviço Público realizada pelo Estado do Ceará em face da prestação de serviço público.

5. Os agravantes não trouxeram argumentos novos que justifiquem a modificação da decisão interlocutória que concluiu pela ausência de fundamentação relevante.

6. Agravo Interno conhecido e não provido."

3. Ante o exposto, ausente identidade material entre os atos confrontados, forte no art. 21, § 1º, do RISTF, nego seguimento à presente reclamação, restando prejudicado o exame do pedido liminar." (RCL 25511/CE, Rel. Min. Rosa Weber, STF 09.12.2016).

Consoante, como é sabido, os Decretos regulamentares são normas jurídicas expedidas pelo Chefe do Poder Executivo com a função de pormenorizar e desenvolver as disposições gerais e abstratas da lei, viabilizando sua aplicação em casos específicos.

O princípio da legalidade, por sua vez, que está consubstanciado no artigo 5º, II, da Constituição Federal, que assim dispõe: "ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei, não é violado pelo definido nos regulamentos. Este princípio tem como objetivo estabelecer limites ao Poder Executivo e proteger o cidadão,



Governo do Estado de Minas Gerais
Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Superintendência Regional de Meio Ambiente – Jequitinhonha
Diretoria Regional de Controle Processual
Núcleo de Autos de Infração

garantindo que as prescrições gerais sejam fixadas pelo Poder Legislativo como fruto da manifestação das diversas posições da sociedade.

Uma vez estabelecidas, por lei, obrigações e regras para o uso dos bens ambientais, cabe ao Poder Público, com o escopo de viabilizar o exercício do poder de polícia pelos órgãos competentes, minudenciar os preceitos gerais, de forma a regular a atuação da Administração, sempre em consonância com o princípio da legalidade, cujo conteúdo, em sua aplicação aos órgãos públicos, é consubstanciado na noção que o administrador só pode fazer aquilo que a lei – em sentido amplo – permite.

Em Minas Gerais, é a Lei Estadual nº 7.772/1980 que define, no seu Capítulo VI, as penalidades relativas às infrações às normas de proteção ao meio ambiente e que prevê, expressamente, inclusive, no §2º do art. 15, que o regulamento da lei detalhará o procedimento administrativo de fiscalização, de aplicação de sanções e a tipificação das infrações. Vejamos:

“Art. 15. As infrações às normas de proteção ao meio ambiente e aos recursos hídricos, classificadas em leves, graves e gravíssimas a critério do Copam e do Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERH, serão punidas nos termos desta Lei.

[...]

§ 2º O regulamento desta Lei detalhará:

- I - o procedimento administrativo de fiscalização;**
- II - o procedimento administrativo, as hipóteses e os critérios para aplicação de sanções;**
- III - a tipificação e a classificação das infrações às normas de proteção ao meio ambiente e aos recursos hídricos;**
- IV - a competência e o procedimento para elaboração das normas técnicas complementares”.**



Dessa forma, o Decreto Estadual nº 44.844/2008, ao tipificar e classificar as infrações às normas de proteção ao meio ambiente e aos recursos hídricos e estabelecer procedimentos administrativos de fiscalização e aplicação das penalidades, o faz em total obediência à lei, bem como a toda a legislação ambiental pátria. O Decreto em tela, ao prescrever as sanções administrativas tipificadas no art.83, Anexo I, Códigos 122 e 116, concretizou o dever jurídico previsto em lei stricto sensu, em total consonância com o princípio da legalidade.

Dessa forma, o Auto de Infração em tela, atendeu perfeitamente as diretrizes do art. 27, incisos I e II do que previa o Decreto Estadual nº 44.844/2008, com a menção clara e

R



Governo do Estado de Minas Gerais
Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Superintendência Regional de Meio Ambiente – Jequitinhonha
Diretoria Regional de Controle Processual
Núcleo de Autos de Infração

precisa das normas que embasaram a aplicação da sanção administrativa. Afasta-se, por consequência, a alegação de violação ao disposto no art. 31, III do Decreto em testilha.

Ressalte-se que a lei de infringência da presente autuação é a Lei Estadual nº 7.772/1980, que dispõe sobre a proteção, conservação e melhoria do meio ambiente.

Sem razão a Autuada, quanto à alegação de descabimento da penalidade aplicada, sob a justificativa de que o serviço de esgotamento sanitário é natureza complexa e envolve várias etapas, e que, para a execução de suas obras deve-se observar as regras estabelecidas pelo Lei Federal nº 8.66/1993, e que a COPANOR vem envidando esforços para concluir as obras, vez que tal justificativa não se presta como excludente da infração ambiental praticada, pois, o nosso ordenamento jurídico não permite o lançamento de esgotos sanitários em cursos d'água sem prévio tratamento.

Em Minas Gerais a Lei nº 2.126/1960 e suas alterações, que estabelece normas para o lançamento de esgotos e resíduos industriais nos cursos de água, é claro, quando dispõe:

"Art. 1º - Fica proibido, a partir da data da publicação desta lei, em todo o território do Estado de Minas Gerais, lançar nos cursos de água - córregos, ribeirões, rios, lagos, lagoas e canais, por meio de canalização direta ou indireta, de derivação ou de depósito em local que possa ser arrastado pelas águas pluviais ou pelas enchentes, sem tratamento prévio e instalações adequadas, qualquer resíduo industrial em estado sólido, líquido ou gasoso, e qualquer tipo de esgoto sanitário proveniente de centro urbano ou de agrupamento de população."

No tocante ao ente federal podemos citar o disposto no art. 3º da Resolução CONAMA nº 430/2011, que dispõe sobre condições, parâmetros, padrões e diretrizes para gestão do lançamento de efluentes em corpos de água receptores, in verbis:

"Art. 3º - Os efluentes de qualquer fonte poluidora somente poderão ser lançados diretamente nos corpos receptores após o devido tratamento e desde que obedeçam às condições, padrões e exigências dispostos nesta Resolução e em outras normas aplicáveis"

Portanto, mostra-se perfeitamente cabível e razoável a autuação por lançamento de esgoto sanitário em curso d'água sem qualquer tipo de tratamento prévio.

Também, não pode prosperar a alegação de cumprimento do prazo estabelecido pela Deliberação Normativa COPAM nº 128/2008, que alterou os prazos previstos pela Deliberação Normativa COPAM nº 96/2006, para que os municípios regularizassem ambientalmente os seus sistemas de tratamento de esgoto, que no caso de Monte Formoso, seria até março de 2017, vez que até a data da autuação (19/01/2018) não estava com o seu sistema totalmente instalado e operando, o que também, já tinha sido constatado em vistoria realizada pela FEAM no ano de 2014, onde foi constatado que a ETE estava inoperante, atendendo 0% (zero por cento) da população urbana.



Governo do Estado de Minas Gerais
Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Superintendência Regional de Meio Ambiente – Jequitinhonha
Diretoria Regional de Controle Processual
Núcleo de Autos de Infração

Tal situação é contrária ao disposto no art. 2º da Deliberação Normativa COPAM nº 96/2006, que determinou aos municípios convocados a implantar sistema de tratamento de esgotos com eficiência mínima de 60% e que atenderiam no mínimo 80% da população urbana.

As imagens abaixo de documentos que instruíram o Processo Administrativo nº 33903/2013/001/2013; que ensejou na emissão da AAF nº 06773/2013, não deixam qualquer dúvida sobre essa situação.

Supra - 1/10

06/10/2013 15:11

06/10/2013 15:11

RELATÓRIO DE VISTORIA

FEAM/GEDEF 36 2014

Página 01 de 01

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SISTEMA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Superintendência Regional de Meio Ambiente - CUM

COMPANHIA DE VISTORIA

☒ AAF ☐ Licenciamento ☐ APEP ☐ Outros ☐ Não há processo

PROCESSO COPAM Nº 33903/2013/001/2013

NOME / RAZÃO SOCIAL COPANOR

X CNPJ / CPT 09.104.426/0001-60

NOME FANTASIA

ENDERECO (Rua, Av, Rodovia etc.) Rua José Pontes Nº 40

COMPLEMENTO Bairro: Bela Vista DISTRITO OU LOCALIDADE

MUNICÍPIO Monte Formoso UF MG CEP

CAIXA POSTAL TELEFONE (11) 3745-8015 FAX (11)

ENDERECO (Rua, Av, Rodovia etc.) Fazenda Antão Padua Nº 40

MUNICÍPIO Monte Formoso UF MG CEP

EMPRESA INDICADA

TELEFONE (11) FAX (11) E-MAIL: LIAZ.ANTONIO@GMAIL.COM

Assinatura (nome e sobrenome): ☒ SAG 01 ☒ MAG 01 ☐ CORRIGIDO ALECKE

Forma: ☐ Lento ☐ Rápido

Letra: ☐ 24 ☐ 36 ☐ 48 ☐ 60 ☐ 72 ☐ 84 ☐ 96 ☐ 108 ☐ 120 ☐ 144 ☐ 168 ☐ 192 ☐ 216 ☐ 240 ☐ 270 ☐ 300 ☐ 324 ☐ 360 ☐ 396 ☐ 432 ☐ 468 ☐ 504 ☐ 540 ☐ 576 ☐ 612 ☐ 648 ☐ 684 ☐ 720 ☐ 756 ☐ 792 ☐ 828 ☐ 864 ☐ 900 ☐ 936 ☐ 972 ☐ 1008 ☐ 1044 ☐ 1080 ☐ 1116 ☐ 1152 ☐ 1188 ☐ 1224 ☐ 1260 ☐ 1296 ☐ 1332 ☐ 1368 ☐ 1404 ☐ 1440 ☐ 1476 ☐ 1512 ☐ 1548 ☐ 1584 ☐ 1620 ☐ 1656 ☐ 1692 ☐ 1728 ☐ 1764 ☐ 1800 ☐ 1836 ☐ 1872 ☐ 1908 ☐ 1944 ☐ 1980 ☐ 2016 ☐ 2052 ☐ 2088 ☐ 2124 ☐ 2160 ☐ 2196 ☐ 2232 ☐ 2268 ☐ 2304 ☐ 2340 ☐ 2376 ☐ 2412 ☐ 2448 ☐ 2484 ☐ 2520 ☐ 2556 ☐ 2592 ☐ 2628 ☐ 2664 ☐ 2700 ☐ 2736 ☐ 2772 ☐ 2808 ☐ 2844 ☐ 2880 ☐ 2916 ☐ 2952 ☐ 2988 ☐ 3024 ☐ 3060 ☐ 3096 ☐ 3132 ☐ 3168 ☐ 3204 ☐ 3240 ☐ 3276 ☐ 3312 ☐ 3348 ☐ 3384 ☐ 3420 ☐ 3456 ☐ 3492 ☐ 3528 ☐ 3564 ☐ 3600 ☐ 3636 ☐ 3672 ☐ 3708 ☐ 3744 ☐ 3780 ☐ 3816 ☐ 3852 ☐ 3888 ☐ 3924 ☐ 3960 ☐ 3996 ☐ 4032 ☐ 4068 ☐ 4104 ☐ 4140 ☐ 4176 ☐ 4212 ☐ 4248 ☐ 4284 ☐ 4320 ☐ 4356 ☐ 4392 ☐ 4428 ☐ 4464 ☐ 4500 ☐ 4536 ☐ 4572 ☐ 4608 ☐ 4644 ☐ 4680 ☐ 4716 ☐ 4752 ☐ 4788 ☐ 4824 ☐ 4860 ☐ 4896 ☐ 4932 ☐ 4968 ☐ 5004 ☐ 5040 ☐ 5076 ☐ 5112 ☐ 5148 ☐ 5184 ☐ 5220 ☐ 5256 ☐ 5292 ☐ 5328 ☐ 5364 ☐ 5400 ☐ 5436 ☐ 5472 ☐ 5508 ☐ 5544 ☐ 5580 ☐ 5616 ☐ 5652 ☐ 5688 ☐ 5724 ☐ 5760 ☐ 5796 ☐ 5832 ☐ 5868 ☐ 5904 ☐ 5940 ☐ 5976 ☐ 6012 ☐ 6048 ☐ 6084 ☐ 6120 ☐ 6156 ☐ 6192 ☐ 6228 ☐ 6264 ☐ 6300 ☐ 6336 ☐ 6372 ☐ 6408 ☐ 6444 ☐ 6480 ☐ 6516 ☐ 6552 ☐ 6588 ☐ 6624 ☐ 6660 ☐ 6696 ☐ 6732 ☐ 6768 ☐ 6804 ☐ 6840 ☐ 6876 ☐ 6912 ☐ 6948 ☐ 6984 ☐ 7020 ☐ 7056 ☐ 7092 ☐ 7128 ☐ 7164 ☐ 7200 ☐ 7236 ☐ 7272 ☐ 7308 ☐ 7344 ☐ 7380 ☐ 7416 ☐ 7452 ☐ 7488 ☐ 7524 ☐ 7560 ☐ 7596 ☐ 7632 ☐ 7668 ☐ 7704 ☐ 7740 ☐ 7776 ☐ 7812 ☐ 7848 ☐ 7884 ☐ 7920 ☐ 7956 ☐ 7992 ☐ 8028 ☐ 8064 ☐ 8100 ☐ 8136 ☐ 8172 ☐ 8208 ☐ 8244 ☐ 8280 ☐ 8316 ☐ 8352 ☐ 8388 ☐ 8424 ☐ 8460 ☐ 8496 ☐ 8532 ☐ 8568 ☐ 8604 ☐ 8640 ☐ 8676 ☐ 8712 ☐ 8748 ☐ 8784 ☐ 8820 ☐ 8856 ☐ 8892 ☐ 8928 ☐ 8964 ☐ 9000 ☐ 9036 ☐ 9072 ☐ 9108 ☐ 9144 ☐ 9180 ☐ 9216 ☐ 9252 ☐ 9288 ☐ 9324 ☐ 9360 ☐ 9396 ☐ 9432 ☐ 9468 ☐ 9504 ☐ 9540 ☐ 9576 ☐ 9612 ☐ 9648 ☐ 9684 ☐ 9720 ☐ 9756 ☐ 9792 ☐ 9828 ☐ 9864 ☐ 9900 ☐ 9936 ☐ 9972 ☐ 10000

FORMULÁRIO PARA VERIFICAÇÃO DAS CONDIÇÕES OPERACIONAIS DO SISTEMA DE TRATAMENTO DE ESGOTOS

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1. Nome do ETE ETE Monte Formoso

1.2. Responsável pelo sistema de tratamento de esgotos

☐ Prefeitura ☐ Companhia ☐ SAA ☒ Outra, Especificar: COPANOR

1.3. Percentual de população urbana atendida pelo sistema de esgotos: 100%

1.4. Percentual da população urbana atendida por tratamento de esgotos: 0%

1.5. Para o sistema de esgotos, indicar o tipo de ETE: 0%

1.6. Local de lançamento de efluentes tratados: Curso Antão Padua

2. CONDIÇÃO DA ETE

2.1. Descrição do sistema de tratamento de esgotos

2.2. Descrição do sistema de tratamento de esgotos

2.3. Descrição do sistema de tratamento de esgotos

2.4. Descrição do sistema de tratamento de esgotos

2.5. Descrição do sistema de tratamento de esgotos

2.6. Descrição do sistema de tratamento de esgotos

2.7. Descrição do sistema de tratamento de esgotos

2.8. Descrição do sistema de tratamento de esgotos

2.9. Descrição do sistema de tratamento de esgotos

2.10. Descrição do sistema de tratamento de esgotos

2.11. Descrição do sistema de tratamento de esgotos

2.12. Descrição do sistema de tratamento de esgotos

2.13. Descrição do sistema de tratamento de esgotos

2.14. Descrição do sistema de tratamento de esgotos

2.15. Descrição do sistema de tratamento de esgotos

2.16. Descrição do sistema de tratamento de esgotos

2.17. Descrição do sistema de tratamento de esgotos

2.18. Descrição do sistema de tratamento de esgotos

2.19. Descrição do sistema de tratamento de esgotos

2.20. Descrição do sistema de tratamento de esgotos

2.21. Descrição do sistema de tratamento de esgotos

2.22. Descrição do sistema de tratamento de esgotos

2.23. Descrição do sistema de tratamento de esgotos

2.24. Descrição do sistema de tratamento de esgotos

2.25. Descrição do sistema de tratamento de esgotos

2.26. Descrição do sistema de tratamento de esgotos

2.27. Descrição do sistema de tratamento de esgotos

2.28. Descrição do sistema de tratamento de esgotos

2.29. Descrição do sistema de tratamento de esgotos

2.30. Descrição do sistema de tratamento de esgotos

2.31. Descrição do sistema de tratamento de esgotos

2.32. Descrição do sistema de tratamento de esgotos

2.33. Descrição do sistema de tratamento de esgotos

2.34. Descrição do sistema de tratamento de esgotos

2.35. Descrição do sistema de tratamento de esgotos

2.36. Descrição do sistema de tratamento de esgotos

2.37. Descrição do sistema de tratamento de esgotos

2.38. Descrição do sistema de tratamento de esgotos

2.39. Descrição do sistema de tratamento de esgotos

2.40. Descrição do sistema de tratamento de esgotos

2.41. Descrição do sistema de tratamento de esgotos

2.42. Descrição do sistema de tratamento de esgotos

2.43. Descrição do sistema de tratamento de esgotos

2.44. Descrição do sistema de tratamento de esgotos

2.45. Descrição do sistema de tratamento de esgotos

2.46. Descrição do sistema de tratamento de esgotos

2.47. Descrição do sistema de tratamento de esgotos

2.48. Descrição do sistema de tratamento de esgotos

2.49. Descrição do sistema de tratamento de esgotos

2.50. Descrição do sistema de tratamento de esgotos

2.51. Descrição do sistema de tratamento de esgotos

2.52. Descrição do sistema de tratamento de esgotos

2.53. Descrição do sistema de tratamento de esgotos

2.54. Descrição do sistema de tratamento de esgotos

2.55. Descrição do sistema de tratamento de esgotos

2.56. Descrição do sistema de tratamento de esgotos

2.57. Descrição do sistema de tratamento de esgotos

2.58. Descrição do sistema de tratamento de esgotos

2.59. Descrição do sistema de tratamento de esgotos

2.60. Descrição do sistema de tratamento de esgotos

2.61. Descrição do sistema de tratamento de esgotos

2.62. Descrição do sistema de tratamento de esgotos

2.63. Descrição do sistema de tratamento de esgotos

2.64. Descrição do sistema de tratamento de esgotos

2.65. Descrição do sistema de tratamento de esgotos

2.66. Descrição do sistema de tratamento de esgotos

2.67. Descrição do sistema de tratamento de esgotos

2.68. Descrição do sistema de tratamento de esgotos

2.69. Descrição do sistema de tratamento de esgotos

2.70. Descrição do sistema de tratamento de esgotos

2.71. Descrição do sistema de tratamento de esgotos

2.72. Descrição do sistema de tratamento de esgotos

2.73. Descrição do sistema de tratamento de esgotos

2.74. Descrição do sistema de tratamento de esgotos

2.75. Descrição do sistema de tratamento de esgotos

2.76. Descrição do sistema de tratamento de esgotos

2.77. Descrição do sistema de tratamento de esgotos

2.78. Descrição do sistema de tratamento de esgotos

2.79. Descrição do sistema de tratamento de esgotos

2.80. Descrição do sistema de tratamento de esgotos

2.81. Descrição do sistema de tratamento de esgotos

2.82. Descrição do sistema de tratamento de esgotos

2.83. Descrição do sistema de tratamento de esgotos

2.84. Descrição do sistema de tratamento de esgotos

2.85. Descrição do sistema de tratamento de esgotos

2.86. Descrição do sistema de tratamento de esgotos

2.87. Descrição do sistema de tratamento de esgotos

2.88. Descrição do sistema de tratamento de esgotos

2.89. Descrição do sistema de tratamento de esgotos

2.90. Descrição do sistema de tratamento de esgotos

2.91. Descrição do sistema de tratamento de esgotos

2.92. Descrição do sistema de tratamento de esgotos

2.93. Descrição do sistema de tratamento de esgotos

2.94. Descrição do sistema de tratamento de esgotos

2.95. Descrição do sistema de tratamento de esgotos

2.96. Descrição do sistema de tratamento de esgotos

2.97. Descrição do sistema de tratamento de esgotos

2.98. Descrição do sistema de tratamento de esgotos

2.99. Descrição do sistema de tratamento de esgotos

2.100. Descrição do sistema de tratamento de esgotos



Governo do Estado de Minas Gerais
Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Superintendência Regional de Meio Ambiente – Jequitinhonha
Diretoria Regional de Controle Processual
Núcleo de Autos de Infração

No dia 02/10/2014 foi realizada vistoria em ETE Monte Formoso. Foi constatado que a ETE se encontra inoperante, sendo que a mesma possui aproximadamente 20% de sua infraestrutura concluída. Atualmente a cidade faz a coleta de esgoto e despeja no corpo d'água sem tratamento algum. O representante do município foi informado que o recebimento do ICMS cedeção (anexo) poderá ser interrompido se a mesma não for concluída. Foi solicitado que a mesma seja concluída o mais rápido possível e a mesma foi comunicada a SUPRAM e ao FEAM.	
Município: Monte Formoso Data: 02.10.2014 Hora da Lavatura: 11:00	
Assinado por: André Ferreira Milton	MAEP ou CPF: 063289.006-42
Assinado por: André Ferreira Milton	Assinado por: André Ferreira Milton
Representante do Poder Judiciário: Luiz Carlos Rodrigues da Silva	
Assinado por: Luiz Carlos Rodrigues da Silva	
Assinado por: Luiz Carlos Rodrigues da Silva	

Fundação Estadual de Meio Ambiente - FEAM
Praça Minas, 1ª andar - Cidade Administrativa Presidente Tancredo Neves
Rodovia Prefeito Américo Gianetti, s/nº - Serra Serra Verde Belo Horizonte/MG - CEP: 31.629-000
Telefone: (31) 2515-1226 - www.jequitinhonha.org.gov.br

-Tal fato, inclusive, denota, a princípio, que a AAF em questão foi emitida sob a prestação de informação falsa, pois, a ETE não estava apta a operar, podendo, inclusive, ensejar na aplicação de sanção administrativa ambiental prevista na legislação vigente.

Assim, a AAF nº 06773/2013, não pode servir de acobertamento de uma situação que estava em desacordo com a legislação vigente, portanto, devendo prevalecer a infração ambiental prevista no art.83, anexo I, código 116 do Decreto Estadual nº 44.844/2008.

Destarte, não restam dúvidas quanto a legalidade da lavratura do Auto de Infração em referência.

III - Conclusão:

Por todo exposto, considerando que o autuado não apresentou nos autos do presente processo fatos ou documentos contrários à decisão proferida pelo Diretor Regional de Controle Processual ou mesmo atacou os fundamentos por ela utilizados, considerando, outrossim, que as afirmações do agente público fiscalizador possuem presunção *juris tantum* de legitimidade e veracidade em razão da fé pública que lhe é atribuída pelo ordenamento jurídico vigente, significando que os atos administrativos são presumidamente legítimos, legais e verdadeiros, admitindo-se, entretanto, a recorrente prova em sentido contrário, o que no presente caso, s.m.j., não ocorreu, conforme estabelece o art. 66, inciso IV, do Decreto Estadual n.º 47.383/2018, recomenda-se:



Governo do Estado de Minas Gerais
Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Superintendência Regional de Meio Ambiente – Jequitinhonha
Diretoria Regional de Controle Processual
Núcleo de Autos de Infração

- Seja conhecido o recurso manejado pela Autuada, haja vista que tempestivo, nos termos do art. 66 do Decreto n.º 47.383/2018 e uma vez que foram respeitados os requisitos estabelecidos pelo art. 66 do Decreto, n.º 47.383/2018;
- Não acolher os argumentos apresentados pela Autuada em sua defesa, face à ausência de fundamentos de fato e de direito que justificassem o acolhimento das argumentações apresentadas;
- Manter a penalidade de multa simples no valor base de R\$35.887,04 (trinta e cinco mil oitocentos e oitenta e sete reais e quatro centavos) mais juros incidentes desde a data da constituição do débito;

Remeta-se o presente processo administrativo à autoridade competente a fim de que aprecie o presente parecer.

Após decisão administrativa definitiva da URC Jequitinhonha, o Empreendedor deverá ser notificado para recolher o valor da multa no prazo de 30 (trinta) dias, conforme estabelece o artigo 113, inciso II do Decreto Estadual 47.383/2018, sob pena de inscrição do débito em dívida ativa.

Rosane de Moraes

Núcleo de Autos de Infração Jequitinhonha

Fernanda Alvim Magesty

Estagiária de Direito – SUPRAM Jequitinhonha

